



FACULDADES ALVES FARIA - ALFA

CARLOS FELIPE LACERDA RAMALHO

DO SONHO À REAL CONQUISTA: ESTUDO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO,
DESOCUPAÇÃO VIOLENTA E CONDIÇÕES DOS ASSENTADOS DO CONFLITO
URBANO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL, DEZ ANOS DEPOIS (2005-2015)

Goiânia

2015

CARLOS FELIPE LACERDA RAMALHO

DO SONHO À REAL CONQUISTA: ESTUDO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO,
DESOCUPAÇÃO VIOLENTA E CONDIÇÕES DOS ASSENTADOS DO CONFLITO
URBANO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL, DEZ ANOS DEPOIS (2005-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Desenvolvimento
Regional, Faculdades Alves Faria – ALFA-
como requisito para obtenção do título de
mestre.

Orientadora: Profa Dra. Leila Maria Ferreira
Salles

Goiânia

2015

Catálogo na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA
Bibliotecária: Ana Cristina Alves da Silva – CRB-1/1809

R165s RAMALHO, Carlos Felipe Lacerda.

Do sonho a real conquista: estudo do processo de ocupação, desocupação violenta e condições dos assentados do conflito urbano do Parque Oeste Industrial, dez anos depois (2005-2015) / Carlos Felipe Lacerda Ramalho. - - 2015.

106 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Alves Faria, 2015.

Orientador (a): Prof. Prof. Dr^a. Leila Maria Ferreira Salles.

Bibliografia: 100-103

1. Conflito urbano (Goiás). 2. Ocupação irregular. 3. Desocupação violenta. I. Ramalho, Carlos Felipe Lacerda. II. Mestrado em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDU: 911.3(817.3)

CARLOS FELIPE LACERDA RAMALHO

DO SONHO À REAL CONQUISTA: ESTUDO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO,
DESOCUPAÇÃO VIOLENTA E CONDIÇÕES DOS ASSENTADOS DO CONFLITO
URBANO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL, DEZ ANOS DEPOIS (2005-2015)

Dissertação apresentada no Programa de
Mestrado Profissional das Faculdades Alves
Faria – ALFA- como requisito para
obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa Dra. Leila Maria Ferreira
Salles

Goiânia, 22 de maio de 2015.

Banca Examinadora:

Profa Dra. Leila Maria Ferreira Salles - ALFA

Profa Dra. Lucia Maria Moraes – PUC-GO

Profa Dra. Heliane Prudente Nunes – ALFA

DEDICATORIA

Este trabalho é dedicado à luta pela moradia pelo Movimento Social Sem Teto de Goiânia, materializado na emblemática ocupação do Parque Oeste Industrial. Episódio trágico que jamais deve ser esquecido na história da cidade e do país. Dedico também, especialmente, à inesquecível Ludmila Aparecida Ângelo (*in memoriam*), que me estimulou a desenvolver este projeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Caixa Econômica Federal, instituição pública que muito contribui para o desenvolvimento do país e que financiou a maior parte desse estudo. À minha gestora, Ana Luiza Fraga, que autorizou uma licença para que eu pudesse me dedicar à conclusão desse trabalho. À minha equipe de trabalho na Caixa (Philip, Marlon e Larissa), que “segurou as pontas” durante minha ausência.

Às Faculdades ALFA, pela estrutura, apoio disponibilizado, excelente quadro de professores e também por acreditar neste objeto de pesquisa.

Um agradecimento especial à minha orientadora, professora Doutora Leila Maria Ferreira Salles, pela exemplar dedicação, comprometimento, disponibilidade e notório saber, fundamentais e essenciais para que eu pudesse concluir esse trabalho em uma das fases mais difíceis. Aprendi muito com ela, que despertou novamente o interesse pela vida acadêmica que tanto respeito.

A minha amada, Débora Teixeira, pelo amor, compreensão, apoio e companheirismo, que me foram muito importantes para alcançar a tranquilidade necessária para desenvolver esse projeto.

Aos meus colegas e professores de mestrado, pela honra da convivência e benção pelo aprendizado adquirido.

À minha mãe, pelo apoio importante na leitura e crítica deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho se propõe a fazer um resgate histórico da maior ocupação urbana de Goiás, ocorrida em 2004, na região do Parque Oeste Industrial, em uma grande área particular. O movimento se iniciou em 2004 chegando a abrigar 4 mil famílias e a sua desocupação, amplamente coberta pela mídia, foi realizada pela Polícia Militar de Goiás, com registros de violência. As famílias foram levadas para ginásios esportivos e depois para uma área provisória no Setor Grajaú. Viviam em barracos de lona, até o assentamento definitivo no Residencial Real Conquista, construído para abrigá-las e que só ficou completo em 2014. Este trabalho busca unir todas as pontas de um grave conflito urbano que produziu uma fratura social, consequência de um processo histórico de segregação social em Goiânia. Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, reportagens veiculadas pela imprensa, documentos oficiais e pesquisa de campo realizada com moradores e trabalhadores do Residencial Real Conquista. Esse estudo justifica-se pelo grande impacto social do tema, considerando que a moradia é um dos principais direitos humanos, previsto na Constituição Federal. Busca contribuir, desta forma, para reflexões e diagnósticos sobre o processo de ocupação urbana e o acesso a moradia, propondo políticas voltadas para a melhoria das condições de habitação das camadas populares.

PALAVRAS-CHAVE: ocupação irregular; desocupação violenta; reassentamento; conflito urbano.

ABSTRACT

This study proposes to do a historic rescue of the biggest urban occupation in the history of Goiás, which happened in 2004, at Parque Oeste Industrial region, in a big particular area. The occupation has had 4 thousand families and its disengagement, widely covered by the media, had been done by Goiás's Military Police, within violence records. In the occasion, the families were taken to sport arenas and then to a provisional area in Setor Grajaú. They lived in canvas shack until the definitive area, at Residencial Conquista, which had been built for these people, but became ready just in 2014. This task pretends to unity all the parts of a grave urban conflict, which produced a social fracture, consequence of Goiânia's historic process of social segregation. The data were collected by a bibliography research, reports done by the media and camp research within residents and employees of Residencial Real Conquista. This work is justified by the theme's big social impact, considering that housing is one of the principal human rights, as is mentioned in the Federal Constitution. On that way, the present paper pretends to contribute to reflections and diagnoses about urban occupation process and housing access, proposing policies for a better shelter condition of the popular layers.

KEY WORDS: irregular occupation, violent disengagement, resettlement, urban conflict

LISTA DE SIGLAS

AGEHAB – Agência Goiana de Habitação

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CELG – Companhia Energética de Goiás

GATE - Grupo de Operações Táticas Especiais

GJC – Grupo Jaime Câmara

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB – Instituto Mauro Borges

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPF – Ministério Público Federal

ONU - Organização das Nações Unidas

SANEAGO – Saneamento de Goiás S/A.

SEDMUS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

SEGPLAN – Secretaria de Gestão e Planejamento

Sumário

LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O DIREITO À MORADIA	20
1.1 Sobre Cidadania e Direito à Moradia.....	20
1.2 Movimento dos Sem Teto no Brasil e em Goiás.....	24
1.3 A segregação planejada na cidade Goiânia.....	36
CAPITULO 2 - ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DO PARQUE DO OESTE INDUSTRIAL.....	42
2.1 Considerações sobre a ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial com base nos estudos apresentandos	55
CAPITULO 3 - A OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS REPORTAGENS VEICULADAS NA IMPRENSA	58
3.1. Breve histórico dos jornais analisados.....	58
3.2 Análise das reportagens veiculadas pelos dois veículos impressos diários.....	60
3.2.1 A caracterização do movimento e dos ocupantes.....	61
3.2.2 A posse e a situação legal do terreno.....	65
3.2.3 A cobertura da ocupação e da desocupação	68
3.3 Considerações sobre a ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial na abordagem da imprensa.....	77
CAPITULO 4 - O RESIDENCIAL REAL CONQUISTA: ANÁLISE A PARTIR DO RELATÓRIO DE PÓS-OCUPAÇÃO E DO DEPOIMENTO DOS MORADORES..	81
4.1. Análise do relatório de Pós Ocupação do Residencial	81
4.2. A situação do Real Conquista na visão dos moradores e trabalhadores do bairro	86
4.3. Algumas considerações sobre os resultados do Relatório de Pós Ocupação e do questionário aplicado com os moradores	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICE	105

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2015, faz exatos dez anos, que Goiânia foi palco da maior desocupação urbana de Goiás e uma das maiores do país e da América Latina, ocorrida na região do Parque Oeste Industrial, na periferia da cidade. No seu auge a ocupação irregular, que se iniciou em 2004, chegou a abrigar quatro mil famílias e a sua desocupação, ocorrida no ano seguinte, resultou oficialmente em mortes, feridos e detenções.

Criado em 1957, a área particular nunca teve utilização o que permitiu às famílias sem teto ocuparem o espaço. Deram-lhe o nome de “Sonho Real”. Entregue à especulação imobiliária, o imóvel tinha, à época, uma dívida com o Poder Público de cerca de R\$ 2,5 milhões, fruto de impostos atrasados. Para efeito de comparação, o gasto estimado dos 14 mil moradores na construção de suas casas alcançou R\$ 10 milhões o que explicita a contradição de tamanho problema com a própria trajetória de criação de Goiânia. Planejada para ser a nova capital do Estado e representar um marco de progresso e mudanças, esse fato expôs claramente as duas facetas da jovem cidade: de um lado a bela, florida e próspera metrópole regional do centro e, de outro, a sua periferia que exclui a população carente, privando-a dos principais bens e serviços públicos.

A despeito dessa contradição, representantes do segmento da construção civil e do setor imobiliário fizeram fortes gestões junto ao Poder Público, exigindo a reintegração de posse dessa região localizada nas proximidades de grandes condomínios verticais, atualmente vendida por meio de anúncios na mídia goianiense como uma das áreas mais promissoras:

Com um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão, será lançado sábado, dia 22, um novo bairro planejado em Goiânia. Projetado para receber entre 3,5 mil e 4 mil apartamentos, o Eldorado Parque vai ser erguido num vazão urbano de 163 mil metros quadrados (m²), dentro do Parque Oeste Industrial, e promete mudar a paisagem da região que há menos de oito anos foi palco do maior conflito por posse de terra na capital - que resultou na retirada à força pela polícia de mais de 3 mil famílias (O Popular, 20/09/2012).

Esse evento mobilizou todo o poder público estadual e também a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ainda assim, o processo de desocupação (chamado Operação Triunfo pela própria Polícia Militar) foi bastante violento, rápido e mobilizou a Polícia Militar e o Grupo de Operações Táticas Especiais - GATE. Foram

destacados para a desocupação 1.863 policiais militares o que resultou na morte de duas pessoas, catorze feridos e cerca de 800 presos. No dia seguinte os jornais locais já informavam a desocupação total do local.

Estudar esse processo é extremamente importante para: analisar as políticas públicas do Estado, contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas e discutir o papel das instituições, imprensa e movimentos sociais nos conflitos. Além disso, possibilita o debate sobre a construção da cidadania e do Direito à Cidade.

Durante este embate, a população pôde acompanhar as insalubres e míseras condições de infraestrutura e saneamento básico a que estavam submetidas aquelas famílias. Após a desocupação, as 934 famílias que não tinham para onde ir foram levadas para dois ginásios esportivos (nos setores Capuava e Novo Horizonte), onde faleceram três pessoas, em consequência das condições precárias dos locais. Em seguida elas foram alojadas em uma área provisória no Setor Grajaú (onde viviam em barracos de lona). Até o assentamento definitivo no Residencial Real Conquista, construído para abrigá-las e que só ficou completo em 2014, morreram mais oito adultos e nove bebês recém-nascidos ou em gestação (SILVA, 2007, p.116).

O empreendimento levou sete anos para ficar totalmente pronto, possui nove módulos e abriga atualmente 2.470 famílias que foram selecionados de acordo com critérios definidos pela Agencia Goiana de Habitação (Agehab). O último módulo do Residencial só foi entregue no mês de maio de 2014, totalizando uma população de doze mil habitantes. Dos 246 municípios goianos somente 78 deles possuem população superior a esta, segundo pesquisa que fizemos no Instituto Mauro Borges, órgão de pesquisa da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN).¹

Frente ao exposto é fundamental investigar os aspectos teóricos e conceituais que envolvem os movimentos sociais, especialmente os relacionados à ocupação urbana, como o do movimento do sem teto no Brasil e em Goiás. Em virtude disso levantamos a hipótese de que a resolução da demanda, que levou quase uma década para se concretizar, reproduziu a desigualdade regional e a Segregação existente em Goiânia, que segundo Moyses (2005), decorre do poder de as classes médias se colocarem distante das outras classes.

¹ Instituto Mauro Borges: www.imb.go.gov.br.

Também é importante mencionar a relevância do estudo do processo de formação e desenvolvimento das cidades, com suas contradições e embates. Contrastando com o ideal de cidade planejada –caso de Goiânia - concebida para encarnar o progresso e o rompimento com o passado de “atraso”, a capital sofre há décadas com os problemas do crescimento demográfico acelerado (a maior parte devido a imigração); fruto este da expansão econômica experimentada por Goiás resultando no encarecimento do preço dos lotes e grande valorização imobiliária, tornando o acesso à moradia ainda oneroso. A consequência desse modelo é o distanciamento cada vez maior da periferia do centro da metrópole, onde se concentram os serviços de maior qualidade (MOYSES, 2005, p. 24).

Este caso revela-se desafiador para o Poder Público e para a Política, pois exige formulação e execução de respostas às demandas, bem como a construção de soluções e acordos numa época marcada cada vez mais pela rapidez dos acontecimentos, das comunicações e das trocas econômicas. Lembramos, ainda, que a criação de vários bairros de Goiânia foi marcada, de forma reativa, pela regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente, ou pela criação de residenciais periféricos onde hoje moram milhares de pessoas:

Goiânia ganhou 16 novos bairros nos últimos dois anos, todos localizados em sua periferia e ocupados por moradias populares em empreendimentos tanto privados quanto públicos. Uma rápida olhada no mapa permite observar onde eles estão situados: a maioria nas regiões oeste, sudoeste e noroeste da capital. É lá que a população mais pobre da capital tem sido prioritariamente alojada, depois de receber benefícios de programas habitacionais (O POPULAR, 03/02/2014).

Paralelamente, verificou-se o grande crescimento do segmento da construção civil no país e em Goiás, nos últimos anos, fruto de uma política de incentivo do Governo Federal e do crescimento econômico do país como, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida (criado pelo Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009)². Assim, esse tema, além do setor privado, envolve o setor público e suas políticas e estratégias de Governança para gerir os conflitos socioambientais.

Basta lembrar que o país possui hoje um Plano Nacional de Habitação fruto de diversos debates regionais e setoriais, envolvendo especialmente o acompanhamento direto

² Mais informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida podem ser obtidas no site: <http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>

dos representantes do Conselho das Cidades e do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CIDADES, 2010)³.

Esperamos, portanto, contribuir com as pesquisas que trabalham a temática da cidade em suas mais variadas concepções e estimular sua análise em seus diversos pontos de vista: nas manifestações dos sujeitos sociais, na esfera política, nas decisões dos grupos econômicos e também dos meios de comunicação, estes últimos com papel bastante influenciador da chamada “opinião pública”.

Entendemos que esta pesquisa pode contribuir também para o planejamento e execução de Políticas de Desenvolvimento Regional, inseridas num contexto de disputa e de conflitos socioambientais no território e seus impactos na economia, na sociedade e nas instituições e políticas públicas. Tanto é que já foi tema de outros trabalhos acadêmicos, com enfoques de áreas de conhecimento diversas, dada a sua complexidade.

Este trabalho busca, assim, propor reflexões e diagnósticos sobre o processo de ocupação urbana e o acesso à moradia em Goiânia visando contribuir para políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de moradia da população. Para tanto, objetiva investigar o processo de ocupação e desocupação das famílias do Parque Oeste Industrial (ocorrido em 2005) e do seu assentamento no Residencial Real Conquista e também caracterizar o assentamento dez anos depois.

Para realização dos objetivos propostos nesse trabalho foi produzida uma pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, com objetivo de interpretar o fenômeno a ser observado buscando a compreensão e reflexão de seu significado por meio da indução. Assim, se difere da pesquisa quantitativa, que exige um universo de dados, muitas vezes por meio de instrumentos estruturados (como questionários) para formular conceitos e teorias.

Para tanto, em um primeiro momento, buscamos uma descrição da situação estudada. Segundo Freixo (2012, p.118) “a finalidade principal do método descritivo é assim fornecer uma caracterização precisa das variáveis envolvidas num fenômeno ou acontecimento”. O estudo de caso, tipo de pesquisa qualitativa adotado neste estudo, consiste em uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação

³ O Plano Nacional de Habitação está disponível para consulta no endereço <http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-habitacao.html>

específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico, de forma mais profunda e contextualizada.

O pesquisador em um estudo de caso lança mão no trabalho de campo de diferentes fontes tirando para tanto, como diz o autor, “ todo o partido de fontes múltiplas com recurso a entrevistas, observações, análise de documentos e artefatos” (FREIXO, 2012, p.121). O autor ensina de forma didática as principais características de um estudo de caso:

- **Particular:** na medida em que se centra numa determinada situação, acontecimento, programa ou fenômeno;
- **Descritivo:** porque o produto final é uma descrição rica do fenômeno que está a ser estudado.
- **Heurístico:** porque conduz à compreensão do fenômeno que está a ser estudado.
- **Indutivo:** porque a maioria desses estudos tem como base o raciocínio indutivo, ou seja, partem do particular para o geral.
- **Holístico:** porque tem em conta a realidade na sua globalidade. É dada uma maior importância aos processos do que produtos, à compreensão e à interpretação.
- **Planificação:** a planificação de um estudo de caso varia segundo se trate de um caráter essencialmente qualitativo ou quantitativo. (FREIXO, 2012, p. 125)

O estudo de caso, embora tenha enfrentado algumas objeções nas Ciências Sociais, notadamente pela ausência de um suposto rigor metodológico e a dificuldade de generalização é mesmo assim a técnica mais adequada para o nosso trabalho. Para Gil (2010, p.39) “os propósitos do estudo de caso não são de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

O autor lembra ainda que os estudos de caso lançam mão de inúmeras técnicas para garantir a profundidade necessária ao estudo, preservando seu contexto e garantindo a credibilidade. Assim, “mediante processos diversos é que torna possível a triangulação, que contribui para obter a corroboração do fato ou do fenômeno” (GIL, 2010, p.119).

Ciente dessas características e considerando que este trabalho se enquadra em um estudo de caso, para o alcance dos resultados esperados esta investigação tem como uma das fontes de dados a pesquisa documental relacionada ao processo de ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial e de ocupação do Residencial Real Conquista.

Estes dados são complementados neste estudo por dados coletados em forma de questionários realizados com moradores do Residencial Real Conquista e trabalhadores do local.

Para tanto foi realizado um levantamento e revisão da bibliografia sobre os movimentos sociais urbanos, o Movimento dos sem teto e a segregação nas cidades que fundamentam a análise dos dados. Em seguida realizamos uma pesquisa documental sobre o processo de ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial e o assentamento Real Conquista. A análise documental, usada em vários campos de conhecimento das Ciências Sociais, pode se valer de uma ampla gama de documentos, como memorandos, normativos, regulamentos, relatórios e pesquisas, atos jurídicos, dentre outros. Normalmente as fontes documentais se encontram internamente as organizações, segundo Gil (2010, p.30).

As fontes documentais investigadas que utilizaremos nesse trabalho são:

- Matérias jornalísticas: Para examinar o processo de desocupação e posterior assentamento foi feito um levantamento e análise das matérias jornalísticas veiculadas pelos dois maiores jornais impressos de Goiás (O Popular e Diário da Manhã) de 2004 a 2014, período compreendido entre a ocupação do Parque Oeste Industrial e o assentamento Real Conquista amplamente noticiado. Assim, buscamos cobrir todo o período de dez anos do conflito até a solução do problema, quando da transferência das famílias para o assentamento Real Conquista. Essas matérias foram conseguidas junto aos CEDOC's, (Centro de Documentação) de cada veículo. As notícias mais recentes podem ser acessadas também com apoio de ferramentas de buscas no sítio desses jornais na internet;

- Relatório de Pós Ocupação do Residencial Real Conquista: Este relatório foi produzido pela empresa AMC Projetos Sociais e Consultoria Ltda contratada pelo governo estadual com objetivo de realizar um trabalho técnico social, junto aos moradores do Residencial Real Conquista. O trabalho técnico social consistia em implantar junto aos moradores um conjunto de ações com objetivo de promover a autonomia, protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante abordagem de temas como: educação patrimonial, sanitária e ambiental, organização comunitária e capacitação profissional. Eram realizadas reuniões sobre cada um desses temas com os moradores, ocasião em que eram realizadas rodas de diálogo, palestras e oficinas. Em cada módulo de casas entregues

eram entrevistados ao menos 20% das famílias beneficiadas com as casas. Essas entrevistas, realizadas por trabalhadores da empresa AMC Projetos Sociais e Consultoria Ltda, tinham por objetivo avaliar a situação do empreendimento. Em seguida eram apresentados relatórios periódicos entregues à Caixa e Agehab (Agência Goiana de Habitação). O acesso a esse material se deu após solicitação à área de Desenvolvimento Urbano do banco, que o liberou, considerando que a Caixa Econômica Federal apóia esse trabalho por meio de um programa interno de incentivo ao Mestrado Profissional.

Busca-se, com a análise destes documentos, compreender a história da ocupação irregular do Parque Oeste Industrial e do assentamento posterior das famílias no residencial Real Conquista.

- Pesquisa de campo com moradores e trabalhadores do local

A pesquisa de campo se deu por meio de questionário contendo questões abertas e fechadas. No total, dez moradores do assentamento Real Conquista e trabalhadores do local, que consideramos serem representativos das mais diversas áreas como: microempresários, lideranças religiosas, educadores, médicos, comerciantes, professores, etc., foram convidados a responder o questionário. Estes questionários tinham por objetivo caracterizar o processo de ocupação e desocupação do assentamento na fala dos moradores e profissionais que lá trabalham. No total os questionários foram respondidos por oito moradores do assentamento Real Conquista e dois por profissionais que lá trabalhavam na época da coleta de dados. Foram feitas, ainda, três tentativas de encontrar os representantes da associação dos moradores, lamentavelmente, sem retorno.

O anonimato era uma das condições impostas por eles. Segue abaixo o perfil de cada um dos respondentes:

- 1 – Microempresária que possui uma pequena papelaria, casada, com idade acima de 45 anos, avó;
- 2- Pastor de igreja evangélica, casado, com idade acima de 45 anos;
- 3- Esposa do pastor da igreja evangélica, dona de casa, casada com idade de até 40 anos;
- 4- Enfermeira do posto de saúde municipal, com idade acima de 35 anos;

- 5- Medico do posto de saúde municipal, com idade de até 35 anos;
- 6- Monitor da unidade de ensino estadual, estudante, solteiro e com 20 anos de idade;
- 7- Comerciante local, com 50 anos de idade, casada, mãe de dois filhos;
- 8- Diarista de até 30 anos de idade, mãe solteira de dois filhos, que estava no ponto de ônibus para ir ao trabalho, escolhida aleatoriamente na visita ao bairro;
- 9- Barbeiro local, com até 55 anos, casado, pai de três filhos,
- 10- Microempresária local, dona de uma *lan house*, com idade de até 40 anos, casada, mãe de três filhos.

A parte inicial do questionário consistiu em perguntas que buscaram contextualizar, a partir da fala dos moradores e trabalhadores que lá atuam, como o bairro foi construído, a maneira como se iniciou o assentamento, a ocupação do terreno e a distribuição das famílias no local. Também foi pesquisada a importância da organização e das lideranças do bairro e também que indicassem as três maiores prioridades ou problemas. Uma segunda parte do questionário teve por objetivo levantar dados a respeito de serviços públicos de infraestrutura como: rede de água, de esgoto, coleta de lixo e iluminação pública. A terceira e última parte buscou identificar a existência de processos ou conflitos socioambientais relacionados com a segurança pública, a regularização fundiária, riscos de desabamento, de inundação e de degradação ambiental.

Este mesmo questionário foi aplicado em outros nove bairros pobres de Goiânia e resultou numa publicação dos alunos e professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades ALFA. Ficamos responsáveis por conduzir a pesquisa no Residencial Real Conquista.

- Análise dos resultados: as matérias jornalísticas e os questionários foram avaliados e interpretados por meio da definição de categorias analíticas (unidades de dados segmentados e com algo comum), exibição dos dados por meio de tópicos-chave (inclusive com representações gráficas), buscas de significados (por meio de agrupamentos e categorização de elementos discursivos comuns) (GIL 2010, p.122-123).

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro abordamos o Direito à Moradia no Brasil e aspectos relacionados aos movimentos sociais urbanos, em especial sobre o movimento dos sem teto. É discutido o movimento dos sem teto em Goiás e em Goiânia, bem como a segregação existente nas cidades planejadas do Centro Oeste.

No segundo capítulo foi abordado o processo de ocupação do Parque Oeste resgatando a história e origem do movimento sobre a ocupação da terra utilizando, para tanto, outros estudos acadêmicos já realizados a esse respeito.

Já no terceiro capítulo foram analisados o processo de ocupação e desocupação empregados no Parque Oeste Industrial por meio da análise das reportagens veiculadas na imprensa. No quarto capítulo caracterizamos o assentamento, dez anos depois, remontando o processo de seleção e assentamento das famílias e as condições atuais do bairro: moradia, serviços públicos e equipamentos comunitários, com base na análise dos questionários respondidos pelos moradores e trabalhadores do local, bem como do relatório pós ocupação. Na última parte do trabalho fazemos as considerações finais sobre este estudo.

CAPITULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O DIREITO À MORADIA

Neste capítulo abordamos conceitos relativos ao Direito à Moradia no Brasil e aspectos relacionados aos movimentos sociais urbanos, em especial o movimento dos sem teto, em Goiás e em Goiânia, bem como a segregação existente na capital. Inicialmente, discutiremos o processo de consolidação da Cidadania no país, imprescindível para o estudo do Direito à Moradia.

1.1 Sobre Cidadania e Direito à Moradia

Antes de remontarmos a trajetória e desenvolvimento histórico dos movimentos sociais e urbanos é importante entender a situação da Cidadania como conjunto de direitos no país. Segundo Luca (2013), até a década de 1940 a cidadania no Brasil nasceu por meio das leis e concessões do Estado (que definiam quem poderia ou não ser considerado cidadão) e não como resultado de conceitos universais e doutrinários. Assim, “nota-se que a cidadania não figurava como resultado da luta política, antes dependia da benemerência do estado, que fazia concessões a determinados segmentos sociais” (LUCA, 2013, p.486). Somente na década de 1960 as formas de organização não atreladas às normas do Ministério do Trabalho começam a surgir como: Ligas Camponesas, comissão de fábricas e outros grupos que lutam pela ampliação dos direitos.

Esse movimento alcança seu ápice em 1964, durante o governo Joao Goulart e é drasticamente interrompido com o período da Ditadura Militar. As centrais sindicais e camponesas foram proibidas, dirigentes sindicais foram presos e centenas de sindicatos e associações sofreram intervenção. Para Luca (2013), voltou ainda mais forte um modelo de cidadania lastreado na “benevolência” e paternalismo estatal, mas sempre em consonância com os anseios do capital internacional. Só a partir do final da década de 1970, com as greves no ABC paulista essa situação começa a se desgastar e culmina com a promulgação da Constituição de 1988, cujo texto é inegavelmente uma apologia à Cidadania. Porém a realidade nacional ainda caminha oposta aos preceitos da Carta Magna.

Estudo bastante criterioso e aprofundado sobre o tema foi realizado por Carvalho (2011) que traça todo o caminho realizado pela construção desse direito no Brasil desde a

época do Império, passando pela República, ditadura militar até os dias atuais. Segundo o autor desde o fim da ditadura problemas centrais como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, se agravam ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Isso porque dependem de uma eficiente máquina administrativa (contra a crise dos estados nacionais).

Carvalho (2011) ao conceituar Cidadania esclarece que o conceito nasce da consolidação de três direitos fundamentais: civis (fundamentais à vida como a liberdade, propriedade, igualdade perante a lei) que garantem relações civilizadas entre as pessoas; políticos (basicamente a participação do cidadão no governo da sociedade, com o voto) e sociais (que garantem a participação na riqueza coletiva tais como a saúde, trabalho, educação, salário justo e o direito à moradia).

O autor salienta que os direitos civis se baseiam na existência de uma Justiça acessível e eficiente a todos, garantindo a sobrevivência da sociedade civil. Já os direitos políticos decorrem da capacidade de votar e ser votado e de organização partidária. Obrigatoriamente, para existirem os direitos políticos, também devem estar satisfeitas as condições para os direitos civis.

Já os direitos sociais dizem respeito à educação, ao trabalho, à saúde, aposentadoria e também ao direito à moradia. Segundo Carvalho (2011), a garantia desses direitos depende da eficiência da máquina estatal em garantir a chamada justiça social, pois “permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar social para todos” (CARVALHO, 2011, p.10).

O autor também apresenta dados que impactam na consolidação da Cidadania e constituem o cerne das discussões que englobam o Desenvolvimento Regional: a desigualdade.

A desigualdade é sobretudo de natureza regional e racial. Em 1997, a taxa de analfabetismo no Sudeste era de 8,6%; no Nordeste, de 29,4%. O analfabetismo funcional no Sudeste era de 24,5%; no Nordeste era de 50%, e no Nordeste rural, de 72%; a mortalidade infantil era de 25% no Sudeste em 1997, de 59% no Nordeste e, assim por diante. O mesmo se dá com relação a cor. O analfabetismo em 1997 era de 9,0% entre os brancos e de 22% entre negros e pardos; os brancos tinham 6,3 anos de escolaridade; os negros e pardos, 4,3; entre os brancos 33,6% ganhavam até um salário mínimo; entre os negros, 58% estavam nessa situação, e 61,5% entre os pardos; a renda média dos brancos era de 4,9

salários mínimos; a dos negros, 2,4, e a dos pardos, 2,2. Esses exemplos poderiam ser multiplicados sem dificuldade (CARVALHO, 2011, p.208).

O pesquisador afirma com dados oficiais que apenas 62% dos brasileiros buscam a justiça para solução de conflitos. Nos casos que envolvem ocorrências de furto e roubo, por exemplo, 41% dizem não recorrer à justiça por não acreditar nela ou temê-la. O percentual de 45% respondeu da mesma forma quando o assunto foi agressão física.

A segurança pública é o calcanhar de Aquiles da Justiça no Brasil, notadamente com a forte urbanização pelo qual passou nas últimas décadas. O país só perde para a Colômbia em número de homicídios, problema agravado pelo despreparo dos órgãos de segurança pública, fruto de uma concepção militarista antiga, preparado com espírito militar e para destruir inimigos e não para defender os cidadãos. Não raro também se envolvem em crimes, ações de tortura, corrupção e abuso de autoridade (CARVALHO, 2011, p. 213).

A justiça também vive distante da maioria da população, sendo acessível apenas a parcela mais abastada, frente aos custos excessivos. Carvalho divide o país em três classes: cerca de 8% de privilegiados (brancos, ricos e com boa formação), quase sempre acima da lei e que fazem valer seus interesses. A segunda é a massa de cidadão simples, como a classe média formada por trabalhadores assalariados, pequenos funcionários e proprietários urbanos e rurais, com ensino fundamental ou segundo grau e que tem noção parcial dos seus direitos (para 63% dos brasileiros). Para eles a lei é praticada de “maneira parcial e incerta” (CARVALHO, 2011, p.216).

Por fim, segundo o autor, há a “terceira classe” ainda menos carente de direitos e muito longe de exercer a maioria deles:

São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domesticas, biscateiros, camelos, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos e negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. Esses “elementos” são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na pratica, ignoram seus direitos civis ou os tem sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. Alguns optam abertamente pelo desafio a lei e pela criminalidade. Para quantificá-los, os “elementos” estariam entre os 23% de famílias que recebem até dois salários mínimos. Para eles vale apenas o Código Penal (CARVALHO, 2011, p.216- 217).

O direito à moradia é garantido no Artigo 6º da Constituição Federal⁴ mas ainda caminha devagar no país (a exemplo de outros direitos sociais), mesmo com indicadores melhores nos últimos anos. Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) entre 2007 e 2012 houve uma redução de 6,27% no déficit habitacional no país, que passou de 5,59 para 5,24 milhões de moradias⁵. Essa queda ocorreu ao mesmo tempo em que houve aumento de 12,6% no total de domicílios, de 55,918 milhões para 62,996 milhões. Assim, em termos relativos, o déficit caiu de 10% do total de domicílios para 8,53% no período.

Porém, de acordo com o estudo, o déficit habitacional brasileiro mesmo diminuindo em todas as faixas de renda, ficou ainda mais concentrado entre as famílias que ganham até três salários, ou R\$ 2.034 por mês. O conceito de déficit é definido a partir da avaliação de quatro componentes: moradias precárias (domicílios precários ou rústicos), coabitação familiar (mais de uma família no cômodo), o peso do aluguel (se for mais que 30% é considerado excessivo) na renda da família, além do adensamento excessivo em domicílios, ou seja, que ocorre nos locais que possuem mais de três habitantes por cômodo locado e que sirva como dormitório.

Ao analisarmos os dados constatamos que, diferentemente do restante do país, o déficit aumentou em todos os estados da região Centro Oeste, com exceção do Mato Grosso do Sul. Houve um aumento no déficit de 44.082 unidades habitacionais no Centro Oeste, crescimento relativo de 11,3%. O estado com maior contribuição para esse resultado foi o Distrito Federal, com aumento de 20,02%. Só o Mato Grosso do Sul apresentou queda de 10,07%. Já em Goiás o déficit aumentou em mais 20 mil unidades habitacionais acumulando um déficit total de 161,29 moradias.

Com base nessa suposição buscamos os dados de imigração junto à SEGPLAN. O estudo mais recente⁶ mostra que o estado de Goiás possui 43% de toda a população do Centro Oeste e representa hoje 3,15% da população brasileira (em 1991 era 2,74%). Destaca ainda o fato de que a taxa de crescimento geométrico do estado continua, há duas

⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010](#))

⁵ O estudo foi divulgado pelo Ipea em novembro de 2013, por meio da Nota Técnica Nº 5 – Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)

⁶ Dinâmica Populacional do Estado de Goiás – uma análise do Censo 2010 do IBGE, publicado em dezembro de 2011.

décadas, bem superior à taxa brasileira, sendo que na década de 2000 a 2010 alcançou 1,84% ante 1,17% da taxa nacional, fato que fez com que Goiás ganhasse 1 milhão de habitantes no intervalo de apenas uma década.

Estes dados mostram o paradoxo desafiador para a elaboração, execução e controle de agendas e políticas públicas integradas (em um país com dimensões continentais como o Brasil) que objetivam a redução o mais uniforme possível das desigualdades regionais, como é esse caso específico do direito à moradia.

Constatamos que mesmo com a melhoria considerável do acesso ao crédito e de programas habitacionais, nos últimos anos, outras variáveis ainda continuam influenciando a imigração para o estado de Goiás. Carlos (2013) aponta a existência de uma verdadeira crise no país: só em São Paulo, a maior cidade da América Latina, cerca de 3 milhões de pessoas moram em cortiços e 1,5 milhões em favelas.

Segundo Carlos (2013), a predominância da propriedade privada da terra, que define as formas de acesso aos serviços (moradia incluída) produz um modelo de cidade que atende aos anseios do capital e não aos do maior conjunto da sociedade. Esses interesses contraditórios levam a um inevitável conflito entre o capital, baseado no lucro, e a sociedade, que anseia por melhores condições de vida. Para ela, somente a superação dessa ordem poderá acarretar na construção de uma cidade mais democrática e cidadã:

O direito à cidade, para Lefebvre, “manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e à habitação. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade. Nesse sentido, acabar-se –ia com a separação cotidianidade-lazer, vida cotidiana-festa em que a cidade se encontraria enquanto espaço do trabalho produtivo, da obra e do lazer. A cidade seria a obra perpétua de seus habitantes, o que contraria a idéia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento (CARLOS, 2013, p.33).

1.2 . Movimento dos Sem Teto no Brasil e em Goiás

O chamado Movimento dos Sem Teto devem ser entendidos no contexto de existência e evolução dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil. Para Jacobi (1980, p.222) trata-se de um problema social novo, dentro das contradições da sociedade capitalista, mas que não se explica apenas pela tradicional visão marxista de Capital x Trabalho pois para o autor

“representam antes de tudo efeitos das distorções e desigualdades decorrentes de uma aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos”. Como exemplo o pesquisador cita as carências na qualidade dos serviços públicos como água, esgoto, saúde, educação e outras áreas que, ao se acumularem, afetam o nível de bem-estar da população, notadamente as classes menos favorecidas.

Já Freitas (2005) afirma que a relação entre o Estado e a sociedade sofreu profundas mudanças nas últimas duas décadas do século XX, notadamente devido a dois pontos principais na consolidação de novos modelos de organização social:

Em primeiro lugar, a consolidação de como Lefebvre (1999) define sociedade urbana, ou seja, uma nova forma social que se intensifica a partir do processo de urbanização em âmbito mundial, quando as questões urbanas passam a ser prioritárias na formação de novos modelos de gestão social; em segundo, as mudanças ocorridas na economia mundial, em que o debate sobre o papel do Estado no processo de globalização econômica passa a ser centrado não só nas perspectivas de intervenção social, mas também na abertura de espaços de gestão compartilhada com a sociedade organizada (FREITAS, 2005. p.158)

Freitas (2005) também afirma que a urbanização vem alterando a forma como se processa a divisão socioespacial do trabalho, inclusive com a subordinação das atividades econômicas do campo ao urbano, o que gera novas formas de luta de classes, travadas no espaço da metrópole. Ele cita como um dos exemplos justamente a luta por moradia.

As lutas sociais não são mais calcadas na luta de classes e sim no conflito de interesses “no comportamento dos atores sociais, ou seja, dos acontecimentos em si, em que a preocupação central passa a ser não só com a transformação estrutural, mas principalmente em reformar e debater aspectos conjunturais de reformas políticas do sistema (FREITAS, 2005. p.161).

O pesquisador enfatiza ainda que o desenvolvimento do capitalismo industrial foi umas das causas geradoras dos problemas urbanos, ao alterar as cidades para atender sempre os anseios do capital, tornando-a um produto e não mais um direito de todos os cidadãos. Cabral e Sá (2009, p.10) definem os Movimentos Sociais urbanos como sendo “organizações de classe destituídas de poder, que demandam através de reivindicações, por direitos básicos de acesso à participação e cidadania, não se dirigindo à luta pelo domínio (controle) político do Estado”.

Já Montaño e Duriguetto (2011) registram uma importante diferença entre Movimento Social e Mobilizações Sociais; sendo o primeiro caracterizado por uma

organização e grau de estabilidade e formalidade e não apenas um ato específico, enquanto a mobilização social tem um caráter de finitude bem definido. Já a “mobilização pode ser ferramenta do movimento, também uma mobilização pode se desdobrar em outras até formar um movimento, mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p.264)

Por sua vez, Gohn (2012) realiza uma verdadeira remontagem da história dos movimentos sociais no país e mostra que somente em 1930 os movimentos sociais começam a ganhar alguma legitimidade, sem serem marginalizados e, paulatinamente, entendidos como cidadãos: “ao deixarem de ser casos de polícia e se transformando em cidadãos com alguns direitos, como os trabalhistas. Ainda que tenham ocorrido mais no papel, essas mudanças são marcos históricos significativos (GOHN, 2012, p.82)”. Essa evolução ganha novo impulso no período de 1945 a 1964, quando ocorre a redemocratização, trazendo de volta o pluripartidarismo e a emergência, em diversas regiões do país, dos movimentos reivindicatórios.

Segundo Gohn,

O povo irrompe na cena política brasileira pela primeira vez com algum poder de pressão. Os grandes centros passam a exigir novas políticas de controle social, tendo em vista que as velhas táticas coronelísticas, de forte controle a nível local, tornaram-se difíceis de ser mantidas nos grandes centros urbanos. O rádio será o grande meio de comunicação entre a nação, pois a expansão e a massificação da televisão só ocorrerá ao final dos anos 1960 (GOHN, 2012, p.91).

A autora cita o conflito agrário na região de Formoso e Trombas de Goiás como um dos mais importantes no período. Por meio de uma boa organização coletiva migrantes das mais diversas localidades do país ocuparam a região e resistem ao despejo. Chegam a conseguir uma área do estado “a qual denominaram como ‘Estado Livre de Trombas e Formoso’, de caráter popular e socialista. Resistiram até 1964” (GOHN, 2012, p. 97).

Já no período da ditadura militar a autora afirma que houve uma involução dos movimentos, submetidos ao arrocho salarial e a ausência de liberdade de expressão, político-partidária. Paralelamente, havia uma política governamental de estímulo à casa própria, “com a compra de lotes nas periferias longínquas e o uso da autoconstrução familiar” (GOHN, 2012, p.105). A pesquisadora relata a explosão do movimento de

periferia nos anos de 1970, em São Paulo, ocasião em que os moradores descobrem que vários lotes são clandestinos e também:

Quando não conseguem sobreviver nas casas duramente construídas sem um mínimo de infraestrutura urbana; e, principalmente, quando o modelo brasileiro de milagre econômico se exaure, iniciando o longo processo de crise econômica pós-1973, que foi escamoteada quanto as suas reais causas, atribuindo-se as causas externas, como a crise internacional do petróleo, as razões do malogro do modelo econômico adotado (GOHN, 2012, p.106).

Segundo a autora, a década de 1970 consolida a criação das favelas em São Paulo. Em 1973 é criado o Movimento dos Loteamentos Clandestinos (MLC), para representar o interesse dos compradores desses lotes, que foram produzidos sem nenhuma legislação reguladora, o que inviabilizava o recebimento das escrituras após o pagamento das prestações. Segundo Gohn (2012, p.112), a prefeitura consentia com a irregularidade e ainda cobrava impostos dos proprietários dos lotes. Com apoio da Igreja Católica e de centros acadêmicos dos cursos de Direito o MLC cresce e alcança diversas conquistas como:

A promulgação de uma série de legislações coibindo o lançamento de loteamentos irregulares, assim como a regulamentação de posturas e códigos para a criação de um loteamento. Os loteamentos clandestinos então existentes foram se regularizando ao longo do tempo, por meio de anistias, concessões e lutas com os empreendedores faltosos. Como consequência negativa do movimento, teve-se o quase total desaparecimento da modalidade “loteamento popular”, pois as novas regras disciplinadoras do uso do solo inviabilizaram os grandes lucros que os empresários tinham anteriormente, fazendo com que este tipo de mercado cessasse quase por completo, e com ele a autoconstrução da casa própria. (GOHN, 2012 p. 113).

Já na década de 1980 surgem novos movimentos como dos Inquilinos Intranquilos, composto pela classe média paulista, que sofria com altos custos dos aluguéis da época. Além disso, a legislação fazia com que os inquilinos só desocupassem um imóvel com ordem judicial, desestimulava investimentos no setor e os reajustes eram semestrais ou anuais o que defasava os preços e fazia com que os donos dos imóveis aumentassem o valor do aluguel desproporcionalmente (acima dos reajustes dos salários da classe trabalhadora), para compensar esse período sem acréscimos. Ainda, segundo Gohn (2012, p.139), o movimento foi importante para alteração da lei e esteve presente com frequência nas páginas dos jornais.

Em 1986 surge, também em São Paulo, o Movimento dos Sem Casas, que teve um êxito menor que o Movimento dos Inquilinos Intranquilos. Tinha como diferença o fato de

ter forte influência de políticos ligados ao poder no estado de São Paulo, numa tentativa de controlar os movimentos populares. Até a própria elite resolve se organizar em 1986 e cria o Movimento dos Proprietários Locadores de Imóveis, composto por grandes proprietários imobiliários e especuladores que se organizam e atuam no *lobby* pelo setor.

Porém o movimento mais representativo dos Sem Teto, na década de 80, foi o de invasão de terras, em São Paulo, na luta por uma solução para os altos preços dos aluguéis que conviviam, paradoxalmente, com os vazios urbanos da metrópole, sempre a serviço da especulação imobiliária:

Elas diferem das ocupações realizadas nas décadas de 1940-1950-1960 e 1970, que geraram as favelas. As invasões são programadas coletivamente. Em 1987 ocorreu na Zona Leste uma das mais famosas invasões de terra de São Paulo. Ela se deu nos dias do carnaval, quando todo o aparato policial estava mobilizado para manter a ordem dos festejos do Rei Momo e envolveu cerca de 20.000 famílias, num total estimado de 100.000 pessoas. Vários partidos políticos de esquerda participaram de sua organização, além da Igreja Católica da Zona Leste. A disputa entre os agentes que participaram da organização, pela condução do movimento foi também uma das causas de seu fracasso. As direções não se entendiam e o movimento teve uma adesão espontânea inédita. Em poucos dias, milhares de pessoas se dirigiram ao local com seus pertences porque tinham ouvido falar que estavam dando terra na região. Famílias venderam seus poucos objetos para comprar material para construção de barracos ou lonas para se abrigar. O movimento terminou em tragédia. Ao pedido de reintegração de posse, as forças militares agiram com violência e dos conflitos resultou a morte de um pedreiro, de nome Adão, que participava de um movimento social pela primeira vez (GOHN, 2012. p.141).

Qualquer semelhança com o desfecho da desocupação do Parque Oeste talvez não seja mera coincidência...

Um grande salto na questão da Reforma Urbana ocorre a partir de 1989, com o advento da Constituição Federal de 1988. Segundo Gohn (2012, p.143), dessa vez o movimento de luta pela moradia se organiza no país, realizam congressos, munidos de assessorias e conseguem elaborar propostas para melhoria do acesso à casa própria:

A utilização do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do trabalhador, o Programa FUNAPs Comunitários, e várias outras iniciativas foram frutos dos esforços dos movimentos. A busca de defesa dos interesses populares passou para outro patamar. A fase de pressão (anos de 1970), e a de negociação de pequenas empreitadas (anos 1980) foram substituídas pela fase da elaboração de propostas delei, nos anos de 1990 (GOHN, 2012.p 144).

Produzindo uma síntese dos movimentos sociais no país, a autora evidencia de forma perspicaz as contradições históricas da evolução das lutas sociais até os dias de hoje. No

início, a luta era para incluir os “excluídos”. Já no fim do século XX ocorreu uma diferenciação entre a pobreza e os excluídos no Brasil, pois:

O desenvolvimento do capitalismo gerou guetos de pobreza e celeiros de categoria que vivem situações de *apartheid* social. E são duas questões distintas. A pobreza é fruto histórico e aparece, aos olhos das elites dominantes, como algo natural, que deve ser minorado por meio de políticas redistributivas. Os excluídos, ou os novos excluídos, constituem problemas às elites. São os jovens, os imigrantes, as mulheres, os menores de rua, os velhos aposentados etc. Ao contrário dos pobres, seres genéricos, os excluídos têm identidades, tem interesses e lutam por eles, se organizam, criam entidades, buscam negociais espaços de participação no mundo capitalista do consumo, reivindicam leis, direitos e acessos múltiplos. Mas como são dispensáveis do ponto de vista econômico, por não serem exército de reserva ou produtores básicos (como eram os escravos na Colônia e no Império, ou os pequenos produtores rurais durante a Primeira República), eles não são objetos de políticas sociais. Assim, não tendo expressividade econômica para a produção, mas tendo expressividade política dada sua organização, os novos excluídos têm apelado para a violência em suas manifestações, como forma de serem ouvidos ou de forçar o reconhecimento de suas existências. E desta forma passam a ser problemas sociais. Assim, as lutas sociais dos pobres, vistos como coitados e desabonados pela sorte, em séculos passados, transfiguram-se na atualidade, no âmbito das representações sociais da sociedade em geral, em lutas que partem de pessoas perigosas, não trabalhadoras, transgressoras da ordem social vigente (GOHN, 2012. p. 160).

O estado de Goiás, sabidamente, começa a sofrer os problemas da urbanização acelerada com a construção da nova capital. Porém, podemos citar o movimento de Trombas e Formoso como um dos mais importantes do estado no século passado. Segundo Oliveira (2005, p.154), a vitoriosa revolta camponesa, em resposta às práticas violentas contra os posseiros, ocorrida em dois municípios do Norte Goiano, em 1951, foi marcante, como já dissemos. Seu líder, José Porfírio, inclusive consegue se eleger deputado estadual e apenas em 1964, com advento da ditadura militar, é que o movimento sai derrotado. Mas chegou a tal ponto de organização que constitui um governo paralelo, constituído pelos Conselhos de Córregos e a Associação de Lavradores.

Oliveira (2005, p.147) mostra, porém, que avanços como esses que ocorriam em todo o país e iniciados nos anos 1950 e 1960, incomodaram as elites nacionais. Forja-se um pacto que destitui o presidente eleito, “João Goulart, e instala a ditadura militar. Por ela, os interesses da elite brasileira se cumpriram, a partir da elaboração de uma política econômica que favorecia o monopólio e a concentração”. Para o autor, este fato levou a uma intensa articulação e sinergia entre os poderes nacionais e locais, e os recursos sempre favoreciam os detentores do capital financeiro. No caso específico de Goiás, essa política,

segundo o autor, aumentou o êxodo rural ao fortalecer a estrutura fundiária existente. A capital do estado incrementou a sua população na década de 1960 em quase 154%.

Segundo o autor, na década de 1970 ocorre a universalização dos problemas urbanos em Goiânia, fato gerador do rompimento de uma cidade concebida como harmônica e planejada, Surge a cidade “polifônica, em que os novos sujeitos entram em cena reivindicando seu espaço social” (OLIVEIRA, 2005. p.150).

Moyses e Bernardes (2005, p.176) mostram que as décadas de 1950 e 1970 impulsionam o desenvolvimento do Centro Oeste, “motivado pela intensa imigração atraída pela nova capital e por projetos de colonização que contribuíram para um rápido adensamento no interior do estado”. Este fato exigiu do Poder Público da capital um rígido controle quanto ao parcelamento e ocupação do solo, que durou até 1950, segundo os autores. Porém, após esse período, o estado delega esse papel a iniciativa privada, que fica “livre da exigência de implantar infraestrutura. Esta se constitui a atividade de maior efervescência no final desse ano, multiplicando de aproximadamente 12.000 para perto de 120.000 lotes o estoque imobiliário (MOYSES E BERNARDES, 2005, p.177)

Nesse contexto talvez uma das formas mais usuais de luta do Movimento dos Sem Teto seja a invasão de áreas públicas. Curiosamente, no caso de Goiânia, este processo ocorre desde a fundação da cidade e envolve uma grande gama de bairros:

Os que foram chegando aos poucos, dispersamente, sozinhos ou com suas famílias, sem prévio contrato de trabalho, juntavam-se à população já residente à margem direita do Córrego Botafogo. Essa região ia se adensando à medida que novas moradias eram construídas, formando os bairros operários periféricos ao Plano Urbanístico de Goiânia. Somaram-se outras regiões, posteriormente, como Areião, Vila Nova, invasões milionárias, a exemplo da rua 115, no Setor Sul (área que era um parque linear, doado a Legião do Bem-Estar Social, entidade beneficente, já extinta, que acabou negociando os terrenos), Jardim Nova Esperança, Vila Curitiba, Finsocial, Bairro da Vitória e suas sete etapas, o Bairro São Carlos e o loteamento da Fazenda São Domingos, Dom Fernando 1 e 2 e Jardim Curitiba (MOYSES E BERNARDES, 2005, p.192).

Um caso emblemático, segundo os autores é o da Vila Roriz, localizada na região norte da capital em área permanente de preservação ambiental e abaixo do nível do Rio Meia Ponte, o que deixa a localidade sujeita às frequentes inundações, fruto do descaso do Poder Público e das imigrações, tornando a vida de centenas de pessoas degradantes.

Em outro trabalho contundente Oliveira e Moyses (2005) mostram que as camadas populares de Goiânia passam a ocupar espaços carentes de infraestrutura, como áreas

próximas do centro e também loteamentos irregulares e clandestinos, na periferia. Este fato ocorre pela ação dos grupos econômicos do ramo imobiliário, ao definirem o local a ser ocupado devido à ausência de políticas públicas do estado, assentado num planejamento “municipal meramente urbano, que intervém sobre uma realidade consentida numa perspectiva política clientelística e assistencialista, bem como de contemplação dos interesses do capital imobiliário (OLIVEIRA E MOYSES, 2005, p.287)”.

Os pesquisadores exemplificam esse paradigma com o caso da ocupação da Região Noroeste da capital, que consistiu na politização e apadrinhamento das camadas populares, que já conseguiam se organizar e realizar ocupações exitosas, como o caso do Jardim Nova Esperança. Esta mobilização exigiu do estado rediscutir a questão habitacional na cidade, mas a região ficou marcada pela degradação ambiental, pois não era área adequada ao parcelamento urbano já que possuía características tipicamente rurais, com grande reserva de matas.

Este fato garantiu assentamento de milhares de pessoas em condições precárias (transformando a região numa grande favela) ao passo que também atendeu os anseios do setor imobiliário:

Garantindo reservas de especulação imobiliária em regiões mais próximas da centralidade urbana, produzindo espaços marcados pela carência (Vila Finsocial, Mutirão I, II e III, Jardim Curitiba I, II, III e IV e o complexo da Fazenda São Domingos – Bairro da Vitoria, Bairro Floresta, Bairro São Domingos e Bairro São Carlos), burlando a legislação do uso do solo e alimentando o mercado ilegal de terras urbanas (OLIVEIRA E MOYSES, 2005, p.288).

Segundo Oliveira e Moyses (2005) a atuação do Estado na região Noroeste é marcada por dois movimentos: o primeiro, de modo opressor e violento com os movimentos sociais, típico do regime militar. Essa característica é muito presente no caso da repressão ao “movimento de ocupação de terras ociosas no Jardim Nova Esperança (primeiro bairro surgido na cidade por uma ‘invasão’ ou ocupação coletiva e organizada, Jardim Boa Sorte e Jardim Boa Vista (OLIVEIRA & MOYSES, 2005, p. 292) ”. Todas essas ações são forjadas com muita violência.

O segundo movimento, por sua vez, é marcado pela resistência dos movimentos sociais a essa prática estatal, o que faz com que o Poder Público tente se mostrar com “uma postura menos coercitiva e sinalizando para a busca de solução dos problemas relacionados à questão da moradia (OLIVEIRA & MOYSES, 2005, p.293) ”. Mas, neste caso, a ação

possui um viés assistencialista, segundo os autores. No bojo do processo de redemocratização do país, a luta dos Sem Teto também ganha viés político. Tanto os governantes da Arena quanto os do PMDB lançam mão do mesmo expediente para enfrentar o movimento e tentam “despolitizar a questão da luta coletiva pela posse da terra (OLIVEIRA & MOISES, 2005, p.293)”. Porém, diferentemente dos representantes do regime autoritário os gestores do PMDB buscam cooptar as lideranças do movimento. Segundo os autores “tudo isso tinha como objetivo neutralizar a ousadia das populações do Jardim Nova Esperança, do Jardim Boa Sorte e do Jardim Boa Vista que, em última instância, assumiam o papel de atores principais (OLIVEIRA & MOISES, 2005, p.293)”. Essa política, mostram os autores, fez com que, na década de 1980, a região Noroeste de Goiânia se tornasse um grande bolsão de miséria, com 7% da população da capital.

Segundo Moraes (2006), ao analisar a construção de Goiânia do ponto de vista social, o trabalhador mais pobre, diante da mercantilização do espaço na cidade, busca suas próprias formas de sobrevivência; e a principal delas é a invasão de áreas públicas ou particulares. Para ela, a organização desses movimentos fez com que se garantissem vitórias face às estratégias estatais comprometidas com o capital imobiliário.

A autora mostra que essas lutas começam desde a própria fundação da cidade de Goiânia, em 1933. Os chamados posseiros atuam de forma organizada e associativa, criando as associações de bairro.

A liga dos Moradores da Vila Nova foi a primeira associação criada para defender os invasores que moravam nas proximidades do córrego Botafogo, tendo conseguido garantir o assentamento dos posseiros. O setor foi planejado e implantado pelo Estado para atender às reivindicações dos posseiros da região. O mesmo aconteceu com os moradores do Setor Universitário que, em resposta às agressões por parte do governo e dos proprietários nos anos 60, criaram a Liga Pró-Melhoramento e, depois, a Associação dos Moradores do Setor Universitário que lutou ativamente para o assentamento definitivo e por melhorias urbanas em sua área de posse (MORAES, 2006, p. 186).

A autora destaca ainda a importância das ligas de moradores e das associações de bairros na capital até o advento da Ditadura Militar. Esta realidade não pode ser dissociada do contexto nacional, que também foi marcado pela crescente urbanização nas principais cidades, a partir da década de 1940, graças à industrialização do país que gerou forte êxodo rural. Este fato favoreceu a criação de grandes massas de trabalhadores subassalariados que

passam a residir nas periferias, em péssimas condições de subsistência, formando as favelas, segundo Cabral e Sá (2009).

Moraes afirma que no fim dos anos 1970 e na década de 1980 a ausência de políticas públicas voltadas para as classes mais baixas e a crise econômica daquele momento fizeram com que os sem teto se organizassem mais ainda, realizando, inicialmente, ocupações pontuais. Porém, o movimento cresce e as ocupações eclodem em toda a cidade. Mesmo enfrentando a reação violenta do Estado os grupos conseguem trocar experiências e se organizam com mais força e criam uma entidade das mais importantes para o Movimento dos Sem Teto: a União das Invasões.

O processo de ocupação e invasão de terrenos ociosos na cidade ganhou nova forma e força política com a organização dos sem teto, que buscavam uma solução imediata para o seu problema: a moradia. Em setembro de 1979, um grupo de várias famílias que moravam de aluguel ocuparam um terreno de propriedade particular situado na região sudoeste. O principal objetivo desse movimento era a construção de um instrumento político de reivindicação e encaminhamento de lutas que levasse ao atendimento das necessidades coletivas dos invasores. Essa invasão, denominada Jardim Nova Esperança, representou para os sem-teto e para a cidade não a simples ocupação de um terreno vazio, mas um marco na história da organização dos movimentos populares que lutavam por moradia na cidade de Goiânia e em muitas outras.

Em dezembro de 1980, a Associação do Jardim Nova Esperança conclamou a todos os invasores para uma assembleia em que seriam discutidos os problemas deles, inclusive do seu local de moradia. Como resultado das discussões realizadas nessa assembleia, nasceu a União das Invasões, entidade civil que passou a defender as lutas e os direitos dos posseiros urbanos de Goiás (MORAES, 2006, p.190).

A União das Invasões tornou-se uma entidade representativa e atuante reivindicando a legalização das posses, doação de lotes e urbanização das áreas ocupadas. Além disso, a entidade dava assistência a outras invasões que surgiam na cidade. Em seguida passa a se autodenominar União dos Posseiros Urbanos, pois passam a entender que a moradia era um problema mais amplo. A entidade realiza parcerias com outras instituições, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Católica de Goiás (UCG), por exemplo, que lhe prestam importante assessoria.

Moraes (2006) afirma que, no ambiente da redemocratização, o governo diminui a repressão e tenta coagir o movimento por meio da oferta de empregos públicos aos seus líderes. Outra estratégia era o lançamento de programas estaduais de habitação, como a construção da Vila Mutirão (que construiu mil casas em um único dia e ganhou repercussão nacional) e também a criação de outras entidades com intuito de defender os posseiros, mas

apoiadas pelo governo. Mesmo assim a União dos Posseiros Urbanos continua sua trajetória e, em 1987, muda novamente de nome passando a se chamar Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros (Fegip), que passa a atuar em consonância com a Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur) e com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

Moraes lembra que a Fegip chega ao nível de elaborar propostas, estatutos e normas que são submetidas à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa. Porém, a década de 1990 marca o enfraquecimento da entidade e o surgimento de outros movimentos como o Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), em 1991. Segundo Moraes (2006), o MLCP era ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), e a Sociedade Habitacional Comunitária (SHC), formado por ex-lideranças da Fegip. A autora defende que as duas entidades tinham objetivo claro de “enfraquecer o trabalho implementado pela Fegip e fortalecer politicamente os seus líderes que visavam a carreira parlamentar” (MORAES, 2006, p.195). Explica, ainda, que as famílias que recebem benefício da moradia por meio dessas duas entidades têm sido assentadas em loteamentos situados em boa parte, na zona rural e sem infraestrutura básica.

Ainda assim, o trabalho desses movimentos foi significativo nas décadas de 1980 e 1990 em Goiânia, “registrando lutas e vitórias que valorizaram os posseiros urbanos e garantiram o assentamento definitivo de muitas famílias que moravam de aluguel ou de favores (MORAES, 2006, p.195)”. Em 1981 posseiros organizados ocuparam uma fazenda situada em área urbana da capital. A ação violenta da polícia quando do cumprimento do mandado de reintegração de posse teve repercussão negativa, e o Estado desapropriou uma outra área onde abrigou as quase quatro mil famílias. Estava criado o setor Finsocial que se juntaria a uma série de outras ocupações:

No período de 1984 a 1993, ocorreram várias ocupações na região Leste da cidade: no Jardim das Oliveiras (1984), 400 famílias ocuparam um terreno vazio de propriedade particular. A ocupação recebeu esse nome em homenagem a Manoel Jardim de Oliveira, integrante do movimento, morto durante a repressão policial na área ocupada; no Parque das Amendoeiras (1986), uma área foi ocupada por 125 famílias. Nessas ocupações o movimento adotou com sucesso novos sistemas alternativos de comunicação popular: a rádio popular e a TV ambulante.

A última grande ocupação vitoriosa ocorreu em um terreno baldio na região Leste, no dia 3 de junho de 1996, dia da abertura da II Conferência Mundial do Habitat, organizada pelo MNLN. Mediante ganho de reintegração de posse dos

proprietários, 400 famílias foram assentadas no Jardim Itaipu, nas proximidades do município de Aparecida de Goiânia, na região sudoeste, o que causou grande evasão em virtude da distância da antiga moradia das famílias dos posseiros (MORAES, 2006, p.203).

Analisando a história e desenvolvimento do Movimento dos Sem Teto em Goiânia concluímos que ele existe desde o nascedouro da capital, cidade forjada para simbolizar a modernidade e planejamento urbano na busca pelo rompimento com o passado político, cultural e econômico de atraso do estado de Goiás. Porém a ausência de uma política pública que pensasse a cidade como um espaço de todos e também a captura do Poder Público pelos grupos econômicos imobiliários resultaram na impossibilidade da classe trabalhadora mais pobre de ter acesso à moradia digna. A saída encontrada pelos Sem Teto para combater esse paradigma foram as constantes invasões de áreas públicas e particulares, entregues à especulação.

Não podemos deixar de reforçar a importância do uso político dos movimentos dos sem teto e sua influência no destino de milhares de famílias. Segundo Oliveira e Moyses (2005),

Todos os loteamentos urbanos implantados na Região Noroeste de Goiânia pelo governo estadual, como a Vila Finsocial (governo autoritário do PDS), a Vila Mutirão e o Jardim Curitiba (governo democrático do PMDB), foram viabilizados na zona rural do município, à revelia da legislação em vigor (OLIVEIRA E MOYSES, 2005. p. 298).

Ainda segundo os autores a classe política instaurou um processo “perverso” em que “primeiro criava-se o fato, forçando a sua implantação, depois se tramitava o processo nos órgãos técnicos da prefeitura, sob pressão do governo do Estado, em busca de legalização” (OLIVEIRA E MOYSES, 2005, p. 300). Essa pressão era justificada por um discurso populista em “defesa” dos Sem Teto que, na verdade, buscava claros retornos eleitorais. Assim, "pode-se dizer que os governos de recorte autoritário e os progressistas se identificam na prática, apesar de seus discursos político-ideológicos diferenciados. Todos, em nome de seus compromissos político-partidários, incorrem no mesmo erro (OLIVEIRA E MOYSES, 2005. p. 300). Essa prática também serve, durante décadas, para eleger vários parlamentares (vereadores e deputados) dos mais variados matizes políticas interessados “na causa da moradia própria”.

Mesmo assim, a história da consolidação e crescimento da capital não pode ser dissociada das lutas dos Sem Teto, que conseguem um elevado grau de organização e ação

política, resistindo ao seu modo, às ações repressoras violentas do Estado e ao modelo de mercantilização do espaço público e da cidade. Aos poucos conseguem construir assentamentos e bairros populares, como já relatamos, muitos dos quais atualmente estão perfeitamente integrados à estrutura da cidade.

Porém essas conquistas ainda eram parciais pois os posseiros, frequentemente, eram assentados em franjas deslocadas do centro da cidade e com pouquíssima infraestrutura básica, separando e “apartando” esse contingente populacional do restante da malha urbana. A essa estratégia do Poder Público, pela sua importância e abrangência, dedicaremos o próximo item deste capítulo.

1.3 A segregação planejada na cidade Goiânia

A “segregação urbana” é um conceito trabalhado por Moyses (2005) e que consideramos de fundamental importância para o entendimento do processo de ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial. Porém terá importância ainda maior para entendermos teoricamente o processo de assentamento das famílias no Residencial Real Conquista. Ribeiro (2005, p.94) afirma que a segregação espacial pode ser entendida como uma categoria de análise que envolve uma dimensão teórica para explicar a organização da sociedade, mas também está relacionada com as normas da sociedade pois é possível “identificar duas concepções: segregação como diferença de localização de um grupo em relação a outros grupos e segregação como chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos materializados na cidade”. Segundo o autor, a segregação representa a espacialização da estratificação da sociedade.

Antes de entrarmos no conceito propriamente dito, julgamos importante compreender que o processo de diferenciação e desigualdade social é uma realidade nacional e de domínio público. Em uma obra curta mas bastante esclarecedora, Buarque (2003) define a existência no Brasil de um fenômeno que ele define como *Apartação*. Segundo o autor, trata-se de um outro lado da moeda ou uma variância do chamado *Apartheid*, o sistema de segregação racial que se consolidou nas décadas de 1950 e 1960 na África do Sul.

Para Buarque (2003, p.16) o *Apartheid* só foi possível porque a desigualdade, tema bastante caro ao se estudar o Desenvolvimento Regional, cada vez maior “levou os brancos a implantar o *apartheid*, como forma de conservar e ampliar seus privilégios, inviáveis se

fosse feita uma distribuição equitativa dos resultados do progresso”. Brilhantemente o autor mostra ainda que essa realidade só se consolida com a “afirmação da diferença e, com esta a aceitação sem constrangimento da desigualdade crescente (BUARQUE, 2003. p.17)”.

Outro fato comum na maioria dos países subdesenvolvidos, segundo o autor, é a constatação de que, na maioria dos casos, uma elite assumiu o papel dos antigos colonizadores e passou a explorar as riquezas de seus países sem buscar a distribuição de renda, aumentando o fosso e a separação dos mais pobres. Ele mostra que na Europa e Estados Unidos, que repudiaram a discriminação racial sul-africana, é praticado um “classismo com as mesmas consequências, a mesma segregação, apenas substituindo a diferença racial por uma diferença social e econômica entre os que consomem o luxo e os que vão em busca de sobreviver no lixo (BUARQUE, 2003, p. 25)”.

Ainda utilizando o clássico exemplo da África do Sul, Buarque (2003) mostra que o país pode seguir o mesmo caminho, abolindo o *apartheid* racial pelo social, com negros ricos morando em bairros de negros ricos e pobres brancos em bairros de pobres.

Segundo o autor, é exatamente isso o que ocorre no Brasil, país em que a desigualdade continuou mesmo após o fim da escravidão e cujas classes sociais mantiveram alguma ligação física e de necessidade. Nas últimas décadas, porém, essa “interligação” teria se tornado desnecessária do ponto de vista econômico graças ao crescente desenvolvimento tecnológico que reduz a necessidade de mão de obra. Além disso, esse contingente populacional mais pobre e de excluídos passou a ser encarado como um incômodo social, de características violentas. Dessa forma, começa a se forjar o paradigma da *Apartação* existente na sociedade brasileira, que nasce com o período político sombrio da Ditadura Militar:

Até recentemente, a economia brasileira funcionava pela articulação entre um setor moderno e outro arcaico. Havia uma inter-relação entre a pobreza, que fornecia o trabalho sem qualificação, e a riqueza, que fornecia o capital e o trabalho qualificado. A dinâmica econômica dependia da desigualdade, que garantia baixos salários. Essa dualidade econômica era vista como uma etapa necessária para a riqueza de todos que incorporaria na modernidade parcelas crescentes da população pobre.

No começo dos anos 60 essa situação começa a mudar. A economia entra em crise, por não incorporar os contingentes de mão de obra que migram para as cidades; os bens industriais do setor moderno não conseguem compradores. A dualidade deixa de funcionar satisfatoriamente.

Havia duas possibilidades para resolver o problema da economia dual: com reformas socioeconômicas que eliminassem a dualidade, formando uma economia unitária, sem excluídos; ou continuar o processo dual, sob um

autoritarismo que proibisse mobilizações sociais, assegurando o funcionamento tranquilo da sociedade.

Em 1964, a elite dirigente brasileira optou pelo caminho da dualidade sob o autoritarismo. Provavelmente não imaginava o rumo que a dinâmica econômica tomaria, nem o tipo de sociedade a que essa dinâmica levaria. Mas, para viabilizar o sistema econômico, o regime implantado executou todas as medidas que transformariam a economia dual em uma economia de *apartação* (BUARQUE, 2003, p. 33-34)”.

O resultado de tal decisão é que, no país, boa parte da elite não tem interesse na melhoria de vida de toda a população e, da mesma forma que a África do Sul e diferentemente de outros países, pratica a *apartação* e *segregação* social contra os seus próprios compatriotas e não contra estrangeiros. Outra crítica é quanto ao papel dos sindicatos que “perderam de vista a globalidade do problema social” do país e passam apenas a lutar por questões pontuais e individuais de cada categoria, não lutando mais por reformas sociais amplas. Outra agravante deriva da crescente modernização da indústria brasileira, nas últimas décadas, que resultou na sensível diminuição de necessidade de mão de obra menos qualificada e no surgimento de uma massa de excluídos, sob o signo da *apartação* social:

O que aconteceu com a Europa, que deixou de necessitar de mão de obra imigrante, aconteceu no Brasil, que deixou de necessitar de mão de obra que se incorpora a cada dia no mercado, pela idade ou pela imigração do campo à cidade.

Um exemplo disso é a diferença como são tratados hoje os migrantes nordestinos que vem para o sul. Enquanto até os anos 70 eram bem recebidos trabalhadores que construía o progresso, agora são vistos como indesejáveis pobres. A economia passa a dispensar os grandes contingentes de mão de obra e por isso não tem razão de cuidar deles (BUARQUE, 2003, p. 38-39).

Do ponto de vista da paisagem urbana essa prática é validada pela ação do mercado imobiliário, que expulsa cada vez mais os moradores pobres de bairros de classe média, para as periferias e favelas. Com o fim da ditadura militar, na década de 1980 e a ascensão do neoliberalismo, segundo Buarque (2003), ocorre o enfraquecimento do Estado brasileiro, com conseqüente privatização do espaço e dos serviços públicos, ocasionando a expulsão das “unidades familiares, consideradas invasoras dentro de seu próprio país, e isolando-as em áreas segregadas; o próprio espaço público de ruas, praças, cidades é apropriado privadamente para as famílias do setor moderno (BUARQUE, 2003, p. 63)”.

Essa realidade alcançou um nível tão elevado no país que o autor defende a passagem de uma sociedade baseada na *desigualdade* para uma sociedade calcada na aceitação da *diferença*,

Mas a *apartação* – aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão – não é possível sem a formação de uma ética e uma cultura que tolerem esse estado de coisas.

O Brasil está formando essa cultura. A visão de que os pobres são em princípio bandidos, de que os nordestinos retirantes são uma ameaça, de que a modernidade é a riqueza para poucos, e não o fim da pobreza para todos, e de que a cultura pobre é “brega” vai, aos poucos, criando uma maneira de pensar própria do *apartheid*. O separatismo no Sul e a elitização dos gostos são exemplos disso.

Os brasileiros da elite já não tratam os brasileiros pobres como *desiguais*, mas como *diferentes*. Pelo físico, pela roupa, pelos dentes, pela cultura, pela audição, pela linguagem, um brasileiro rico ou de classe média é mais diferente de um brasileiro pobre do que de um europeu.

É graças a essa diferenciação que as classes privilegiadas discutem os problemas do Brasil sem ao menos incluir a pobreza como um deles. Quando considerada, a pobreza é vista como um estorvo desagradável a ser evitado, e não como um problema a ser resolvido. Deseja-se eliminar o incômodo que os pobres representam para os ricos, e não a degradação social que a pobreza significa para os pobres (BUARQUE, 2003, p.72-73).

Feita essa análise mais ampla da realidade social brasileira, podemos começar a analisar como ela se materializa no contexto do espaço urbano. Para Ribeiro (2003) existe uma ligação próxima entre as cidades e as desigualdades sociais brasileiras pois,

É a vigência dos clássicos mecanismos da acumulação urbana, cujos fundamentos são as próprias desigualdades cristalizadas na ocupação do solo. Vários estudos já mostraram, com efeito, que a dinâmica urbana latino-americana tem como base a apropriação privada de várias formas de renda urbana, fazendo com que os segmentos já privilegiados desfrutem, simultaneamente, de maior nível de bem-estar social e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor. Ao mesmo tempo, grande parte da população, formada pelos trabalhadores, é espoliada, por não ter reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços), inerentes ao modo de vida urbano. O resultado é a urbanização sem cidades (RIBEIRO, 2003, p.47-48).

Já Moraes (2005) ressalta que o crescimento de Goiânia foi muito superior ao planejado e que foi concebido numa lógica que privilegia claramente os interesses da especulação imobiliária:

A cidade perdeu o contato com campo e as áreas reservadas para a futura expansão urbana e abastecimento agrícola foram parceladas aleatoriamente, levando a formação de um estoque de lotes para serem comercializados. Esse fato mostra um dos efeitos perversos da especulação imobiliária, que faz da cidade-jardim a sua melhor imagem para o ganho de capital da terra urbana, popularmente denominada de terra de engorda. Surgiram então extensos vazios

urbanos e ocupação da periferia da cidade, ocupação delineada e incentivada pelo Estado e pela especulação imobiliária (MORAES, 2005, p.124).

Assim consolida-se um modelo institucionalizado que planeja a separação e a segregação da população mais pobre do centro da bela e florida metrópole regional. E nesse paradigma, oposto ao modelo de planejamento urbanístico, as áreas periféricas são parceladas sem grande planejamento, priorizando o retalhamento da terra e a devastação do meio ambiente. Além disso, este processo perverso é diretamente proporcional ao grau de pobreza do trabalhador: os mais pobres moram mais distantes do centro da cidade. Segundo a autora são grandes os prejuízos, pois eles se refletem na baixa qualidade de vida das populações periféricas, e exigindo também mais investimentos do Poder Público, que é instado a “fornecer infraestrutura e os demais serviços a todos os novos parcelamentos, muitas vezes distantes da área mais adensada da cidade, como é o caso dos loteamentos clandestinos nas grandes e medias cidades brasileiras (MORAES, 2005, p.165)”. Este também é o caso do Residencial Real Conquista que é distante dezenas de quilômetros do centro.

A autora afirma que conjuntos habitacionais populares surgem com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), na década de 1960. Nas décadas de 1970 e 1980 esse modelo proporcionou crescimento da indústria da construção civil no país e em Goiás, o que resultou na intensa verticalização da capital. Porém, essa realidade aumentou o custo dos lotes e a população de baixa renda não tinha condições de adquirir esses imóveis, o que a levou a ocupar as regiões mais afastadas e de municípios limítrofes com Goiânia, à margem da cidade.

Ribeiro (2005, p.51) mostra que essa população alojada à margem do centro, sofre ainda diversas outras desvantagens como, por exemplo, o preço elevado nas tarifas e as carências de um sistema de transporte eficiente, “tornando proibitivos a circulação e o deslocamento dos meios de transporte da cidade”. Desta forma, se implementa uma verdadeira exclusão territorial cujos efeitos promovem a “desposseção moral de vastos segmentos da população”, que nasce da predominância dos interesses do mercado que garantem a segregação social como uma “gestão social dessa massa marginal”.

Assim, podemos concluir que o planejamento urbano da cidade de Goiânia é o planejamento da exclusão, calcado sempre em garantir os interesses do mercado. Oliveira

(2005, p.126) confirma essa constatação ao afirmar a grande desigualdade socioespacial existente na cidade. Por isso, segundo ele, a construção da cidade planejada “que visa se erguer num determinado território, fundamentalmente, as dinâmicas do mercado consistem mesmo num *planejamento excludente*, elemento que condiciona o ‘fenômeno urbano’”.

Este princípio, presente na fundação da capital, garantiu a hegemonia dos grupos econômicos imobiliários, quase sempre com influência decisiva sobre o Poder Público. À população mais carente, coube a alternativa de se alojar nas franjas e periferias, esquecidas por décadas pelo Estado. Neste contexto, uma das formas encontradas pelas classes populares para romper esse paradigma foi a mobilização e a ocupação de áreas públicas e particulares. São inúmeros, como já dissemos, os bairros criados por meio dessa estratégia.

A solução encontrada para a ocupação irregular do Parque Oeste Industrial, que resultou no assentamento das famílias no Residencial Real Conquista confirma essa regra. Milhares de pessoas moram no residencial distante 23 quilômetros do centro urbano e ainda carente de serviços públicos, como mostraremos no decorrer deste trabalho.

Mas para entendermos os motivos que levaram à desocupação do Sonho Real e o assentamento nas condições descritas acima, julgamos importante apresentar a contribuições dos autores, de diversas áreas do conhecimento, que estudaram todo esse processo.

CAPITULO 2 - ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DO PARQUE DO OESTE INDUSTRIAL

O processo de ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial já encontra trabalhos publicados que estudam o tema sobre a ótica do Direito (SILVA, 2007; DIAS, 2007 e JÚNIOR, 2005) do Meio Ambiente (PINTO, 2009) e da Comunicação Social (DIAS e FREIRE, 2012). Para Silva (2007) o processo de desocupação foi um episódio claro de negação do Estado do Direito à Cidade, sob a justificativa do Direito à propriedade. Para ele,

A cidade, local do convívio, da troca salutar de sentimentos e experiências, torna-se mercadoria. Passa por um aparente processo de privatização, onde o planejamento urbano e o controle da ocupação do solo são pautados muito mais pelos interesses privados para valorização de seus imóveis do que pelo bem-estar coletivo. (SILVA, 2007, p.12)

Inicialmente, o trabalho levanta o questionamento dos motivos pelos quais o Poder Público aguardou nove meses para a retirada das famílias do local e também procura mapear o jogo de interesses políticos e econômicos envolvidos no processo, visto que o episódio, que envolvia uma grande área com futuro promissor, ocorreu em pleno período de eleições municipais. Em seu trabalho o autor discorre sobre todo o processo de ocupação da área, com os principais fatos que levaram ao rápido incremento de moradores sem teto, já que o loteamento estava localizado em uma área com boa infraestrutura básica, rodeada de bairros já consolidados e inserido na malha urbana, a poucos minutos do centro da cidade.

Para tanto, resgata todo o processo de urbanização acelerada da capital de Goiás e defende a tese de que os movimentos sociais, antes reprimidos, sofrem uma nova investida da classe política, que nos idos da década de 1980 passa a atuar no cooptação das lideranças dos movimentos urbanos de luta pela casa própria, com benesses de toda natureza para essas lideranças. Neste contexto, o Estado passa a atender a demanda por moradia com a construção de habitações afastadas nas periferias, não raro em áreas de preservação ambiental.

Focando sua análise sob a ótica do Direito o pesquisador mostra como a função social da terra, prevista na Constituição foi sonogada e postergada pelos mais diversos mecanismos jurídicos (SILVA, 2007, p.57). Assim, ficaria evidenciado como o Direito à

Cidade é suplantado pelo Direito à propriedade privada, atendendo aos anseios dos grupos econômicos, mesmo que eles contrariem dispositivo previsto na Constituição Federal.

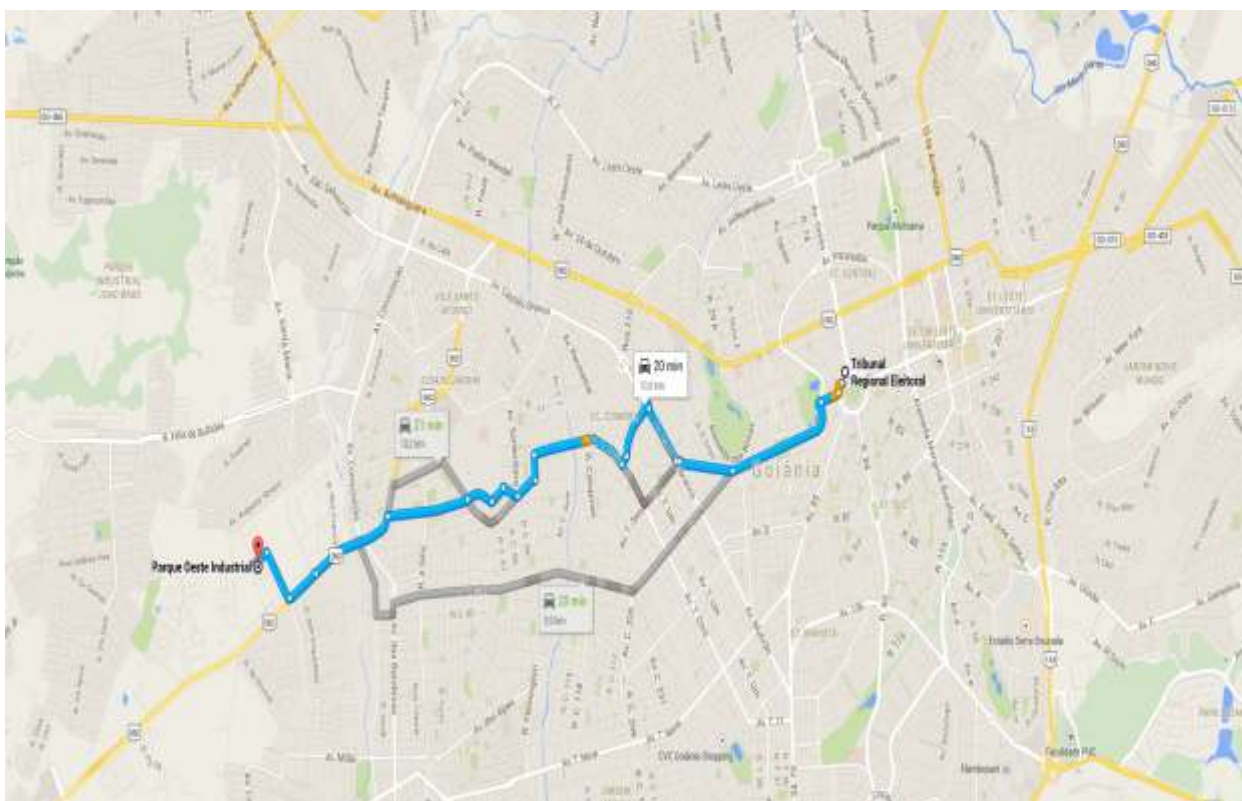
O terreno ocupado pelos sem teto é uma área privada que fica no bairro Parque Oeste Industrial, localizado na região sudoeste de Goiânia, área bem localizada e de fácil acesso à área mais central do município. Segundo Dias (2007, p.95) no dia 10 de maio de 2004 “discretamente, dezenas de famílias, protegidas pela noite e pelo estado de total abandono do terreno, montam suas primeiras barracas”.

Segundo dados de 2010 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Goiânia (SEDMUS)⁷ o bairro Parque Oeste Industrial pertence à região Sudoeste de Goiânia, com uma área total de 2,8 quilômetros quadrados e população de 12.100 pessoas. Ainda segundo a SEDMUS, no ano de 2004 a população da capital era de 1,09 milhão de habitantes. Já em 2013 alcança quase 1,40 milhão de habitantes.

O Parque Oeste Industrial é rico em infraestrutura urbana, como água, asfalto, energia elétrica e distante cerca de dez quilômetros do centro, mas bastante próximo de setores mais consolidados como Cidade Jardim, Jardim América e Residencial Eldorado, conforme mapa que segue:

⁷ Dados colhidos no sitio da SEDMUS na internet: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/dados/dados.shtml>. Pesquisa realizada em 21 de abril de 2015.

Figura I: Distância do Parque Oeste Industrial para o centro de Goiânia.



Fonte: Google Maps.

A área invadida tinha, à época, cerca de 1,2 milhão de metros quadrados e pertencia a senhora Anália Severino Silva e seus três filhos (DIAS, 2007, p.97). Segundo peça do Ministério Público Federal existia a suspeita de que os próprios “proprietários estimularam a invasão, com o fito de forçar a desapropriação da área ocupada, obtendo posterior indenização (MINISTERIO PUBLICO FEDERAL, 2006, p.1)”. Em poucos dias milhares de pessoas já ocupavam a área, principalmente pelo período de eleições municipais: os candidatos passaram a realizar comícios e reuniões com lideranças do movimento, garantindo a posse definitiva dos lotes no futuro. Deram-lhe o nome de “Sonho Real”. Mas logo após o pleito, em fevereiro de 2005, as famílias foram retiradas de forma violenta.

Recentemente a área foi vendida para grupos imobiliários que estão construindo um grande empreendimento imobiliário no local, onde esperam comercializar seis mil apartamentos, divididos em 25 condomínios voltados para a classe C:

Os apartamentos são construídos por um grupo de incorporadoras, formado pela Tropical Urbanismo, a Dinâmica Engenharia, Engel Engenharia, CMO

Construtora, e possuem valor a partir de R\$ 160 mil, justamente para entrar no programa habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. O terreno em negociação que envolveu o pagamento de cerca de R\$ 6 milhões de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e percentual da área construída (O POPULAR, 16 de fevereiro de 2015).

Figura II – Fotografia da área de um dos empreendimentos que serão construídos no lote invadido.



Fonte: Jornal O Popular

No dia 14 de maio de 2004 a ocupação já havia alcançado a marca de 4.000 famílias, sendo que até um cadastramento improvisado foi organizado por líderes do movimento. Com a ampliação da ocupação os proprietários recorreram à justiça estadual. Já o poder público, inicialmente, não tomou nenhuma posição no contencioso, por se tratar de uma invasão em área particular. Frente ao crescimento da ocupação os sem-teto buscarem uma forma de sistematizar o movimento e criam “o Conselho de Luta Pró-Moradia, tendo como suas principais atribuições realizar um cadastramento das famílias que no acampamento se encontravam (DIAS, 2007, p.97)”.

Júnior (2005) relata do ponto de vista do processo jurídico as várias idas e vindas da disputa pela área, com o pedido de reintegração de posse pelo dono do imóvel. Em setembro de 2004, foi deferida a liminar pela justiça estadual, favorável à reintegração de posse, com a imediata retirada das famílias, “fixando, porém, prazo de 20 (vinte) dias para a desocupação do imóvel. Não proferiu nenhuma outra ressalva ou condição para a reintegração” (JÚNIOR, 2004, p.60).

A partir deste ponto, entra em campo o componente eleitoral, já que em 2004 ocorreram eleições municipais. Segundo Dias (2007) o crescimento acelerado e organizado

do movimento e o acirramento da disputa eleitoral influenciaram no cumprimento da decisão judicial:

A dinâmica tocada no interior da ocupação, com a ampliação de sua estrutura e a proximidade cada vez maior das eleições municipais que ocorreriam em outubro do mesmo ano, foram fatores determinantes para que a decisão judicial não fosse cumprida. Pré-candidatos e posteriormente como candidatos à Prefeitura e à vereança da cidade de Goiânia, ou até mesmo apoiadores de candidaturas, passaram a visitar com rotina o acampamento, sempre munidos da proposta de permanência definitiva dos sem teto no local (DIAS, 2007, p.98).

Em seguida, a Prefeitura, o Ministério Público e o Estado sugerem a suspensão da liminar, pois demonstram interesse em atuar na desapropriação da área para assentar regularmente as famílias. Em novembro, diante da não efetivação de acordo entre poder público e proprietários a Justiça “oficiou ao Secretário de Segurança Pública do Estado, bem como ao comandante da Polícia Militar, para cumprirem a decisão sob pena de responsabilização criminal pelo descumprimento (JUNIOR, 2005, p.60)”. Essas promessas, não cumpridas fizeram com que várias famílias fizessem investimento na construção de casas de alvenaria, no lugar dos acampamentos de lona, sem contar a criação de pontos de comércio e abertura de ruas.

Em dezembro de 2004, a decisão ainda não havia sido cumprida. A ocupação contava com aproximadamente 12 mil pessoas e o total de construções feitas no local era avaliado em aproximadamente R\$ 8 milhões, segundo Júnior (2005). Foi concedido pela Justiça o prazo para até 17 de janeiro de 2005 para que a Agehab fizesse um cadastramento das famílias, para que fossem beneficiadas em eventual subsidio do governo estadual na aquisição futura de moradias (alternativa que não agradava aos ocupantes da área). Frente ao pedido da Procuradoria Geral do Estado, em conjunto com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, o juiz plantonista reavaliou novamente o caso e acatou pedido dilatando a data da desocupação para até o dia 31 de janeiro.

De acordo com peça do Ministério Público (2006) expirado novamente esse prazo, as autoridades estaduais, municipais e representantes dos Sem Teto, fizeram várias reuniões; “porém o acordo proposto não se apresentou favorável às famílias, e segundo concluíram, a situação só se resolveria com a desapropriação da área. Diante disso, os posseiros manifestaram que resistiriam a qualquer ação de despejo (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2006, p.3) ”.

A partir desse momento a desocupação tornou-se inevitável. Começa a chamada pela Polícia Militar “Operação Inquietação”, que consiste numa estratégia de enfraquecimento da resistência dos Sem Teto por meio de bombas de efeito moral durante as madrugadas, cortes de energia, cerco policial da área impedindo entrada e saída de pessoas, sirenes policiais ligadas e balas de borrachas disparadas durante a madrugada. O intuito era desgastar psicologicamente os ocupantes da área.

A Operação Inquietação gerou a reação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Câmara de Vereadores, além de outras entidades civis, que denunciaram a ação ao Ministério Público. Também foi solicitada a intervenção do Governo Federal no caso, frente à iminência de um desfecho trágico.

Neste ponto entra em cena o poder econômico do setor imobiliário goianiense. Os empresários temiam o precedente que uma desapropriação pudesse causar e estimular novas invasões; além disso, como aponta Dias (2007) tinham grande interesse na valorização da área e não mediram esforços para que o desfecho da disputa terminasse em consonância com seus próprios interesses econômicos:

Apesar dos esforços em busca de uma saída pacífica para o caso, a postura adotada pelos setores imobiliários foi determinante para a radicalização do processo. Interessados na área rica em infra-estrutura e de excelente localização, além de temerosos de que o êxito nesta luta pelo direito à moradia e à cidade estimulasse novas ocupações em terrenos abandonados, os agentes do mercado imobiliário pressionaram não somente o Poder Judiciário a favor do respeito à decisão judicial lançada, como também os proprietários para que os mesmos não acatassem nenhuma solução que permitisse a permanência dos ocupantes no local (DIAS, 2007, p.103).

A prova inconteste dessa ação pode ser constatada por meio de uma nota paga publicada nos jornais Diário da Manhã e O Popular em que o empresariado defende e exige o cumprimento da ordem de reintegração de posse e desalojamento das famílias. Pela sua importância segue abaixo a nota, que foi publicada no Jornal O Popular, em 28 de janeiro de 2005 (O POPULAR, 2005):

Figura III – Carta de Entidades da Construção Civil de Goiás.

CARTA ABERTA À SOCIEDADE
INVASÃO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL

A população goiana observa com apreensão o movimento das invasões de lotes urbanos. A ação ilegal dos invasores das três áreas privadas no Parque Oeste Industrial, região Sudoeste de Goiânia, e os sucessivos adiamentos para a retirada dos invasores, criaram uma desordem judicial, política e institucional, ignorando as normas de nossa atual Carta Magna que instituíram um “Estado Democrático de Direito”. Tal situação coloca em risco a segurança e o bem estar de todo o povo goiano, que aguarda com ansiedade o cumprimento de uma ordem proferida pelo órgão competente- o Poder Judiciário. Não há mais condições de se adiar o restabelecimento da ordem em Goiânia. Por meio desta carta, manifesta-se toda a indignação de alguns segmentos da sociedade organizada, aqui representados, perante este movimento encabeçado por aproveitadores que ignoram e afrontam as mais preciosas conquistas do povo brasileiro: os princípios fundamentais da democracia.

Importante esclarecer que o objetivo desta carta não é apenas apelar para que princípios fundamentais sejam cumpridos, mas, principalmente, alertar a desordem que se instaura em Goiás, caso não seja cumprida a ordem de reintegração. A ousadia dos invasores agride e desafia as autoridades governamentais tanto estaduais quanto municipais, o Poder Judiciário e ainda debocha de toda a sociedade goiana, que anseia pela retirada dos invasores e não admite que, nos tempos atuais, as autoridades utilizem do artifício da protelação da solução, para que o fato caia no esquecimento público. No caso da invasão do Parque Oeste Industrial, a população exige ser ouvida e deseja que seja restabelecida, na cidade, a ordem e a justiça. Confiamos no governador Marconi Perillo, que em seu histórico político sempre demonstrou respeito às leis e ao “Estado Democrático de Direito”.

A sociedade goianiense, por meio de notícias, artigos, notas e informes, publicados nos veículos de comunicação, tem se manifestado reiteradamente contra a permanência dos invasores na área, denunciando o oportunismo de pessoas que buscam o lucro fácil. Qualquer outra decisão que não seja a retirada dos invasores do Parque Oeste Industrial criará um perigoso precedente para a difusão de uma cultura da invasão em Goiás, e também demonstraria que o Estado estaria omissa com a prática de tais ilegalidades. É importante lembrar que a lei serve para todos. Se a solução for a desapropriação da área, os cidadãos de bem, cumpridores de suas obrigações como contribuintes e cidadãos, acabarão













O POPULAR
28/01/2005





Fonte: Jornal O Popular

No dia 16 de fevereiro de 2005 o Estado de Goiás cumpre a decisão judicial, por meio da Operação Triunfo (batizado pela Polícia Militar), com cerca de dois mil agentes policiais. A desocupação foi rápida, durou menos de um dia e teve como resultado a morte de duas pessoas, um paraplégico, 40 feridos e pelo menos 800 presos. Segundo Dias (2007)

“a maior operação da PM em Goiás” custou aproximadamente R\$ 1 milhão para os cofres públicos. O autor também relata a agressividade da ação policial, por meio do relato de uma testemunha que viu um dos moradores de nome Wagner Silva Moreira, ainda vivo e rendido, sendo alvejado por um tiro no peito e outro na barriga de um oficial (capitão) da policia. Ele ainda teria sido espancado diversas vezes, já morto, pelos PM’s.

A ação violenta e desproporcional da polícia goiana foi bem descrito pelo Ministério Público Federal em Goiás, que aponta inúmeros casos de excessos e abuso de poder contra os ocupantes do Parque Oeste Industrial, como humilhações, tiros letais e não letais, espancamentos, pauladas e chutes. A segunda morte foi de Pedro Nascimento da Silva, cujo relato também consta na ação do Ministério Público Federal e que transcrevemos abaixo:

Segundo testemunhas, Pedro Nascimento da Silva, no momento em que policiais militares entravam pela Avenida das Magnólias, estava em uma barricada, distribuindo bandeiras brancas para os outros ocupantes que lá se encontravam. Com o ingresso da tropa de choque, alguns invasores bateram palmas e passaram a cantar o Hino Nacional. Todavia, foram surpreendidos pela ação violenta dos policiais militares que lançaram bombas e desferiram tiros letais e não letais contra os mesmos. Pedro então virou-se para correr, todavia foi atingido na região lombar esquerda (conforme Laudo de Exame Cadavérico).

A ação militar também vitimou **Marcelo Henrique Dias**, que tentava evadir-se do cerco policial tendo sido atingido por um tiro na região dorsal esquerda. Assim que foi atingido, Marcelo Henrique foi socorrido por algumas mulheres que estavam na ocupação, que o conduziram até a área do posto de gasolina. Do local foi levado por policiais do Corpo de Bombeiros para o HUGO, onde se submeteu a procedimento cirúrgico, sendo constatado que sofreu traumatismo raque medular, que lhe causou paraplegia dos membros inferiores (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2006, p.8).

Figura IV – Policia Militar derruba um dos barracos da ocupação



Fonte: TV Anhanguera

A investigação também mostra diversos outros relatos de vítimas feridas de disparos de arma letal enquanto corriam da ação policial. Após a desocupação a maioria os barracos e casas foram destruídas e grande parte dos moradores não pôde nem mesmo retirar os seus pertences. Já nos dias seguintes a área foi devolvida para os seus donos, situação em que continua até hoje. A Justiça goiana absolveu, em 2014, todos os policiais acusados pelas mortes e feridos, conforme publicado pelo jornal O Popular em 25/06/2014.

Figura V – Imagens da desocupação do Parque Oeste Industrial



Fonte: Frei Marcos Sassatelli

Segundo Júnior (2005) cerca de mil famílias foram levadas para ginásios de esportes, onde ficariam por 105 dias e em decorrência da insalubridade do local, mais três pessoas morreram. Em seguida, em decorrência da insustentável condição de insalubridade dos ginásios, as restantes foram levadas para uma área provisória no Setor Grajaú, um bairro afastado da cidade e sem nenhuma infraestrutura básica (energia elétrica, asfalto, esgoto, equipamentos comunitários e sociais). Lá viveram sob barracas de lona preta. Segundo

Júnior (2005, p.62) “neste local uma criança já perdeu a sua vida devido às condições de insalubridade. Duas gestantes tiveram a gravidez interrompida. Diarréia, enjôos e problemas respiratórios é fato comum entre os alojados”.

Dias (2007, p.116) detalha que durante o período de estiagem, com a elevação da temperatura, as famílias sofriam com desidratação. Já no período das chuvas o vento forte atingia as lonas e deixava um rastro de destruição que ainda era aumentado pela ausência de coleta de esgoto. Um desses temporais destruiu 456 barracas, e no dia 01 de janeiro de 2006 um incêndio danificou outras 28 “moradias”.

Essa situação precária fez com que o local fosse conhecido como a “cidade da lona preta” já que a realidade das famílias ficou igual ou até mesmo pior ao período em que viveram em ginásios esportivos. Reféns de uma péssima situação de higiene e sanitária, da violência, do abandono, da desidratação frente às altas temperaturas do local. A situação ficou a tal ponto crítica que em setembro de 2005 a Defesa Civil “protocolou junto a prefeitura de Goiânia o pedido de decreto de situação de emergência para o local”, segundo DIAS (2007, p.115).

Frente a essa situação o estado e município adquirem uma área para construir um residencial em que pudesse assentar definitivamente as famílias, ao custo de R\$ 6 milhões. Tendo esta sua maior parte localizada fora da zona urbana da capital, foi necessário que o poder público fizesse uma alteração incluindo-a na malha urbana de Goiânia. Curiosamente, após a desocupação os representantes de setor imobiliário lançaram uma nova nota paga, saudando o desfecho da desocupação:

Figura VI – Manifesto de Entidades da Construção Civil de Goiás após a desocupação.



Fonte: Jornal O Popular

O desfecho violento da invasão do Parque Oeste Industrial deixou marcas profundas não apenas em adultos e idosos, mas atingiu também uma geração de crianças que presenciaram todo esse processo e podem ter sido afetadas do ponto de vista psicológico, físico e cognitivo. Após a desocupação das famílias a prefeitura de Goiânia implantou em tempo recorde, nas instalações do Centro de Formação Paulo Freire, a escola Municipal Renascer. Essa escola, de tempo integral, atendeu a 315 crianças da ocupação. Segundo Pinto (2009) este reingresso das crianças na escola foi inicialmente aceito com desconfiança pelos Sem-Teto (que suspeitavam de que fosse mais uma ação das autoridades para enfraquecer o movimento) e somente após a ação do Ministério Público permitiram que os filhos fossem matriculados.

A autora, que foi uma das educadoras da escola, relata que as crianças traziam as marcas do processo de desocupação e utilizam o discurso de “ser um sem teto e sem casa, sou assim mesmo” como justificativa para qualquer questionamento ou descumprimento das orientações dos professores. Além disso, “ao longo de dois meses, voluntários da área

de saúde se revezaram a fim de eliminar dos educandos a escabiose, a pediculose e outros males causados por parasitas e ausência de higiene (PINTO, 2009, p.115)”.

O desafio dos educadores foi melhor detalhado por Pinto (2009) por meio da informação constante no Projeto Político Pedagógico da Escola:

Medos, violência, intolerância..... e ainda histórias de migrações de suas famílias de um lugar para o outro, inclusive de um Estado para o outro, o que gerou mudanças de escolas constantemente. Tal situação levou a outros problemas, sem tempo para formar raízes e referências; histórias de fracasso escolar, e de “tempos” sem escola. Inicialmente, direção, coordenação, professores, funcionários e FUNDEC e outros atuaram no sentido de acolher, cuidar, alimentar e propiciar um ambiente onde as crianças pudessem se distanciar dos conflitos (brigas, alcoolismo, abusos) que vivenciavam na comunidade a qual pertenciam. Após alguns meses, a ação da equipe escolar ainda era no sentido de intervir nos conflitos físicos, garantir a alimentação (para muitos a única do dia) e material escolar (lápiz, borracha e caderno), além de manter os alunos na sala de aula, pois saíam sem autorização e em grande número, e organizar as matrículas (formação de turmas). Para isso tínhamos na maioria das vezes, apenas o relato das crianças, informando seus nomes e idades (PINTO, 2009, p.116).

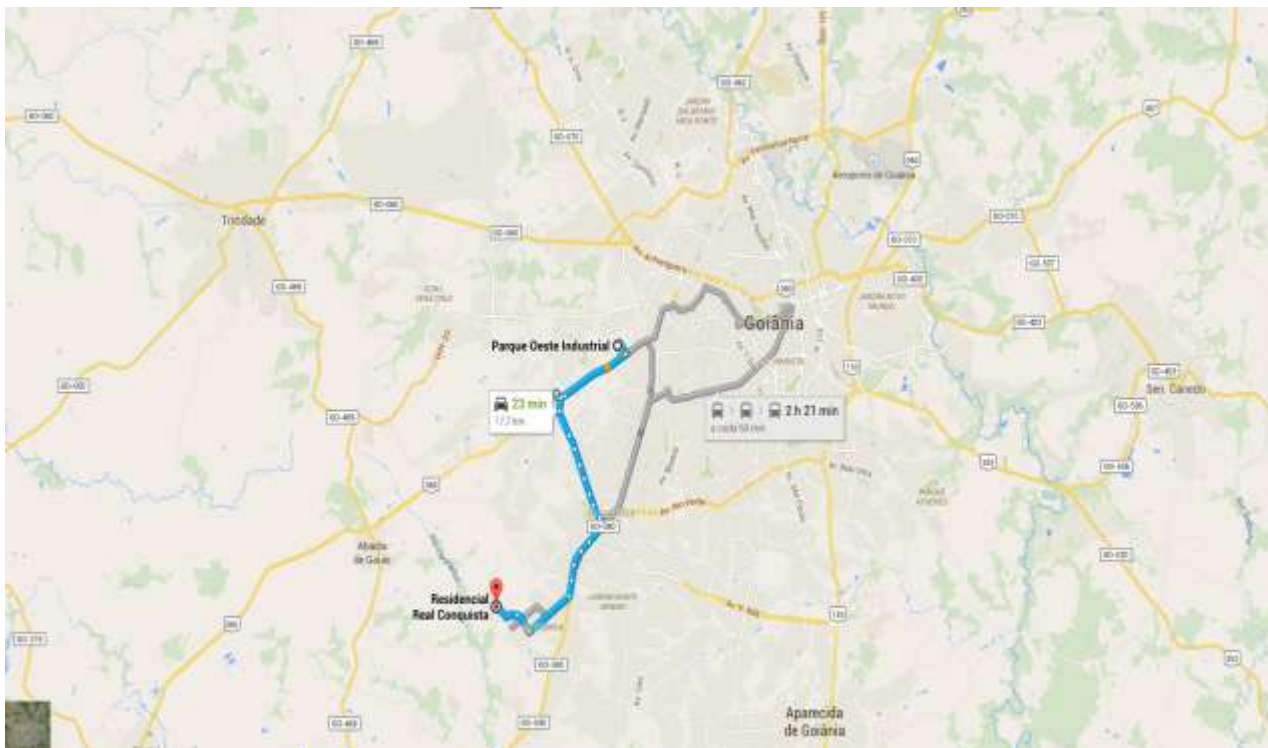
O bairro Residencial Real Conquista, área para a qual os moradores foram transferidos após a desocupação, também pertence à região sudoeste, porém distante cerca de 22 quilômetros do centro e 17 quilômetros da área ocupada irregularmente pelos Sem Teto. É localizado em uma área rural, longe da zona de expansão da cidade e, para sua construção, foi necessário que a prefeitura fizesse uma alteração no traçado da cidade, passando a considerar essa área como urbana. Não por acaso, este nome foi escolhido numa clara alusão à ocupação “Sonho Real”, numa tentativa simbólica de homenagear e reconhecer a luta dos posseiros.

A construção do bairro foi a solução encontrada para o assentamento definitivo das famílias que ocuparam irregularmente a área particular localizada no Parque Oeste Industrial e ocorreu por meio de um arranjo entre governo estadual, com a participação da Agehab e da Saneago, o governo federal, tendo a Caixa Econômica Federal como o agente financeiro e a prefeitura de Goiânia.

O nono e último módulo do Residencial foi entregue no último mês de maio de 2014. Assim, segundo dados da Agehab, habitam o local 2.470 famílias, correspondendo a uma população de 12 mil pessoas. No mês de maio de 2013 foi emitido pelo Cartório de

Registro de Imóveis, certidão oficial de registro do bairro, que agora passa a constar, legalmente, como bairro de Goiânia, e não mais como gleba de terra.

Figura VII – Distância do Residencial Real Conquista para o bairro Parque Oeste Industrial



Fonte: Google Maps

De 2005 (época do conflito) até outubro de 2013 foram criados 95 novos bairros na cidade, totalizando 580 no total, segundo dados da Prefeitura de Goiânia. Neste período, o ano de 2004 foi o que teve o maior número de aprovações, com 28 bairros, seguido do ano de 2006, com 19 bairros criados.

Segundo os dados da prefeitura de Goiânia em nenhum dos casos tratava-se de de regularização de loteamentos irregulares ou clandestinos. Além disso, todos eles teriam sido aprovados dentro da malha urbana da capital, conforme podemos ver na tabela que segue.

Tabela 1: Loteamentos aprovados em Goiânia

Década/ano	Aprovados pela Prefeitura de Goiânia				Situação					Obs.	Total
	Situados em Goiânia	Situados em Senador Canedo	Distrito de Vila Rica	Aprovado pelo Estado	Aprovado pelo Inca	Irregular	Clandestino	Outros*	Em Aprovação		
1930	8	-	-	-	1	-	-	-	-	-	9
1940	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
1950	125	-	-	1	4	1	-	1	-	-	132
1960	26	-	-	-	2	-	-	4	-	-	32
1970	32	-	-	-	1	-	-	2	-	-	35
1980	29	-	-	-	-	-	-	1	-	-	30
1990	106	-	-	-	1	1	-	-	-	-	108
ano 2000	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42
ano 2001	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
ano 2002	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
ano 2003	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
ano 2004	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
ano 2005	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
ano 2006	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
ano 2007	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
ano 2008	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
ano 2009	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
ano 2010	9	-	-	-	-	-	-	-	-	Decreto 1344/2010 revogou 1925/2000 Decreto 1622/2011 revogou o 2544/2008 Decreto 2246/2011 revogou os Decretos 3078/2008 e 2999/2000 Decreto 2247/2011 revogou os Decretos 3079/2008 e 2998/2000 Decreto 2646/2011 revogou os Decretos 1387/2011 e 2373/2004 Decreto 3004/2011 revogou o 3331/2009	9
ano 2011	12	-	-	-	-	-	-	-	-	Decreto 2420/2012 revogou o 1896/2006 Decreto 1057/2012 revogou o 1736/2010	12
ano 2012	11	-	-	-	-	-	-	-	-	Decreto 2725/2013 revogou os Decretos 1594/2010, 1264/2012 e 2289/2012 Decreto 3985/2013 revogou o 2339/2004 Decreto 3925/2013 revogou o 2104/1997 Decreto 4057/2013 revogou o 2286/2004 Decreto 3691/2013 revogou o 2286/2004 Decreto 4556/2013 revogou o 2245/2004	11
ano 2013	6	-	-	-	-	-	-	-	-		6
Total	559	0	0	1	10	2	0	8	0		580

Fonte: Prefeitura de Goiânia/SEMOUR/DPESE/DVOCAD
 Dados trabalhados pelo DPESE/DVESE
 Nota: * fazendas, chácaras, registros cartoriais por edital.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL COM BASE NOS ESTUDOS APRESENTADOS

Com base nos estudos e na análise bibliográfica apontados nesse capítulo, concluímos que, passados dez anos, o caso Parque Oeste Industrial mostra a força do poder econômico sobre o Estado (notadamente o executivo e judiciário conservador), com claros prejuízos econômicos e sociais para a sociedade, se consideramos os custos com a desocupação, o investimento dos Sem Teto e a construção de um novo residencial para abrigá-los. Isso sem contar o drama social vivido por milhares de famílias, com mortos e mutilados ou deixadas à própria sorte, inclusive com impacto incomensurável nas futuras gerações.

Este fato evidencia que a sociedade brasileira ainda carece, necessariamente, de leis, mecanismos e políticas públicas que ofereçam saídas mediadas para situações de crise urbana como essa e que imponha limites claros a ação do poder dos grupos econômicos

frente às demandas sociais. Somente a pressão e amadurecimento da sociedade organizada poderá garantir que situações como essa não voltem a ocorrer.

A pesquisa documental e bibliográfica deixou clara a força e violência do aparato de Estado na desocupação da área, que só foi plenamente consumado após as eleições municipais daquele ano, o que certamente influenciou na consolidação da ocupação nesses nove meses de indefinição. A ordem judicial já expedida (mesmo questionável frente ao fato de o imóvel estar com impostos atrasados e entregue à especulação), só foi cumprida após o momento político mais favorável, ou seja, após o resultado final das eleições.

Os Direitos Humanos não podem ser alijados sob pretexto de cumprimento de uma decisão legalista questionável, se consideramos que o imóvel não cumpria sua função social. No caso Parque Oeste Industrial, com base nos documentos e estudos aqui detalhados, foram gravemente violados o Direito à Moradia, o Direito a Cidade e o Direito à Alimentação.

Trata-se de situação que não deve jamais ser esquecida pela sociedade goiana, mesmo passados dez anos, pois é motivo de mácula e vergonha na história recente do país. Infelizmente esta situação não ocorreu apenas em Goiás. A prova disso é que a Organização das Nações Unidas (ONU) cobrou do governo brasileiro, em 2010, explicações sobre a expulsão das quatro mil famílias da área, conforme noticiado pelo jornal O HOJE.

A ONU tornou pública, na última sexta-feira, uma carta enviada ao governo brasileiro no ano passado, cobrando explicações sobre denúncias de expulsão de moradores em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. A relatora da ONU pelo Direito à Moradia, a arquiteta brasileira Raquel Rolnik, encaminhou as queixas ao Itamaraty – responsável por tratar do tema com autoridades locais – mas afirma que não obteve resposta (O HOJE, 2 de março de 2010).

A narrativa do despejo e descaso com as famílias após a desocupação mostra que não houve por parte do Poder Público uma preocupação efetiva com o destino dessas famílias, que aguardaram anos para uma solução definitiva em barracos de lona, ginásios esportivos, desprotegidos quanto à ação do tempo, sem segurança física e alimentar, muito menos condições básicas de higiene e saúde. Por isso, mais mortes e doenças seguiram assombrando os Sem Teto. Na verdade, somente uma ação integrada entre o Poder Público e a Justiça poderia evitar que uma solução para um conflito urbano dessa magnitude

demorasse quase dez anos para ser totalmente efetivada com custos astronômicos para a sociedade e lucro garantido para os investidores.

Convém lembrar que os Sem Teto tiveram apoio da Igreja Católica e que chegou a ser criado um Fórum de Apoio aos Sem Teto composto por diversas entidades como a Arquidiocese de Goiânia (arcebispo metropolitano Dom Washington Cruz, Cerrado Assessoria Jurídica Popular, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Goiânia, Federação Nacional dos Arquitetos de Goiás, Pastoral da Criança, dentre outras. Destaque para o Frei Marcos Sassatelli que sempre atuou em favor do movimento e sempre relata em artigos para a imprensa local os excessos ocorridos na desocupação do Parque Oeste Industrial.

Após o despejo as milhares de famílias, em protesto, marcharam para a Assembleia Legislativa de Goiás e depois para a Catedral Metropolitana de Goiânia, na tentativa de velar os corpos dos posseiros Pedro Nascimento Silva e Wagner Silva Moreira, mortos pelos policiais militares na desocupação. Nesse momento, descobriram policiais militares disfarçados e infiltrados que tentavam fazer a prisão de um dos manifestantes, o que gerou revolta, indignação e mais tumulto:

Descobertos, chegam a sacar suas armas, disparam tiros para o alto e saem em cumprir a ordem de prisão.

Os agentes ainda retornam, agora sob a proteção de soldados do Batalhão de Choque e de policiais militares que faziam a proteção do Palácio das Esmeraldas, sede do Governo do Estado, localizado a poucos metros do local. Tentam, novamente sem sucesso, efetuar a prisão, provocando mais tumulto (SILVA, 2007, p. 112).

Apesar de todas essas constatações nenhum agente público foi punido e a área particular continuou por vários anos objeto de especulação imobiliária. Concluímos então, que somente uma política pública que pense de que forma irá ocorrer o crescimento da cidade e iniba a especulação imobiliária poderá evitar novas situações como essa voltem a ocorrer. Porém, no conflito urbano que estudamos, outra variável fundamental para retratar esse processo (notadamente o seu desfecho) foi a cobertura jornalística pela imprensa local. A diferença, neste caso, é que essa variável além de relatar, também influenciou o resultado do conflito. É por este motivo que merece um capítulo à parte, que irá analisar como as reportagens veiculadas na mídia retrataram esse processo.

CAPITULO 3 - A OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS REPORTAGENS VEICULADAS NA IMPRENSA

Neste estudo, como já dissemos na introdução, o exame e análise do processo de desocupação do parque oeste industrial foi também feito a partir das reportagens publicadas em dois jornais de Goiânia, os dois maiores jornais diários impressos de Goiás: O Popular e Diário da Manhã, veículos estes tradicionais e que acompanham a evolução e consolidação da cidade de Goiânia no cenário nacional.

A pesquisa documental sobre o assunto nos dois principais jornais de Goiás (O Popular e Diário da Manhã), de 2004 a 2012, revelou oitenta e nove matérias jornalísticas sobre o tema Parque Oeste Industrial, sendo 65 do Jornal O Popular e 34 do Jornal Diário da Manhã. Os termos pesquisados nos Centros de Documentações dos Jornais foram: “Real Conquista” e “Parque Oeste Industrial”.

As reportagens veiculadas nos dois jornais foram categorizadas em função da temática que tratavam, sempre no contexto da cobertura da ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial.

Antes dessa análise julgamos importante informar um pouco da história dos dois veículos que serão analisados.

3.1. Breve histórico dos jornais analisados

O Popular é o jornal local de maior circulação e influência no estado de Goiás. Curiosamente o jornal foi fundado por Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara, em 1938, apenas um ano após a transferência da capital do estado da Cidade de Goiás para Goiânia, tendo como objetivo o esforço de integrar o Centro Oeste com o restante do país). O jornal foi o primeiro veículo do que é hoje o Grupo Jaime Câmara.

Conforme mostra estudo de Borges e Chaveiro (2013), Jaime Câmara Junior, já editava a revista *Informação Goiana* que foi fundamental na consolidação do jornal, enquanto veículo de propaganda midiática para a construção da cidade de Goiânia.

Pedro Ludovico⁸ logo compreendeu que Goiânia, antes de se fazer cidade, já existia no plano simbólico e, mais do que isso, que sua efetiva construção e solidificação mantinham interdependência com a força imagética. Por isso, em 1934 convocou Joaquim Câmara Filho para dirigir a guerra de propaganda que acompanhou o nascedouro da nova capital. Segundo Asmar (1989, p.66) suas palavras foram: ‘Criei o Departamento de Propaganda e Venda de Terras. Neste particular, o Sólon de Almeida e o metier. Na propaganda quero você’ (BORGES E CHAVEIRO, 2013, p.6).

Nota-se que desde o princípio a atividade de Câmara Filho se imbricava com a promoção e a propaganda de Goiânia e também com a venda de lotes e imóveis. A cidade que ainda estava nascendo,

Ganhava o Brasil e o mundo, atraindo os desejáveis novos moradores, como Goiás, continuava sua saga, tão bem edificada pela Revista *Informação Goiana*, de colocar-se como um novo território para se investir, capaz de acolher o capital num diversificado cardápio de atividades econômicas, geradoras de inúmeros postos de trabalho (BORGES E CHAVEIRO, 2013, p.7).

A essa altura Câmara Filho já era homem forte da propaganda do governo, passando a gozar de enorme prestígio social e econômico. A consolidação do jornal também se deve ao trabalho de seus irmãos Vicente Rebouças Câmara e Jaime Câmara. O jornal começou com uma empresa de impressão.

Em Goiânia, tudo era novidade e o que aqui se edificava também tinha frescor. E assim a Tipografia Popular ficou para a história da antiga capital, enquanto J. Câmara & Cia emergiu na nova. Em 1945 a empresa familiar foi transformada em J. Câmara & Irmãos S.A., cujas atividades englobavam impressão e venda de papelaria em geral, publicação do Jornal *O Popular*, importações e exportações, que giravam em torno de bens duráveis e insumos garantidores das atividades de impressão (BORGES e CHAVEIRO, 2013, p. 10)

Como se pode ver, o jornal começou como uma empresa de impressão e foi crescendo com a consolidação da nova capital, das boas relações políticas, da visão de futuro da família Câmara, da pouca concorrência existente no ramo nos primeiros anos de fundação do veículo e dos investimentos constantes em tecnologia e infraestrutura. De início apenas o jornal *Folha de Goiaz* conseguiu durante algum tempo fazer sombra ao Popular, mas sucumbiu frente “a incapacidade de qualquer periódico goianiense ou goiano de enfrentar o

⁸ Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi interventor federal na década de 1930 e em seguida, governador de Goiás. É considerado um dos mais importantes políticos da história do estado, principalmente por ter idealizado e comandado a construção da cidade de Goiânia.

sistema da Organização Jaime Câmara (OJC)⁹ – nitidamente empresarial e interligado ao que há de mais moderno no ramo comunicacional brasileiro (BORGES e CHAVEIRO, 2013, p.13) ”.

Já o jornal Diário da Manhã foi fundado pelo jornalista Batista Custódio, bastante conhecido e atuante, em 1980 e sucede o Jornal Cinco de Março. Este jornal não pertence a um conglomerado econômico maior, possuindo uma linha editorial mais voltado para divulgar notícias de interesse das camadas populares, porem com enfoque quase sempre alinhado ao poder constituído.

Na década de 1980 o jornal chegou a ser considerado um dos principais do país, contando com a participação de jornalistas de renome nacional. O veículo chegou a ter a quinta maior tiragem nacional, mas foi fechado por falência em três de outubro de 1984.

No entanto, foi reaberto por Custódio dois anos depois, em 10 de outubro de 1986. O Diário da Manhã é um dos únicos jornais diários a disponibilizar seu conteúdo total e aberto em seu sítio na internet, um dos mais visitados do estado. O jornal O Popular libera o seu conteúdo na internet apenas para assinantes.

3.2 Análise das reportagens veiculadas pelos dois veículos impressos diários

Como já dissemos a imprensa jogou papel importante na narrativa do caso Parque Oeste Industrial ao relatar os acontecimentos do episódio (de acordo com o seu enfoque) e pelo seu incontestável poder de influenciar a opinião do público, principalmente em situações de grande alcance, interesse e repercussão. Assim, consideramos importante analisar a cobertura e, para tanto, elegemos algumas categorias que entendemos adequadas para os objetivos deste trabalho. As categorias de análise deste estudo ficaram assim constituídas:

- a caracterização do movimento e dos seus ocupantes;
- a posse e situação legal do terreno;
- a cobertura da ocupação e da desocupação,

⁹ O jornal foi o primeiro veículo do Grupo Jaime Câmara (OJC), nome alterado e que é hoje o Grupo Jaime Câmara, considerado um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, formado por 24 veículos de comunicação, sediados nos Estados de Goiás e Tocantins, além do Distrito Federal.

3.2.1 A caracterização do movimento e dos ocupantes

Segundo Dias (2007, p.120) “sempre acompanhados pela denominação ‘invasores’, os militantes sem-teto que ousaram desafiar a estrutura fundiária especuladora e conservadora da cidade de Goiânia, sofreram uma seqüência de desqualificações por parte da imprensa local”, fato também constatado por nós. Basicamente essa desqualificação ocorreu à medida que a ocupação ganhava força e foi maior no fim do ano de 2004 e início de 2005. Constatamos quatro grandes matérias do Jornal O Popular, no período de novembro de 2004 (quando a ocupação se consolidou), denunciando a venda irregular de lotes e a existência de “laranjas” na ocupação.

O “filtro” do jornal pormenorizou, porém, o estado de abandono do imóvel que há anos estava entregue à especulação imobiliária, sem ocupar sua função social e sem pagar impostos ao Estado:

A Polícia Civil de Goiás vai instaurar inquérito para investigar a denúncia de venda de lotes na invasão do Parque Oeste Industrial, ocupada por famílias sem-teto em maio deste ano. A investigação será feita a pedido do Ministério Público estadual. Em reportagem exclusiva publicada no domingo, O POPULAR mostrou a tentativa de negociação para compra de dois lotes no local, num total de 400 metros quadrados, por R\$ 10 mil. O promotor de justiça da área de Urbanismo, Maurício Nardini, requisitou do jornal cópia da fita cassete em que está gravado o diálogo por telefone com um dos posseiros que ocupam a área e também com uma pessoa que se identifica como um dos líderes da invasão. Na gravação, o jornal tenta fechar o negócio, iniciado um dia antes, para compra de duas áreas na primeira etapa da ocupação. O terreno invadido engloba três áreas.

As denúncias são graves. “Se confirmadas, estas pessoas podem ser processadas por estelionato, porque vender coisa alheia é crime”, explica Maurício Nardini. Os proprietários do imóvel, que devem cerca de R\$ 1,7 milhão em impostos ao Município, formalizaram na semana passada uma proposta pela qual parte da área seria dada em pagamento da dívida. (O POPULAR, 23/11/2004).

Em outra matéria publicada em 26/11/2004, o veículo também destaca que cerca de cinquenta “invasores” já eram proprietários de imóveis em Goiânia, portanto não teriam legitimidade para pleitearem moradia. O fato de que alguns “invasores” poderem ser qualificados como aproveitadores se destaca ainda quando, na mesma matéria se salienta que alguns deles seriam oriundos de outros estados. Entretanto, ainda segundo Dias (2007, p.122) essas qualificações não são pertinentes, na medida em que “num universo de 12.000 a 15.000 sem-teto, buscou-se em menos de 1%, sem nenhum critério, de modo aleatório, a generalização de uma situação”. Além disso, lembramos que o Residencial Real Conquista,

construído para abrigar os sem-teto, possui praticamente a mesma quantidade de moradores (que passaram por rigorosos processos de seleção), o que comprova que a esmagadora maioria dos ocupantes do Parque Oeste Industrial não eram “aproveitadores”.

Esta cobertura nos parece ter como pano de fundo uma estratégia de caracterização do movimento pelo Jornal O Popular que culmina na criminalização dos Sem Teto e desqualificação dos ocupantes. Tal suposição também encontra consonância nos estudos de Silva (2007). Em seu trabalho sobre a desocupação do Parque Oeste Industrial, ao abordar a cobertura da imprensa sobre o episódio e analisando o enfoque dado pelos jornais O Popular e Diário da Manhã o autor afirma:

Manchetes e submanchetes de toda ordem já anunciavam a visão dos grandes setores de comunicação sobre o conflito. Os principais e mais delicados momentos que desencadearam para a trágica desocupação tiveram a participação decisiva da mídia na construção de uma versão, na maioria das vezes, desfavorável a imagem dos militantes perante a sociedade (SILVA, 2007, p. 119).

Constatamos também que boa parte das matérias veiculadas pelo jornal O Popular não são assinadas pelos repórteres. Das 65 matérias, onze não foram assinadas, fato este que ocorreu justamente nos últimos meses da ocupação, quando mais se aproximava a decisão pelo despejo das famílias. Essas matérias sem assinatura estão nas reportagens em que ocorrem as denúncias de vendas de lote irregularmente pelos “invasores”, que também foi notado por Dias e Freire (2012) ao analisarem a cobertura do Jornal O Popular no episódio:

Um total de 11 matérias não conta com assinatura. É de se notar que exatamente neste material sem assinatura é que são encontrados termos que podem ser considerados pejorativos sobre o conflito, a exemplo de “invasão”, “ocupação irregular”, “bagunça” e “miséria”. Em caso de ação judicial pelo uso de expressões como estas, não seria possível identificar nominalmente o responsável pela produção do material jornalístico (DIAS e FREIRE, 202, p.9).

Esta caracterização, no mínimo tendenciosa sobre o conflito e movimento, também pode ser constatada pela escolha dos termos usados nas matérias: de todas as notícias analisadas constam os termos “invasores”, “posseiros”, “ocupação irregular” e “oportunistas”. O enfoque é menos generalista com o movimento somente após a desocupação da área, quando milhares de famílias miseráveis não tinham para onde ir. Ainda assim, o enfoque que visava criminalizar o movimento não desapareceu totalmente:

É apenas a esperança que ainda dá forças para as centenas de famílias miseráveis que, junto com **outros de melhor poder aquisitivo e oportunistas (grifo nosso)**, foram despejados da maior e mais conflituosa invasão da história goiana. Hoje eles aguardam uma solução espalhados pelos ginásios de esportes dos Setores Capuava e Novo Horizonte, dormindo em colchões emprestados, vestindo e comendo o que lhes é doado, abafados pelo calor do teto de zinco (O POPULAR, 20 de fevereiro de 2005).

Verificamos ainda que em raras oportunidades o veículo ouvia a liderança ou mesmo integrantes do movimento, privilegiando sempre as fontes oficiais. Isso também foi percebido por Dias e Freire (2012, p.285) que estudaram especificamente sobre os “critérios de noticiabilidade” que são mais considerados no momento de escolha dos acontecimentos que serão veiculados:

Há neste grupo de matérias, a evidência do critério de notoriedade para definir que quanto maior a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento, seguindo a lógica do poder hegemônico, mais espaço e força terá o material jornalístico. O que não podemos ignorar é que os critérios para definição desta hierarquia são estruturalmente impostos e, na maioria dos casos, desconsideram vidas inteiras. (DIAS E FREIRE, 2012, p.288).

Por fim, possivelmente com o objetivo de validar o resultado da desocupação, O Popular divulga o resultado de uma pesquisa que aponta que “95% da população não concorda com a invasão de áreas particulares”, mostrando claramente a tentativa de formação de uma “opinião pública” favorável à desocupação. A matéria, porém, não informa se na pesquisa foi questionado sobre o abandono de uma área, sem recolhimento de impostos e visando à especulação imobiliária. Isso comprova a importância e poderio do enfoque e da escolha jornalística dos veículos de comunicação para a construção de uma realidade junto ao público.

Já o Jornal Diário da Manhã mostra inicialmente uma cobertura oposta à de seu concorrente. O veículo foi o único a penetrar no dia-a-dia do local e relatar o cotidiano dos moradores, que em nenhum momento são relatados como criminosos, conforme matéria “Com Cara de Bairro”, cujo trecho segue abaixo:

Com oito meses de existência, a ocupação do Parque Oeste Industrial (região sudoeste II) vem sendo organizada na tentativa de que a área seja desapropriada e regulamentada, assim como desejam os ocupantes. Desde que o terreno foi ocupado, os posseiros demonstram preocupação e cuidado com questões técnicas urbanísticas, no intuito de oferecer ao local ares de bairro. De certa forma, têm conseguido isso. Amanhã começa desocupação da área por ordem judicial, e há promessas de manifestação pacífica contra a ação por parte dos ocupantes. De maneira ordenada, criou-se um projeto de parcelamento da área. Um técnico em

topografia foi contratado pelos próprios posseiros e, por meio de coordenadas de localização por satélite, lotes e ruas foram delimitados. Cada terreno mede cerca de 200 m², o que condiz com as determinações da legislação federal de parcelamento de solo (Lei 6.766); as ruas foram abertas com nove metros de largura e, mesmo não sendo asfaltadas, apresentam boas condições para tráfego. A ocupação foi dividida em três etapas, que têm seus respectivos representantes. Existem até áreas destinadas à construção de creche, escola e sede para associação de moradores. O nome – Desgostosos por ver a área onde moram ser chamada de Invasão do Parque Oeste”, ocupantes realizaram uma votação e escolheram um nome: Residencial Sonho Real. “É para provar que tudo com que sonhamos é possível”, explica o membro do Conselho de Luta Pró-Moradia (criada dentro da ocupação), Américo Rodrigues. Hoje, o Sonho Real tem todas as suas ruas nomeadas, com números de quadra e lote para cada residência. Na falta de placas, vale escrever o endereço com tinta nos muros e paredes das casas. Ruas das Rosas, das Orquídeas, dos Cravos e a via mais movimentada da ocupação: a Avenida das Magnólias (DIÁRIO DA MANHÃ, 11 de janeiro de 2005).

Nota-se, claramente, o enfoque na questão do direito à moradia e capacidade de organização dos ocupantes. Diferentemente de O Popular, o Diário da Manhã mostrou uma abordagem mais humanizada dos ocupantes da área do Parque Oeste Industrial, inclusive com a publicação de artigos que questionam a decisão do judiciário e das autoridades de desocupar a área, frente ao gasto dos moradores.

A justiça, que vive fora do mundo real, em seus gabinetes refrigerados e acarpetados, não sabe que aqui fora a pele sangra e a fome dói. A justiça vive de teatros, mas não pode entender o drama real das três mil famílias invasoras e não mede conseqüências de uma retirada à força pela polícia (DIÁRIO DA MANHÃ, 13 de janeiro de 2005).

Mais tarde, porém, a linha adotada pelo jornal, já no período próximo à desocupação, se altera e também mostra suspeição sobre a lisura do líder do movimento e sobre o suposto caráter violento dos ocupantes da área. Ele afirma, na data da desocupação, que “dos 23 líderes da invasão, apenas um foi preso na área; o principal deles, Américo Rodrigues, estava escondido fora do Sonho Real e não deu nenhum apoio às famílias (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro de 2005) ”.

Essa mudança na postura do jornal, entretanto, pode ser explicada pelo fato de o fazer jornalístico sofrer influência diante de questões sociais específicas, como a necessidade de relatar corretamente o cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo em que se revelam as dificuldades da imprensa em cumprir sua função social e política, já que depende do mercado e do poder político para sobreviver. Para Dias (2007), essa mudança ocorreu depois que as autoridades desistiram de buscar uma saída negociada com os Sem-Teto e

logo que ficou definido pela desocupação o veículo também busca criminalizar o movimento:

Num quadro apresentado no dia 04 de fevereiro de 2005 (PERFIL), a publicação destacou o “perfil” dos líderes da ocupação, apontando os supostos bens de cada um (linhas telefônicas, veículos automotores e empresas) e os delitos penais que respondiam. O jornal não informou na página a fonte das informações lançadas (DIAS, 2007, p. 134).

Concluimos assim que os dois veículos impressos priorizam o poder constituído como fonte de suas coberturas, caracterizando o movimento social da ocupação da área de forma negativa e validando por meio de fontes oficiais, um discurso que privilegia a desocupação da área como a melhor alternativa. O fato de os jornais em questão terem, no início, opiniões diversas sobre a mesma temática mostra como essa caracterização do movimento é frágil e inconsistente.

Além disso, também explicita como a imprensa é influenciada pelo poder econômico e estatal e, ao mesmo tempo, busca influenciar uma chamada “opinião pública” no sentido de validar a conduta dos agentes envolvidos. As técnicas jornalísticas que resultam na escolha de determinadas fontes em detrimento de outras, editoriais e artigos de opinião contribuem decisivamente para isso; e estão, por sua vez, fora do alcance da percepção de muitos leitores, que ainda enxergam como “imparcial” tudo o que é veiculado pela imprensa e não possui conhecimento aprofundado dos mecanismos de produções das notícias.

3.2.2 A posse e a situação legal do terreno

A questão da posse, do direito à propriedade e a situação de impostos atrasados da área do Parque Oeste Industrial foi relegada a segundo plano pela cobertura midiática, notadamente com a aproximação do despejo que resultou na desocupação. A nosso ver, este foi o grande embate a que foi submetida a sociedade goianiense: optar pelo cumprimento à risca do Direito à Propriedade, mesmo com um imóvel que não cumpria a sua função social, em detrimento de garantir o preceito constitucional do Direito à Moradia.

Este fato apareceu de forma apenas tangencial no debate público. O jornal O Popular pormenorizou a situação irregular do terreno nas suas reportagens e, quando mencionou o fato, o fez de forma sutil. Também deu considerável espaço para os advogados dos donos

do imóvel se justificarem, sem esboçar nenhuma crítica ou contestação às condições por eles impostas para uma possível negociação, quando o desfecho do caso ainda estava longe de ocorrer:

Os proprietários das três áreas ocupadas pelas famílias no Parque Oeste Industrial condicionam o fechamento do acordo com o Município à desocupação do imóvel. Liminar de reintegração de posse foi concedida pela juíza da 10ª Vara Cível de Goiânia, Grace Corrêa Pereira, em setembro. Diante do não-cumprimento da ordem de desocupação da área, a juíza encaminhou ofício na semana passada ao secretário de Segurança Pública e Justiça, Jônathas Silva, determinando que a retirada das famílias tenha início na quinta-feira (O POPULAR, 23 de novembro de 2004).

Em outra matéria veiculada três dias depois o jornal volta a mencionar a posição dos proprietários do imóvel, dando inclusive destaque em defesa dos mesmos quanto às dívidas que possuíam junto ao Poder Público e ao fato de se colocarem à disposição para auxiliar na remoção das famílias que ocupavam a área (mencionados pelo jornal como “invasores”).

Os advogados da família proprietária das áreas invadidas no Parque Oeste Industrial vão contestar o pedido de ampliação do prazo para retirada dos invasores do local. A Secretaria Estadual de Segurança Pública e Justiça (SSPJ) quer prorrogar por mais 45 dias o prazo para cumprimento do mandado de reintegração de posse das áreas invadidas. Ontem, venceu o prazo que a juíza Grace Corrêa Pereira, da 10ª Vara Cível de Goiânia, havia dado para que a SSPJ desse início ao cumprimento da ordem de desocupação, sob pena de prisão do titular da secretaria, Jônathas Silva. Com o pedido de prorrogação do prazo, a juíza deu prazo de 48 horas, contados desde ontem, para as partes se pronunciarem a respeito.

Os advogados argumentam na contestação que o prazo anterior estabelecido pela juíza já não especificava que a remoção dos invasores era para ser feita ontem. “A decisão diz que a desocupação deveria começar naquela data, mas não estabelece quando deve terminar”, sustenta um dos advogados, Semy Hungria. Ele criticou a SSPJ, afirmando que as ações da polícia na área invadida só começaram às vésperas do vencimento do prazo. “Se o prazo for ampliado, as ações vão retroceder e tudo terá de ser retomado do zero ao final desse período”, alega.

Os advogados questionam ainda a realização do cadastramento das famílias antes de cumprida a ordem de desocupação. “A retirada da área é uma questão urgente e necessária. Qualquer medida beneficiando os invasores vai incentivar novas invasões”, afirma. “A liminar foi concedida há 75 dias e até hoje não foi cumprida.”

Os proprietários já se colocaram à disposição da Justiça para dar todo o suporte necessário à remoção, como aluguel de máquinas e equipamentos. Hungria esclareceu que a dívida de R\$ 1,7 milhão relativo a Imposto Territorial Urbano (ITU) dos proprietários das áreas refere-se aos últimos três anos. “Deste total, apenas o último ano não foi parcelado”, diz. O advogado sustenta que as áreas invadidas representam 90% do patrimônio da família, uma viúva de 82 anos e seus três filhos, o mais jovem com 60 anos. “As áreas são remanescentes dos sítios da família que foram loteados e comercializados. O que está invadido é o que sobrou”, explica (O POPULAR, 26 de novembro de 2004).

Já o jornal Diário da Manhã foi o único a dar alguma relevância a este fato, apontando claramente a questão das dívidas do imóvel que estava, há anos, entregue à especulação imobiliária e com um montante de impostos junto à prefeitura de Goiânia no valor de R\$ 3 milhões. Em outra matéria de 22 de janeiro de 2015 o veículo avança no debate sobre loteamentos irregulares na capital, onde existiriam 175 áreas de posse das quais 15% seriam de loteamentos irregulares.

Em reportagem do dia 27 de janeiro de 2005 o Diário da Manhã relata em tom positivo à intenção da prefeitura e do governo estadual de desapropriar a área. O veículo chega a publicar um editorial (que expressa a voz do dono do jornal), uma das ferramentas de persuasão mais contundentes do jornalismo: “o DM é a favor da propriedade. Mas é contra o banho de sangue que se transformaria a desocupação do terreno. Por isso, apoiou a luta dos moradores realmente necessitados (DIÁRIO DA MANHÃ, 27 de janeiro de 2005).

Como já dissemos a linha editorial do Diário da Manhã mudou radicalmente com a decisão das autoridades de desocupar a área. Prova disso é um novo artigo de opinião do jornal, em que justifica a desocupação violenta como cumprimento da lei e da justiça, posição totalmente oposta à que tivera meses antes, como já evidenciamos. Desta vez o jornal questiona “quem são os verdadeiros responsáveis pelas mortes destes moradores do Residencial Sonho Real? Precisa dizer que são essas lideranças que incitaram ao descumprimento da lei quando a Justiça se tornou inflexível?” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro de 2005).

O comportamento contraditório do jornal (que afirmava ser contra um “banho de sangue”) também pode ser constatado na principal matéria publicada no dia seguinte à desocupação com o título irônico “o sonho desmorona” no qual sugere que a morte dos Sem Teto foi de disparos dos próprios companheiros. A polícia fica isenta e os moradores culpados em virtude do descumprimento da ordem de reintegração da propriedade privada. Todos os feridos foram atendidos e ninguém mais corria o risco de morrer:

Durou apenas três minutos a tão propalada resistência dos sem-teto no Sonho Real. O Batalhão de Choque da Polícia Militar colocou abaixo as duas principais trincheiras (nas ruas Magnólia e do Petróleo) do residencial às 9h20 da manhã de ontem. A liminar de reintegração de posse foi cumprida por volta das 11 horas. A área de 891 mil metros quadrados, invadida em 10 de maio do ano passado, foi totalmente desocupada.

A expectativa inicial era de que a desocupação pudesse durar até uma semana – nas hipóteses mais positivas, pelo menos 14 horas. Dois invasores foram mortos na operação. Segundo a Assessoria de Comunicação da PM, os sem-teto foram vítimas de fogo-amigo, ou seja, de disparos de armas de fogo dos próprios companheiros. Dezesesseis pessoas foram atendidas no Hospital de Urgências de Goiânia com ferimentos oriundos da desocupação. No Cais do Bairro Goiá, foram atendidas 17. Ninguém corre risco de morte, segundo boletins médicos de ontem à tarde (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro de 2005).

Com base pois, nas matérias veiculadas pelos dois jornais, concluímos que a questão da posse do terreno, que estava entregue à especulação imobiliária e em situação irregular com o município foi relativizada e abordada, de forma menos enfática (e até justificada) no Jornal O Popular, durante toda a cobertura jornalística do episódio. O Diário da Manhã, por sua vez, abordou a questão de forma mais incisiva no início de sua cobertura, mas quando ficou definido que os ocupantes seriam despejados, se juntou à linha editorial do concorrente ao justificar a desocupação exatamente pela importância de se cumprir a lei e o instituto da propriedade privada.

Portanto, a nosso ver, como fica evidenciado através das reportagens jornalísticas apresentadas o enfoque dado pelos jornais para tratar desse grave conflito urbano, deixou de contribuir e amplificar o debate sobre as políticas urbanas, o Direito à Moradia e os limites da propriedade privada. A sociedade goianiense, emparedada por um grave conflito social, também perdeu a oportunidade de debater um modelo de crescimento da cidade; da resolução de seus problemas pela mediação que privilegiasse o anseio de toda a comunidade e não apenas de grupos econômicos.

3.2.3 A cobertura da ocupação e da desocupação

Na cobertura dos dois veículos de comunicação, especificamente sobre a ocupação do imóvel, constatamos que o Jornal O Popular demonstrou, como já dissemos, uma orientação editorial claramente contrária aos Sem-Teto. A primeira matéria sobre a ocupação ocorreu em maio de 2004, poucos dias depois do início da ocupação, que já contaria com três mil famílias em barracas de lona. Observamos que, em média, pelo menos duas matérias eram publicadas pelo jornal a cada mês.

Inicialmente o enfoque era de noticiar o crescimento acelerado da ocupação, que se consolidava à margem da ação do poder público por se tratar de uma área particular. Em

setembro de 2004, por exemplo, o veículo mostra como as ligações elétricas clandestinas se espalhavam pela ocupação:

As ligações foram aumentando à medida que a ocupação foi se consolidando. O primeiro passo foi dado com a abertura de ruas, cisternas e fossas, seguida do início da construção das casas. A invasão tem menos de cinco meses.

Na maior etapa da ocupação, onde os organizadores estimam que estejam 1.317 famílias, até terça-feira eles contavam 818 casas levantadas e 350 lotes, com material de construção já depositado (O POPULAR, 03 de setembro de 2004).

Já no mês seguinte, o crescimento exponencial da ocupação é novamente relatado, mas a partir deste ponto as matérias do jornal enfatizam cada vez mais a decisão da Justiça e todo o processo jurídico que culminou com a exigência da reintegração de posse:

Casas, lotes, quadras e ruas. A invasão de quatro áreas particulares no Parque Oeste Industrial, na saída para Guapó, deixou de ser um acampamento de barracos de lona preta e assumiu características de bairro, até com nome definido pelos sem-teto: Setor Sonho Real. A estrutura no local deve dificultar qualquer iniciativa de desocupação, como reconhece a Polícia Militar (PM). Os advogados dos proprietários das áreas informaram que o prazo de 20 dias para a desocupação, que atende à determinação judicial, terminou ontem. A PM já planeja a retirada das famílias e aguarda apenas o comunicado da Justiça. (O POPULAR, 05 de outubro de 2004).

Em outra reportagem publicada dez dias depois é dada ênfase à nova decisão judicial que exige a retirada imediata dos moradores e nega pedido de prorrogação de prazo ao então prefeito. A decisão ainda sugere que o prefeito poderia estar utilizando a disputa pela área com intenções eleitorais, visto que as eleições ocorreriam naquele mês. Assim, “por entender que o ofício do prefeito tem conotação político-eleitoral, a magistrada determinou ainda o envio de cópia do documento ao Ministério Público Eleitoral para que seja analisado se Pedro Wilson praticou crime eleitoral” (O POPULAR, 15 de outubro de 2004). Na mesma matéria, O Popular alerta novamente para o crescimento da ocupação, com o indicativo de que a desocupação seria cada vez mais difícil:

Com a demora para a retirada das famílias, a invasão se consolidou no local, deixando de ser um acampamento de barracos de lona preta e assumindo características de bairro, até com nome definido pelos sem-teto: Setor Sonho Real. A estrutura do local deve dificultar qualquer iniciativa de desocupação, como reconhece a PM. Por toda área, espalham-se lojas de material de construção, bares, minimercados e lanchonetes. Boa parte dos sem-teto está informada sobre a decisão judicial que determina a desocupação, mas, mesmo assim, o local se transformou em um canteiro de obras (O POPULAR, 15 de outubro de 2004).

A partir deste ponto fica claro que o enfoque é dado cada vez mais às supostas condutas irregulares do movimento, como em uma notícia que informa sobre uma morte ocorrida na ocupação devido à disputa de lotes, que “terminou na morte do jovem Alison Alves da Fonseca, de 23 anos, e em ferimentos no pai dele, Anésio Alves da Fonseca, 48. (O POPULAR, 04 de novembro de 2004)”. Na mesma matéria são relatados mais dois casos de violência que ocorreram no local.

Porém, alguns dias depois surge a notícia da suposta venda de lotes, com o título “Inquérito vai investigar denúncia de venda de lote”. Na ocasião, o próprio jornal alega ter realizado uma “investigação” e comprovado que cerca de 300 ocupantes da área possuíam imóveis em outros bairros da cidade, num universo de quase 15 mil pessoas. Nova matéria publicada no dia 26 de novembro noticiava que 22 pessoas foragidas do sistema prisional foram identificadas pela polícia na ocupação.

A partir deste momento começam a proliferar o número de matérias com objetivo de criminalizar o movimento, conforme também concorda Silva (2007):

Ampla cobertura também foi cedida para buscar legitimidade junto à opinião pública diante da iminente ação de desocupação. Inicialmente destacou-se a “radicalização dos sem teto”, para depois mostrar o desejo dos mesmos pelo enfrentamento, como foi no dia 31 de janeiro de 2005 através do título “Invasores votam por resistência” (SILVA, 2007, p.125).

Às vésperas da desocupação, a matéria caracterizando o movimento como violento e fortemente armado atinge seu ápice:

Os invasores prepararam uma verdadeira operação de guerra para resistir ao despejo. Eles cavaram fossos, instalaram cercas de arame, colocaram pneus nas entradas da invasão e improvisaram armas artesanais, como pedaços de paus pontiagudos e coquetéis molotov. No acesso principal, pela Rua das Magnólias – como os posseiros chamam a via aberta na terra –, estava concentrado o grupo maior de pessoas. Em um carro de som, eles faziam discursos, gritavam palavras de ordem, tocavam músicas religiosas – até o Hino Nacional fez parte do repertório. Um dos oradores, antecipando a estratégia que poderia ser utilizada em uma provável invasão da PM, informava que as mulheres formariam a primeira barreira humana, as crianças ficariam em posição intermediária e os homens na retaguarda (O POPULAR, 02 de fevereiro de 2005).

A desocupação do local ganha mais destaque em matéria do jornal O Popular (17 de fevereiro de 2005) com o título: “Como foi o fim da maior invasão de Goiás” com farta cobertura do episódio. Embora as matérias relatem os casos de excesso e violência pela polícia, o tom empregado é de sucesso da desocupação, que mobilizou 2,5 mil policiais, sendo considerada pelo jornal como “a maior operação policial do estado de Goiás” (O

POPULAR, 17 de fevereiro de 2005). Curiosamente, a rapidez da ação e o fato de as vítimas fatais serem apenas os Sem Teto mostra que a resistência armada do movimento estava longe de ser o que os jornais locais propalavam.

No dia subsequente o jornal deu total prioridade ao fato, com pelo menos oito grandes matérias que relataram detalhadamente como foi a desocupação, a opinião da Polícia Militar, uma manifestação dos Sem Teto após a ação de despejo, a vinda do Secretário Nacional dos Direitos Humanos, para apurar os excessos na desocupação e também as centenas de prisões de participantes do movimento. Em uma das matérias, o jornal narrou o cenário de desespero dos Sem Teto.

Poucos invasores do Parque Oeste Industrial resistiram ao cerco policial. A maioria entrou em desespero. Desesperados, corriam para todos os lados. Jogavam-se no chão. Trancavam-se dentro dos barracos. O único ponto de fuga era o Córrego Macambira, na parte norte, que dá acesso à Cidade Jardim. Para lá debandaram homens, mulheres, crianças e até bebês de colo carregados pelos pais.

Os rostos eram marcados por expressões de perplexidade e terror. Houve gritos, choro e desmaios. Alguns posseiros tentavam levar consigo objetos pessoais, como eletrodomésticos ou roupas. O trabalho da polícia foi acompanhado à distância por uma multidão de curiosos. Eles podiam ser vistos no meio da rua, em cima de muros, observando a movimentação dentro da área. Vibravam com o avanço da tropa e vaiavam os invasores que passavam correndo. A PM agiu rápido. Em pouco menos de uma hora a tropa tinha o controle da situação (O POPULAR, 17 de fevereiro de 2005).

Em outra reportagem o relato de excessos da polícia foi relatado detalhadamente e durante todo o processo foi favorável à desocupação:

Na Rua do Café, no Bairro Goiá, uma das entradas da invasão do Parque Oeste Industrial, os primeiros invasores começaram a deixar a área menos de 15 minutos após o início da ação policial. Mulheres com crianças no colo ou carregando trouxas de roupas, mas a maioria de mãos vazias, saíam com expressões assustadas, a maioria com queixas da operação policial. Muitos homens deixavam o local com as mãos na cabeça.

Uma mulher saiu da invasão em estado de choque, chorando e tremendo muito. Ela precisou de atendimento médico. Os invasores que deixavam o local reclamavam que a polícia batia em todos, mesmo aqueles que não resistiram à ação policial. Um jovem de 16 anos disse que foi agredido por PMs. Ele mostrava marcas de arranhões e vermelhidão na região abdominal. A mãe dele mostrava o pulso machucado e alegava que a filha de 11 anos, que sofre de problemas no coração, tinha levado um tapa no rosto dado por um policial. (O POPULAR, 17 de fevereiro de 2005).

Como podemos observar na sua “luta pela visibilidade” a fala do movimento dos moradores teve menor espaço nos veículos analisados. Além disso, apenas em matéria

veiculada em janeiro de 2005 O Popular faz referência ao movimento e a uma nota redigida pela Igreja Católica e repassada às diversas entidades por e-mail; o que mostra a dificuldade de acesso pelo movimento aos veículos de comunicação e ao público:

A Igreja Católica está encabeçando um movimento em busca de apoio aos invasores que há nove meses ocupam uma área no Parque Oeste Industrial, Região Oeste de Goiânia. Cinco entidades assinaram uma nota pública de solidariedade redigida pela Arquidiocese de Goiânia, que foi endereçada a políticos, órgãos públicos e organizações não-governamentais nacionais e internacionais. No texto, são exigidos a desapropriação da área invadida e o cadastramento criterioso das famílias para impedir que uma tragédia aconteça. Os posseiros estão descumprindo ordem judicial para deixar a área desde o dia 1º deste mês. De acordo com o frei Marcos Sassateli, vigário da Região Oeste e interlocutor da Igreja Católica no caso, uma das intenções do manifesto é pressionar o governador Marconi Perillo, o prefeito Iris Rezende e o Tribunal de Justiça para buscarem uma solução pacífica para o caso. “Não podemos ter um derramamento de sangue aqui”, frisou. O principal temor é de um confronto entre invasores e policiais militares, que estão autorizados pela Justiça a fazer o despejo. O prazo final para a retirada das famílias venceu dia 31.

“Mercantilismo”

A nota foi encaminhada, por correio eletrônico, para 2,3 mil organizações governamentais e não-governamentais que constam no cadastro da Arquidiocese. Ela foi direcionada, por exemplo, a deputados estaduais e federais de todo o Brasil, presidência da república, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Anistia Internacional e comissão de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). O material também foi distribuído nos terminais e em algumas ruas da cidade. A intenção é alertar o maior número de entidades e pessoas sobre o que está acontecendo em Goiânia (O POPULAR. JANEIRO DE 2005).

Outra matéria também veiculada logo após a desocupação, o veículo parece tentar “balancear” a crítica ao movimento ao retratar o drama (mais do que visível, daí a impossibilidade de acobertamento, como se não existisse) das famílias desabrigadas. Mas o faz ainda buscando dar um ar humanizado à violenta ação policial:

Uma música tocada em uma gaita no barraco pobre da invasão do Parque Oeste Industrial foi um sinal de esperança para Maria de Fátima Rodrigues de Miranda, 51 anos. Em meio ao tumulto e pânico do despejo, que envolveu a maior operação policial do Estado, Maria de Fátima, que é hipertensa e diabética, não teve tempo nem para pegar a insulina que tem de tomar três vezes ao dia.

“Implorei para autorizarem meu marido a voltar lá. Estavam cortando a energia e as ampolas têm de ficar na geladeira.” A mulher conta que um coronel permitiu a entrada do marido sob a guarda de dois soldados. “Quando entrou no barraco, o soldado viu a gaita sobre a mesa e pediu que meu marido tocasse. Ele tocou um hino da igreja e o soldado se comoveu. Para mim, é um sinal de que os grandes também vão cair em si e perceber que precisamos de um teto.”

É apenas a esperança que ainda dá forças para as centenas de famílias miseráveis que, junto com outros de melhor poder aquisitivo e oportunistas, foram despejados da maior e mais conflituosa invasão da história goiana. Hoje eles aguardam uma solução espalhados pelos ginásios de esportes dos Setores Capuava e Novo Horizonte, dormindo em colchões emprestados, vestindo e comendo o que lhes é doado, abafados pelo calor do teto de zinco (O POPULAR, 20 de fevereiro de 2005).

Verifica-se nesta matéria um raro enfoque humanizado, mas de um drama individual e não inserido num contexto que dê credibilidade e representação simbólica ao movimento dos Sem Teto, ao contrário na narrativa encontramos um paralelo com “oportunistas”.

Na mesma matéria, o jornal dá voz à Sem Teto, também num raro momento em que deixa transparecer a estratégia pacífica de resistência e permite uma crítica velada ao poder público:

...não se cansam de repetir as histórias de terror que viveram, nem de imaginar que futuro os espera. Várias famílias, mesmo sob a ameaça de demolição das casas, se recusam a retirar seus pertences. “Não é possível que o governo e a Prefeitura não façam nada”, comenta o servente de pedreiro Cícero Marques Pereira, 32 anos, que vivia na invasão com a mulher e os cinco filhos pequenos (O POPULAR, 20 de fevereiro de 2005).

O drama dos moradores, o motivo pelo qual muitos optaram pela ocupação da área só são relatados pelo jornal após a desocupação, com enfoque bem mais humanizado, como uma grande “tragédia” que resultou em mortos, feridos e milhares de desabrigados:

... na quarta-feira o local transformou-se numa praça de guerra. Passado o conflito, que resultou em duas mortes, vários feridos e centenas de desabrigados, os sem-teto contam suas tragédias pessoais. A maioria dos invasores pobres foi para o local fugindo do aluguel. Justificam que não conseguiam pagar a prestação mensal e a comida. É o caso da artesã Givaneide Maria de Araújo, 31 anos. Grávida de seis meses, mãe de outros quatro filhos, com idades entre 2 e 16 anos, Givaneide diz que queria poder pagar por um terreno. “Isso aqui é muito humilhante”, dizia ela, na sexta-feira, sentada sobre a mureta do ginásio de esportes do Setor Capuava. Retraída, preocupava-se com a imagem dos invasores. “Estão nos vendo como vândalos, mas estamos aqui porque não temos para onde ir.” Givaneide, que morava de aluguel antes de ir para o Parque Oeste Industrial, diz que vai ter de ficar na rua se a mandarem sair do ginásio (O POPULAR, 20 de fevereiro de 2005).

Notadamente, os dramas pessoais têm forte apelo popular e grande influência na opinião das pessoas. Sabendo disso, talvez, o jornal tenha optado por “humanizar” sua cobertura somente após a desocupação, pois seria certamente mais difícil conseguir respaldo popular para ação, se as outras matérias do veículo mantivessem esse enfoque.

Mas aqui consideramos importante relembrar a importância e predominância da “fala” do mercado e dos interesses econômicos envolvidos. Claramente materializados nos dois manifestos publicados nos jornais O Popular e Diário da Manhã pelas entidades da cadeia da construção civil, que já mencionamos, exigiram a reintegração de posse da área e, em seguida comemoraram a desocupação. Curiosamente, sete anos após a desocupação, uma matéria de O Popular (2012) mostra que seis novos projetos de empreendimentos vão gerar mais 80 mil imóveis para serem comercializados na região e que os investidores tiveram o cuidado de encomendar uma pesquisa para atestar o “esquecimento” da maior invasão da história de Goiânia e do estado de Goiás:

Empreendimentos imobiliários Novas “cidades” na Grande Goiânia

A Grande Goiânia vai receber, ainda este ano, seis grandes empreendimentos imobiliários, a maioria voltada para a classe média com preços a partir de R\$ 150 mil, que vão movimentar a economia com mais de R\$ 3 bilhões. Essa é a notícia boa. Por outro lado, os projetos podem gerar impactos na cidade, em função do adensamento populacional em poucas áreas (*veja reportagem ao lado*). Serão mais de 20 mil novas unidades habitacionais, entre apartamentos e casas, que abrigarão cerca de 80 mil moradores. Os empreendimentos vão ocupar os vazios urbanos do Parque Oeste Industrial, Goiânia 2, antiga Fazenda Gameleira, Goiânia Golf Clube, Jardim Cerrado e também bairro Monserrat, em Aparecida de Goiânia. A previsão dos analistas de mercado é que a economia brasileira cresça em torno de 3% este ano. Porém, a expectativa dos empresários do mercado imobiliário é que o setor tenha aumento de 10% no número de empreendimentos e de vendas, assegurado pelo crédito imobiliário, sobretudo do programa Minha Casa, Minha Vida.

Nova cidade

Uma nova cidade, embora dentro de Goiânia, será erguida no Parque Oeste Industrial, na saída para Rio Verde. Numa área de 200 mil metros quadrados serão construídas 6 mil unidades verticais distribuídas em 50 torres com 17 pavimentos cada. O Eldorado Parque será quase duas vezes maior que o Residencial Eldorado.

O Eldorado Parque terá parque público, áreas comerciais, vias de acesso e infraestrutura, garante o empresário Marcelo Moreira, diretor comercial da CMO Construtora, um dos empreendedores ao lado da Dinâmica Engenharia, Engel Construtora e Tropical Empreendimentos.

Os empreendedores vão investir R\$ 1 bilhão no projeto, que será lançado em abril próximo. As primeiras unidades habitacionais serão entregues em 24 meses e terão 2 e 3 dormitórios, alguns com suítes. O preço será de, no máximo, R\$ 150 mil a unidade, que garante o financiamento através do programa Minha Casa, Minha Vida, com pagamento em até 360 meses e prestações abaixo de R\$ 300,00, a preços de hoje.

A estimativa de Marcelo Moreira é que 24 mil pessoas residirão no Eldorado Parque. Ele conta que foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa com os moradores da região Oeste de Goiânia. 92% dos entrevistados manifestaram interesse em adquirir um imóvel na própria região. **A pesquisa constatou, também, que ninguém da região se lembra do fato ocorrido na área, em fevereiro de 2005, quando os invasores foram retirados, por decisão judicial (grifo nosso)** (O POPULAR, 04/02/2012).

Em sua cobertura, o Diário da Manhã inicialmente criticava qualquer ação que resultasse na desocupação do terreno e no confronto policial, conforme também constatou Dias (2007 p130) ao mostrar que até mesmo o editor de política do jornal escreve um artigo em que critica o então prefeito municipal e o judiciário, e defende “a desapropriação da área e sua conseqüente doação para os atuais ocupantes. Outra medida em sentido contrário configuraria ‘erro histórico’”. O Diário da Manhã também critica o legalismo da justiça goiana, indiferente ao lado social da questão e, no início dá amplo espaço ao movimento, o que também é constatado por Dias (2007)) que destaca:

Numa seqüência de reportagens, todas no dia 13 de janeiro de 2005, sob os títulos ‘Se eu morrer está bom’ (LOPES), ‘Esperança de ter casa de alvenaria’(ALMEIDA), ‘Ataque de muriçoca’(ATAQUE), ‘Hora de recomeçar’(HORA) e ‘Cachorro de estimação é roubado no bairro’(CACHORRO), é abordado a vida de resistência e de dificuldades dos moradores da ocupação, como a do aposentado Sebastião Quaresma da Silva. (DIAS, 2007, p.132).

Como já mencionamos o veículo impresso muda totalmente de posição; passando a criticar e a não mais ouvir representantes do movimento, a publicar matérias amplamente favoráveis à ação da polícia e do Estado, e ao dar amplo espaço para o secretário de segurança pública. O jornal destaca a rapidez da operação, culpando inclusive os próprios Sem-Teto pelas mortes, ao afirmar que, “se alguém morreu (como morreu), não foi porque quis, mas porque estava no local errado, na hora errada e por um motivo igualmente errado, isto é, sem amparo da legislação (DIARIO DA MANHA, 17/02/2005).

Como se pode ver, o veículo menciona as mortes que ocorreram durante a ação, mas responsabiliza os manifestantes pelo ocorrido. E na principal matéria a única fonte ouvida sobre o processo é a da própria Polícia:

Dois invasores foram mortos na operação. Segundo a Assessoria de Comunicação da PM, os sem-teto foram vítimas de fogo-amigo, ou seja, de disparos de armas de fogo dos próprios companheiros. Dezesseis pessoas foram atendidas no Hospital de Urgências de Goiânia com ferimentos oriundos da

desocupação. No Cais do Bairro Goiá, foram atendidas 17. Ninguém corre risco de morte, segundo boletins médicos de ontem à tarde.

Oitocentas pessoas, a maioria homens algemados, foram detidas e levadas para o 7º Batalhão da Polícia Militar, no Jardim Europa, sede da base da Operação Triunfo – só ficou encarcerado quem tinha mandado judicial. A PM conseguiu prender dois líderes da invasão: Américo Rodrigues e Agildo Wagner Jaime. Os outros 21 fugiram e ainda são procurados pelo Serviço de Inteligência.

A cúpula da Segurança Pública de Goiás classificou a operação como um sucesso. O secretário Jônathas Silva disse que a retirada mostrou a competência da polícia goiana. “Não gostaríamos que tivesse vítimas, mas lamentavelmente os invasores estavam armados.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro de 2005).

Em outra matéria o Diário da Manhã relata, sempre elogiando, detalhes da atuação da polícia na desocupação, que teria evitado uma tragédia maior já que o “equilíbrio e o preparo da Polícia Militar evitaram uma grande tragédia no Residencial Sonho Real na manhã de ontem, como anteciparam os líderes da ocupação. A eficiência e o treinamento da corporação garantiram a desocupação em uma manhã (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro de 2005)”.

Apenas uma matéria com o título “Abandonados à própria sorte” mencionou a prisão de centenas de manifestantes e o fato de outros milhares não terem para onde ir. Também cita o apoio ao movimento por lideranças da igreja e a vinda do Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, à Goiânia para avaliar a desocupação.

Em outra matéria o jornal abre espaço para divulgar manifesto de entidades representativas dos oficiais, sargentos, cabos e soldados e dos policiais militares inativos de Goiás, saudando o desfecho da operação:

Manifestação de apoio e reconhecimento

Nós, oficiais, suboficiais e praças da Polícia Militar do Estado de Goiás, manifestamos nossos sinceros cumprimentos pela conduta honrosa e leal no cumprimento do dever da desocupação do Parque Oeste Industrial. Aos militares, comandantes e comandados, cabia o dever constitucional de cumprir a determinação judicial e assim foi feito. No mais absoluto respeito aos augustos princípios de estado de direito e respeito aos cidadãos, garantindo a lei, a ordem e a dignidade ao ser humano, assim como nós também evidenciamos que sejam respeitados os nossos.

O planejamento, a condução e a execução desse trabalho foram a mais evidente prova de que uma missão bem cumprida tem origem em uma ordem bem dada. Reiteramos nossa certeza de que “a tropa é o reflexo do comandante”. Assim, exprimimos apenas a verdade, que é justa e suprema, ao enaltecer a gratidão e reconhecimento da competência na voz de comando do secretário Jônathas Silva e do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Marciano Basílio de Queiroz.

Os homens e mulheres da Polícia Militar do Estado de Goiás dignificaram a farda com galhardia na missão cumprida. A sociedade de Goiás sabe mais uma

vez que seus soldados são valentes e honrados, “combateram o bom combate”, esperam “o descanso dos justos”. Estaremos sempre a postos. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de fevereiro de 2005).

Chaparro (2003) destaca o fato de que as instituições, indivíduos, empresas e os Movimentos Sociais agem pelo que dizem e também pelos acontecimentos significantes que produzem, tornando assim a Comunicação um grande espaço de socialização dos discursos. Com base nessa realidade concluímos que a cobertura dos dois jornais analisados, inicialmente diversa, oscilou de acordo com a atuação dos agentes e grupos envolvidos.

Curioso é o comportamento diametralmente oposto dos veículos no início da ocupação e no pós-desocupação. Somente no momento pontual da desocupação em si é que foram congruentes na cobertura, totalmente desfavorável aos Sem Teto.

Senão vejamos: O Popular no início e no período de desocupação (principalmente) foi totalmente a favor do despejo e caracterizou o movimento, na grande maioria das vezes, de forma negativa. Apenas quando o despejo dos ocupantes da área se efetivou é que o jornal, imediatamente, passou a relatar o “drama” das famílias. Já o Diário da Manhã inicialmente defendeu o movimento e também produziu reportagens relatando o drama do dia a dia das famílias. Porém, sua cobertura foi totalmente negativa no período da desocupação e também no pós-desocupação.

3.3 Considerações sobre a ocupação e desocupação do Parque Oeste Industrial na abordagem da imprensa

Com base na análise das matérias veiculadas podemos constatar que o caso Parque Oeste foi amplamente coberto pelos veículos de comunicação e que o movimento Sem Teto teve suas opiniões e reivindicações pouco representadas na cobertura jornalística; ao contrário, sofreu uma caracterização negativa, em momentos diversos, pelos dois jornais analisados. Apenas quando se mostraram derrotados, desmobilizados, enfraquecidos (longe de serem os “vândalos” e terem o “arsenal de guerra” tão propalados) é que se transformaram num gritante problema social, ao ocuparem ginásios e terrenos sem a menor infraestrutura, chamando atenção de organismos nacionais e internacionais, só então foram considerados de forma humanizada pela imprensa.

Além disso, entendemos que a questão da posse da terra (que devia milhões aos cofres públicos) sem cumprir sua função social era um dos pontos centrais da discussão, que deveria ter sido bem mais analisado e aprofundado pela sociedade, com o apoio da imprensa.

Constatamos assim, que os dois jornais goianos, financiados em sua maior parte pelo poder estadual, e por grandes anunciantes da cadeia de construção civil dificilmente poderiam ser espaços adequados para a expressão da cidadania dos moradores provisoriamente instalados no Parque Oeste Industrial.

O processo de desocupação do Parque Oeste Industrial revelou um grande desafio para imprensa em tratar de conflitos sociais diante da tarefa de ser elemento decisivo para o exercício da cidadania. Do ponto de vista midiático o evento ocupou todo o noticiário local, alcançando ainda o noticiário nacional e até mesmo internacional. No episódio, abria-se claramente uma oportunidade de os meios de comunicação contribuírem para a construção da cidadania por meio de difusão de informações que considerassem os diversos pontos de vista, inclusive o das minorias envolvidas, privilegiando o debate e a defesa dos direitos e deveres da sociedade.

O Jornal O Popular se utilizou da cobertura por meio de notícias fatuais (assinadas por repórteres), mas também realizou análises com caráter opinativo, matérias sem assinatura dos repórteres e também lançou mão de uma pesquisa, após a desocupação, em que apresenta dados dos entrevistados apoiaram a desocupação. Analisando esse contexto concluímos que o veículo foi totalmente a favor da desocupação.

Neste ponto convém retomar teoria que ganhou projeção no campo do jornalismo, qual seja a Teoria da Espiral do Silêncio. Essa teoria defende que os agentes sociais têm medo de se encontrarem isolados em seus comportamentos, atitudes e opiniões. Assim, as pessoas têm a tendência de evitar expressar opiniões que não coincidam com a da maioria dominante, que em grande parte, é imposta pelos meios de comunicação de massa. A mídia, a opinião dominante e a abordagem consonante de temas formam assim uma espiral, que age ciclicamente e progressivamente, estimulando o silêncio.

Aqui é imprescindível situar a pesquisa com as Teorias da Comunicação e o desenvolvimento da mídia no mundo contemporâneo. Estudioso das consequências para a cidadania da digitalização do planeta, Pôster (2005) enxerga novas possibilidades de

exercício da cidadania no mundo contemporâneo. Para ele a questão principal é procurar entender justamente como os meios de comunicação podem promover novas relações políticas e sujeitos políticos, desencadeando assim um novo tipo de cidadão. Para ele a principal questão que deve ser levantada é se, sem regulação, podem os novos meios de comunicação promover a construção de novas formas políticas não subservientes aos poderes. Já para Ramonet,

Na atualidade, os governos comunicam, as empresas comunicam, possuem jornais, rádios, têm porta-vozes midiáticos, têm estruturas de imprensa e é difícil não identificar estes elementos como parte formadora do mundo da comunicação”. Com a transformação das organizações da mídia em organizações de grande escala a liberdade de expressão, que na Idade Moderna teve que enfrentar ingerências do Estado, passa a enfrentar novas ameaças, que não provem mais somente do uso excessivo de poder do Estado, mas do crescimento das organizações da mídia e de seus aspectos comerciais (RAMONET, 2005, p.243).

Dias e Freire (2012, p.287) fazem uma análise jornalística e antropológica, buscando analisar “o lugar” do comunicador e também dos ocupantes na cobertura jornalística do tema. O estudo evidencia e critica os critérios utilizados pelo jornalismo para consideram quais atores ou tipos de indivíduo podem ser ouvidos para serem considerados como “fonte” aceitável. Esse critério tem impacto na produção da notícia conforme fica claro abaixo:

Ao contrário do pedreiro Marcelo Dias, que é considerado notícia pelo veículo somente em duas das 85 matérias analisadas, o delegado Waldir Soares de Oliveira esteve presente em 13 matérias do mesmo bloco nos dois anos analisados. Na condição de delegado responsável pelo caso, parte-se do princípio que os jornalistas responsáveis pela produção o consideram fonte sem a qual não seria possível falar sobre o caso. Esta compreensão está ancorada no pressuposto de que o profissional deve sempre ouvir uma fonte com autoridade para falar do assunto (DIAS e FREIRE, 2012, p.287).

Nesse sentido, o episódio da maior desocupação da história de Goiás foi um caso singular que expôs a grande dificuldade de acesso aos meios de comunicação e expressão pelas minorias. Constatamos a enorme desigualdade no processo de luta pela visibilidade do movimento dos moradores, inferiores desde o aspecto técnico, de saber se comunicar com a grande imprensa (um estudo posterior talvez possa aprofundar esse tema, precisamente qual uso o movimento fazia dos meios de comunicação e se havia uma estratégia elaborada de comunicação) e, principalmente nos aspectos políticos e econômicos.

Consideramos importante lembrar a revolução que as novas tecnologias forjaram no âmbito da comunicação, principalmente com a emergência e consolidação das mídias sociais e outros mecanismos que permitem a construção ativa de discursos e sentidos pelo próprio público, constituindo uma sociedade em rede. Prova disso são as manifestações ocorridas no país em 2013, em sua grande parte mobilizada pelas mídias sociais. Assim, o poder de manifestação, contraponto e construção de um ambiente de debate, com visões múltiplas pelos ocupantes do Parque Oeste seria muito superior

Importante resgatarmos que essa vinculação tem origem histórica, se confundindo com a própria trajetória de Goiânia, como já dissemos. Se no princípio esses veículos foram importantes para a consolidação da capital, atualmente exercem papel fundamental na defesa dos interesses dos grupos econômicos dominantes e do poder constituído. Inicialmente divergentes, a união da linha editorial dos dois maiores veículos impressos de Goiás forneceu o apoio simbólico, ideológico (o que não é pouco) e garantiu a manipulação necessária para garantir a desocupação, tomada como um episódio isolado e noticiado de forma alheia a necessidade de reflexão das políticas públicas voltadas para a cidade.

Concluimos assim, que os veículos têm grande parcela de responsabilidade pelo desfecho violento, trágico e sofrido das milhares de famílias envolvidas nesse processo. No caso em questão estiveram longe de apresentar uma cobertura isenta ou imparcial, pelo contrário, omitiram e deturparam diversas informações e pontos de vista para a sociedade, criminalizaram um problema social grave e contribuíram decisivamente para uma das maiores tragédias sociais de Goiânia.

CAPITULO 4 - O RESIDENCIAL REAL CONQUISTA: ANÁLISE A PARTIR DO RELATÓRIO DE PÓS-OCUPAÇÃO E DO DEPOIMENTO DOS MORADORES

Como já dissemos no decorrer deste trabalho, após a desocupação do Parque Oeste Industrial, milhares de famílias foram alojadas em barracas de lona no Setor Grajaú e ginásios esportivos até uma solução definitiva de assentamento, que resultou na construção do Residencial Real Conquista. O objetivo desta parte do trabalho é investigar a situação atual em que se encontram após esse assentamento.

Este capítulo, como dito na introdução, analisa dados coletados para o Relatório de Pós Ocupação e dos questionários realizado junto aos moradores. O Relatório de Pós Ocupação, como também já informamos, foi realizado pela empresa de projetos sociais e consultoria AMC, com base em parâmetros definidos pela Agehab, cumprindo determinação do Ministério das Cidades para liberação dos recursos de cada módulo do residencial, pela Caixa Econômica Federal.

O questionário realizado junto aos moradores e trabalhadores do residencial, como também já descrito na Introdução, foi aplicado em junho de 2013 e consistia de duas partes. A primeira investigava a forma como o bairro foi construído e a forma do assentamento dos moradores e as principais necessidades do local. A segunda parte focou o grau de eficiência dos serviços públicos: água, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, etc. A seleção dos entrevistados buscava encontrar lideranças e pessoas chave do local, como lideranças religiosas e comunitárias, moradores e comerciantes antigos, profissionais de saúde e educação, estudantes, dentre outros.

Este capítulo analisa, assim, o resultado de duas pesquisas realizadas junto aos moradores do Real Conquista, com o objetivo de captar o grau de satisfação junto à nova residência e condição sócio econômica, bem como traçar um perfil do morador do local.

4.1. Análise do relatório de Pós Ocupação do Residencial

A AMC Projetos Sociais e Consultoria, empresa contratada para implementar o trabalho técnico social no Real Conquista, realizou a pesquisa e relatório de Pós Ocupação em todos os módulos do residencial, de acordo com as orientações contidas na Matriz de

Indicadores para Avaliação do Pós Ocupação dos Projetos Piloto de Investimento e Intervenção em Favelas, programa do Ministério das Cidades.

Das 2003 famílias residentes no Residencial Real Conquista exatas 400 responderam o questionário aplicado de Pós Ocupação. Foi estabelecido um universo de aproximadamente 20% de cada módulo.

Na fase de pós-ocupação a avaliação do beneficiário foi ressaltada pelo grau de satisfação com a nova moradia, relações sociais e acesso aos equipamentos públicos e serviços, através da análise feita da pesquisa aplicada e dos depoimentos coletados das famílias do Residencial.

Os dados obtidos apresentados juntamente com a análise, se referem a quatro variáveis básicas:

- Inclusão Social;
- Moradia e Inserção Urbana;
- Caracterização Geral da População Beneficiária;
- Satisfação do Morador.

Recebemos estes relatórios separados por módulos, da Caixa Econômica Federal. Realizamos então a tabulação e análise dos dados consolidados dos oito módulos, buscando obter um padrão geral das variáveis, com objetivo final de traçar o perfil dos moradores do bairro.

Os dados consolidados da pesquisa mostram que a maioria (pouco mais de 46%) dos moradores é jovem, possuindo entre 25 e 40 anos de idade. A segunda parcela mais representativa é de adultos entre 41 e 60 anos de idade. Já os idosos representam cerca de 5% do total:

Tabela II: Idade dos Moradores do Residencial Real Conquista

TOTAL	PERC.
ATE 24 ANOS	12,63%
DE 25 A 40 ANOS	46,75%
ENTRE 40 E 60 ANOS	35,25%
MAIS DE 60 ANOS	5,37%
TOTAL	100,00%

Fonte: Caixa Econômica Federal.

Com relação ao gênero 61% dos moradores do Real Conquista são mulheres e 39% são homens. Vários programas habitacionais dão preferência às mulheres, pois existe uma constatação de que elas são responsáveis pela manutenção do núcleo familiar ¹⁰.

Já no quesito grau de instrução, constatamos um baixo de grau de escolaridade, sendo que 28% dos residentes entrevistados possuem até o 4º ano do ensino fundamental, seguidos de 26% que possuem ensino fundamental completo. Apenas 2% possuem nível superior completo ou incompleto.

Tabela III: Grau de Instrução dos Moradores do Residencial Real Conquista

GRAU INSTRUÇÃO	PERC.
Analfabetos	3%
Até o 4 ano ens fundam	26%
Ensino Fund Incompleto	1%
Ensino Fund Completo	26%
Ensino Medio Incompleto	13%
Até o 9 ano Ens Medio	13%
Ensino Medio Completo	16%
Ensino Sup Completo/Incompleto	2%
TOTAL	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2014

O baixo grau de instrução e do nível de emprego dos moradores aponta para uma necessidade urgente de investimento do Poder Público em políticas voltadas para a qualificação mais expressiva dos moradores. Constatamos, com base no Relatório de Pós Ocupação um elevado grau de desemprego na população do residencial, pois 51% dos moradores estão desempregados e 49% estão empregados, sendo que apenas 34% dos moradores empregados trabalham com carteira assinada, numa população que já tem mais de 12 mil habitantes.

¹⁰ Programas como o Minha Casa Minha Vida, adotam esse princípio:
<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1094913-10406,00-PROGRAMA+PREVE+IMOVEI+REGISTRADO+EM+NOME+DA+MULHER.html>

Lembramos que o residencial possui uma Unidade Descentralizada de Educação Profissional (Udep), do Estado, que ministra cursos de qualificação profissional, possui ainda biblioteca comunitária, uma escola de Ensino Fundamental e outra de Ensino Médio está ainda em fase de aprovação. O trabalho técnico social também realizou diversas ações de capacitação junto aos moradores, buscando gerar emprego e renda, mas a pesquisa mostra que o resultado não foi satisfatório, pois segundo a pesquisa 72% dos moradores não participou das atividades propostas. Do quantitativo que participou apenas 20% as considerou úteis, conforme segue abaixo:

Tabela IV: Porcentagem dos moradores que consideram os cursos úteis

UTILIDADE DOS CURSOS	PERC.
NÃO	37,00%
SIM	20,38%
NÃO SOUBE RESPONDER	16,25%
NÃO RESPONDERAM	26,38%
TOTAL	100,00%

Fonte: Caixa Econômica Federal.

Este fato aponta para uma necessidade de desenvolvimento de cursos de capacitação mais voltados para a realidade dos moradores e do mercado de trabalho ou então que eles considerem úteis. A pesquisa mostrou ainda que apenas 7% dos moradores afirmaram ter conseguido uma vaga no mercado de trabalho e que 48% não conseguiram, sendo que 45% dos entrevistados não souberam responder a essa pergunta.

Os dados consolidados da pesquisa constataram também que quase metade das residências possui mais de cinco moradores e que existe também um contingente de 15% das famílias que dividem os cômodos das moradias com outros núcleos familiares.

Tabela V: Número de moradores por cômodo

NUMERO MORDORES	PERC.
Entre 3 e 4 moradores	37%
Mais de 5 moradores	48%
Dividem cômodos	15%
TOTAL	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2014

O estudo também levantou quais eram as condições de infraestrutura básica antes e depois do assentamento. Os dados mostram que 97% dos entrevistados tinham acesso ao serviço de água, iluminação e esgoto antes de morarem no Real Conquista. Questionados sobre a oferta desses serviços básicos no assentamento 73% afirmam que o fornecimento de água é regular e 27% informam alguma interrupção no fornecimento pela concessionária. Já no quesito iluminação pública, para 64% ela existe parcialmente no bairro e para 36% ela ocorre satisfatoriamente.

No tocante à coleta de lixo 97% afirmam que ela ocorre satisfatoriamente. Já com relação à participação no programa de Coleta Seletiva da prefeitura municipal 60% dos entrevistados participam do programa e 40% não participam. Por fim, no quesito transporte público 80% dos moradores afirmam utilizar o serviço e 20% dizem não utilizar.

A pesquisa também levantou a situação dos moradores antes de habitarem o residencial. A grande maioria (60%) morava de aluguel, 19% em casa cedida, 15% com parentes, 3% em áreas de invasão e 3% como caseiro ou zelador e na visão de 81,5% dos moradores pesquisados a moradia atual é melhor que a que morava anteriormente.

Perguntados sobre as vantagens de morar no Residencial Real Conquista (cada morador poderia citar mais de uma vantagem o Relatório de Pós Ocupação mostrou os resultados abaixo:

Tabela VI: Vantagens de se morar no bairro

VANTAGEM	PERC.
Segurança para família	21%
Qualidade Imóvel	41%
Não ter que pagar mensalidade	76%
Não ter que pagar aluguel	77%
Ter sua própria casa	85%

Fonte: Caixa Econômica Federal

Esse resultado mostra como o ideal de possuir a casa própria ainda é presente para a população e o peso que o aluguel ou financiamento possui sobre a renda da família beneficiada. A qualidade do imóvel só veio em quarto lugar na preferência da amostra.

A pesquisa efetuada pela **AMC Projetos Sociais e Consultoria** também buscou entender a forma de convivência e organização comunitária dos moradores. Para 97% deles não existe nenhum problema de convivência com a vizinhança. Com relação ao interesse

em participar de alguma associação de moradores, 72% não tem interesse, 20% manifestaram interesse e o restante não respondeu ou não soube responder. Destacamos aqui que, embora o assentamento tenha resultado de um árduo processo de luta, com a ocupação e despejo do Parque Oeste Industrial e a conquista posterior de uma moradia no Real Conquista, esse resultado de uma ação coletiva, é pontual. Associar-se, se perceber e fazer parte de uma coletividade não parece mover os moradores, fato que se reforça quando a vantagem para morar no bairro é referida sempre ao nível pessoal.

Do mesmo modo quando perguntados sobre eventuais problemas nos imóveis a pesquisa realizada pela **AMC Projetos Sociais e Consultoria** mostrou que 40% dos moradores resolvem por conta própria, 35% procuram a Agehab, 17% a equipe do Trabalho Técnico Social e 8% a Associação dos Moradores. Esses resultados apontam que a solução dos problemas é buscada de modo individual e que associado ao fato de que 72% não tem interesse em participar de alguma associação de moradores reforça a idéia de pouca intenção associativista na comunidade. Esta questão, no entanto, deve ser melhor investigada para que se confirme essa suposição.

4.2. A situação do Real Conquista na visão dos moradores e trabalhadores do bairro¹¹

Realizamos uma pesquisa de campo no Residencial Real Conquista no ano de 2013 e constatamos que, por estar situado em área menos nobre da cidade com menor densidade demográfica, a distância do centro aparenta ser ainda maior. A entrada do bairro é por uma pista de mão dupla asfaltada que faz uma clara ligação do empreendimento com os bairros mais adensados da cidade.

Porém existe uma pequena parte sem pavimentação asfáltica. São milhares de casas que formam uma paisagem uniforme e padronizada, típica dos conjuntos habitacionais populares construídos pelo governo. Ao olharmos o mapa aéreo do bairro, essa

¹¹ Esta análise foi realizada com base em pesquisa de campo que fizemos no residencial em junho de 2013 e que foi publicado juntamente com outros trabalhos em um livro sobre as prioridades sócio ambientais de Goiânia. RAMALHO, C. L. Residencial Real Conquista, In FERNANDEZ, GODOI E TEIXEIRA (org) Prioridades Socioambientais e Políticas Públicas em Goiânia, GO. Editora Opção. Pags.. 132-141, 2013).

padronização fica evidente, mas o que salta aos olhos é a separação do residencial do restante da malha da cidade.

Tanto é assim que o conjunto é rodeado por áreas rurais e separados pela avenida de dois outros setores, os quais margeiam a rodovia estadual GO – 040, conforme pode ser visto a seguir.

Figura VIII – Vista aérea do Residencial Real Conquista e bairros vizinhos



Fonte: Google Maps.

O bairro já conta com uma série de pequenos comércios, a maioria deles agregado à própria residência como: salões de beleza, bares, pequenos mercados, *lan houses*, etc. Constatamos também a existência de uma unidade de ensino profissionalizante do estado e um posto de saúde, sempre bastante movimentado, por causa de uma epidemia de dengue.

Figura IX – Posto de Saúde do Residencial Real Conquista



Fonte: Acervo do autor

Na visita que fizemos ao Real Conquista que resultou na pesquisa de campo que será detalhada no decorrer deste trabalho, constatamos um bairro popular razoavelmente bem servido de infraestrutura, mas carente de equipamentos comunitários como praças, quadras de esporte, centros culturais, etc. A organização comunitária ainda engatinha fruto dos erros e desgastes naturais das lideranças históricas do local.

A violência, tão presente no imaginário coletivo dos assentados à época do Sonho da invasão, ainda é subliminar mesmo depois da Conquista: é o discurso mais que Real presente nas entrevistas anônimas, reflexo da dificuldade que tivemos em conseguir a confiança dos moradores para a pesquisa. Na ocasião, constatamos duas viaturas policiais

realizando a ronda, mas ainda assim os moradores se sentem desprotegidos frente ao avanço das drogas no cotidiano dos jovens do bairro.

Durante a pesquisa flagramos a comercialização de drogas em uma das ruas mais afastadas do bairro, quando buscávamos nos dirigir para o Posto de Saúde. Como fomos percebidos, durante toda a pesquisa fomos seguidos, à distância, por um veículo que dava voltas em alta velocidade sempre próximos onde estávamos. Ele passou a dividir a atenção dos idosos e crianças que lotavam o Posto de Saúde, em busca de atendimento médico para o surto de dengue que acometia o bairro.

Curiosamente, ao retomarmos nosso caminho de volta com as entrevistas concluídas, fomos seguidos lentamente pela viatura policial, que diminua a velocidade quanto mais nos aproximávamos da saída, até retornar ao bairro quando acessamos a rodovia. Ficava para trás toda uma história de luta pela moradia, materializado num aglomerado à margem da cidade. E quando começávamos a entrar novamente na “Goiânia” que era familiar, começava a ganhar forma uma inquietação em entender o porquê de tamanha contradição social e de como se articulam os movimentos sociais na luta pelos seus direitos.

Esta pesquisa de campo foi realizada presencialmente no bairro em 07/06/2013, ocasião em que foram coletados dados por meio de questionários, como dito na Introdução deste texto, com dez moradores e trabalhadores do Residencial Real Conquista.

Impressiona a distância do bairro do centro da capital, cerca de 25 km. Ainda assim, constata-se que aquela comunidade, embora humilde, recebeu muitos equipamentos do estado e tem razoável infraestrutura básica (segurança, esgoto, transporte, etc). Tal fato se confirma nas respostas dadas aos questionários, pois foi possível constatar um razoável nível de satisfação dos moradores nesse aspecto. O residencial possui água, energia, asfalto, posto de saúde, escola e um centro profissional. Porém salta aos olhos a questão das prioridades, do jogo de forças sociais e do poder econômico, que como se sabe, tem forte influência nas decisões do Estado. Até o ano de 2011 já tinham sido investidos cerca de R\$ 61,22 milhões no empreendimento. O imóvel ocupado no Parque Oeste Industrial distava cerca de 20 minutos do centro (de carro) e possuía toda a infraestrutura urbana básica e já era integrado a bairros vizinhos; devia cerca de R\$ 2 milhões em impostos e tributos atrasados, em 2005 (SILVA, 2007).

Isso sem contar investimentos adicionais mínimos permanentes como é o caso da segurança pública. Existe uma ronda permanente da polícia no bairro, mas ainda assim os moradores reclamam da violência (percebe-se que eles reconhecem a presença da polícia, mas que ainda assim a criminalidade persiste). Alguns moradores nas respostas dadas ao questionário reivindicaram necessidades que extrapolam a infraestrutura básica como é o caso da construção de uma praça, melhor urbanização do bairro, finalização da creche que está em construção e também a criação de um centro comunitário.

Do ponto de vista das lideranças sociais constatam-se muitas críticas à direção anterior da associação dos moradores, notadamente decisões políticas tomadas que levaram a um suposto apoio ao governo estadual, “justamente o ator que comandou a desocupação do Parque Oeste Industrial”, como foi afirmado por um dos trabalhadores do residencial que atua na unidade local de ensino. O líder do movimento era Américo Novaes, que no início da ocupação era o porta voz dos posseiros e apresentava um discurso bastante crítico às autoridades municipais, estaduais e federais, bem como ao Poder Judiciário.

Porém, segundo relato de um dos moradores entrevistados, com o processo de assentamento, Novaes começa a apresentar uma liderança autoritária e centralizadora. Aos poucos foi demonstrando “maior interesse pessoal em sair candidato e fazer política do que cuidar dos problemas dos moradores”. Segundo a moradora, Novaes havia recebido a garantia de que seria eleito para um cargo eletivo pela base do governador Marconi Perillo.

Em consulta ao site do TSE consta que ele foi candidato a cargos eletivos em três ocasiões, todas elas por partidos diferentes e com votação declinante. Primeiramente tentou a vaga de deputado estadual, em 2006, pelo PSOL (que é um partido de esquerda) obtendo 3.241 votos, a segunda maior votação da coligação, que não elegeu nenhum deputado. Em 2010, já pelo PRTB (campo ideológico oposto ao PSOL) teve 2.488 votos. Em 2012 ele se candidatou a vereador pelo PSL, tendo obtido 2.175 votos pelo que foram insuficientes para elegê-lo.

Na época da ocupação irregular a cidade era governada por Pedro Wilson (PT) que perdeu a reeleição para Íris Rezende Machado (PMDB) e o governador do estado no período era Marconi Perillo (PSDB). Ao analisarmos o contexto político estadual, dez anos depois, constatamos que as principais forças continuam as mesmas: o PMDB governou a capital durante os oito anos seguintes (com Íris Rezende), posto ocupado hoje pelo PT,

depois de selar uma aliança política com o antigo adversário. No âmbito estadual, o PSDB continua a governar o estado, já com Marconi Perillo novamente reeleito. Desde 2003 até a data deste trabalho o Brasil é governado pelo PT, sendo que na época da ocupação do Parque Oeste Industrial o presidente era Lula e, já em 2014, a presidenta é Dilma Rousseff.

Poucos meses antes da pesquisa de campo que realizamos no Residencial Real Conquista, havia sido eleita uma nova direção que gozava de boa popularidade, segundo o depoimento da maioria dos moradores entrevistados. Segundo uma microempresária local “até agora ele está se preocupando com as coisas que atrapalham o nosso dia a dia, como a coleta de lixo, a linha de ônibus e é uma pessoa mais fácil de se encontrar”.

A associação de moradores atual já conseguiu restabelecer a rotina de coleta do lixo no bairro e algumas linhas de ônibus. Percebe-se também que embora o residencial tenha sido construído em boa parte com recursos federais e municipais, os moradores percebem o empreendimento como uma iniciativa do governo estadual.

Quanto à pergunta referente à data e a forma de criação do bairro todos os moradores que participaram da pesquisa informaram que ele foi criado em 2007, pelo Estado de Goiás, para abrigar os ocupantes da área do Parque Oeste Industrial, em 2004.

Nas respostas é possível constatar a lembrança ainda vívida de todo o longo processo de desocupação e espera desses moradores, sendo que um dos respondentes morador do bairro disse que “a construção do bairro só ocorreu por causa do grande desgaste da imagem do governo estadual com a desocupação violenta, que saiu em todo o país”. A situação das famílias após a desocupação teve, à época, larga repercussão na imprensa local, como já discutido no Capítulo 3.

Com relação ao início do assentamento, ocupação e distribuição das famílias no local, embora a construção do Residencial conte com o apoio do governo federal, estadual e municipal, os dez moradores lembram-se apenas do órgão estadual de moradia, a AGEHAB. Isso porque pelo acordo costurado competia a ela o cadastramento e seleção das famílias, além da realização de um trabalho técnico social. Alguns moradores (três) se lembram do órgão federal agente financeiro da parceria, que é a Caixa Econômica Federal.

Esse fato aponta uma deficiência desse órgão em comunicar seu papel com os moradores. Também apareceu fortemente no relato das pessoas a questão da construção em módulos do Residencial, sendo que acreditam que alguns são “piores” que os outros

(localização e qualidade das casas), levando a uma espécie de diferenciação entre os moradores, conforme foi relatado por uma moradora que respondeu o questionário. Segundo ela, “alguns módulos foram construídos em área de baixada e com qualidade das casas inferior as daqui”.

O Real Conquista foi construído em 9 módulos, durante 7 anos e assim que as casas iam ficando prontas as famílias eram assentadas paulatinamente, fato que demonstra o grande lapso de tempo necessário para resolver um caso pontual de uma grande invasão urbana. O método construtivo do residencial foi inovador e chamado de Fábrica de Casas (sistema de construção de casas pré-moldadas “Jet Casa”) por padronizar a forma de construção das casas, não exigir grande qualificação de mão de obra e utilizar em mais de 60% a força de trabalho dos próprios moradores.

Figura X – Casa em construção no Real Conquista.



Fonte: Acervo do autor

Questionados sobre as características da organização comunitária e sobre a participação social nas iniciativas e obras do assentamento, 40% dos respondentes disseram

que a organização é pequena e pontual. Ela se manifestaria mais em momentos críticos no atendimento pelo poder público das demandas locais (como coleta de lixo, linha de ônibus e iluminação pública), buscando reivindicar melhor prestação dos serviços públicos. Também foram citados por eles a existência de raros eventos comunitários: “eles ainda são poucos e nem me lembro do último que aconteceu”, afirma uma moradora do local.

Constatou-se que praticamente todos reconhecem a existência da Associação dos Moradores, mas que essa passou por um momento de crise de identidade e descolamento da base, com o seu primeiro líder, Américo Novaes, que estava à frente da entidade desde a época da ocupação do Parque Oeste. Neste período a entidade foi vista como partidarizada e atrelada ao governo estadual (PSDB) por quatro moradores entrevistados. Uma das moradoras, falou sob a condição do anonimato e disse que “o presidente antigo se aliou ao Marconi, que despejou a gente, com objetivo de sair candidato e isso pegou muito mal”.

Com base nesses depoimentos fica evidenciado como é demorado e difícil o processo de consolidação dos movimentos reivindicatórios dos moradores, sujeito a jogos de interesses, erros de avaliação dos líderes e também do assédio de grupos políticos. E igualmente a dificuldade de controle das ações dos próprios moradores nos momentos mais críticos, situação em que já ocorreram protestos mais violentos, com ônibus sendo quebrados, por exemplo. Ainda nesse campo foi mencionado por alguns moradores que em casos críticos em que realizam protestos, costumam acionar a imprensa para buscar atenção das autoridades. Uma liderança religiosa do Residencial disse que “essa, infelizmente, tem sido uma das poucas formas de organização dos moradores, que muitas vezes apelam para formas mais radical e desorganizada”.

Na opinião dos moradores existe também uma disputa política entre o estado e a prefeitura que dificulta a agilidade das demandas do bairro, chamado por eles de “jogo de vaidades”, pois “a prefeitura não se entende com o estado e um não faz nada que depende do serviço do outro”. As respostas também mostraram um sentimento individualista para boa parte dos moradores (três menções sobre o tema) com “pouca participação atualmente”. Também foi mencionado que “se os moradores se unissem mais poderiam fundar uma cooperativa”. Foi reivindicada a necessidade de espaços públicos que possibilitem a interação entre os moradores. Esse fato aponta para o longo caminho da construção da cidadania, numa época onde o individualismo é amplamente estimulado.

Sobre o papel ou atividades das lideranças do bairro constatou-se que a existência da Associação dos Moradores é amplamente conhecida pela maioria, notadamente pelo seu passado de lutas na época da ocupação do Parque Oeste Industrial. Entretanto, pelas entrevistas realizadas foi possível perceber que a gestão anterior apresentou sinais de desgaste, fruto de um suposto “atrelamento” com o governo do estado, sendo acusada de “trair o movimento” como já dissemos anteriormente.

Porém, a atual gestão que assumiu havia assumido a poucos meses quando da realização dessa pesquisa, goza de simpatia da grande maioria dos moradores e já é reconhecida como mais atuante por “tentar fazer pequenas mudanças e melhorar aspectos básicos como lixo, iluminação e combate à dengue”. Há também a menção à liderança das igrejas evangélicas e uma crítica a pouca participação e união dos próprios moradores para buscarem mais benefícios para o bairro. Com base nesses discursos percebe-se que a população está mais preocupada com a resolução dos problemas práticos do dia-a-dia do bairro e menos com a representação política nas esferas de poder.

O resultado específico nas respostas dos entrevistados (Quadro N° I) mostra a saúde como a primeira prioridade com 30%, a segurança/criminalidade em segundo lugar com 23.3% e as drogas e a educação em terceiro lugar com 16.6%; Cabe mencionar que existe uma certa correlação entre essas prioridades e problemas, principalmente entre a segurança, a criminalidade e as drogas, porém também estar relacionadas entre todas elas a saúde pública e a educação.

Tabela VII : Prioridades Socioambientais segundo os moradores e trabalhadores do bairro

Prioridades	N° Respostas	% das Respostas
Saúde	9	30
Segurança Pública	7	23,3
Tráfico de Drogas	5	16,6
Educação	5	16,6
Creche	1	3,33
Lazer	1	3,33
Política Juventude	1	3,33
Urbanização	1	3,33
Total	30	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essas respostas mostram que ainda será necessário considerável investimento do poder público municipal e estadual na melhoria dos equipamentos de saúde, segurança e educação, já existentes. Na data de realização do trabalho de campo foi constatada a existência do Posto de Saúde, completamente lotado, com apenas um médico para atender dezenas de pessoas (muitas delas com suspeita de dengue). No quesito educação, foi inaugurado recentemente pelo governo estadual uma Unidade de Educação Profissional (UDEP), que realiza cursos profissionalizantes, mas a comunidade não possui escola municipal, nem estadual. Quanto à segurança pública, existem duas rondas da Polícia Militar permanentes no residencial, o que é reconhecido pelos moradores. Porém, a sensação de insegurança se relaciona também com o considerável percentual relativo ao consumo de drogas, este um grave problema de dimensões nacionais.

Em uma exploração presencial que fizemos em várias ruas do bairro foi constatado que o lugar possui boa infraestrutura básica de rede de água, coleta de lixo e iluminação pública, e não foi verificada a existência de riscos de desabamento, de inundação e de degradação ambiental.

Quanto à regularização fundiária, em consulta ao agente financeiro do empreendimento, foi informado de que essa regularização ainda não está pronta tendo em vista trâmites burocráticos junto à prefeitura. Esta situação parece estar próxima a ser regularizada visto que foi emitida a certidão do bairro, como já relatado anteriormente. Porém, as famílias possuem um contrato assinado com a Caixa, que tem força de escritura pública, motivo pelo qual, acredita-se, todos os entrevistados afirmam que o bairro possui regularização fundiária. Feitos esses esclarecimentos apresentam-se outros resultados da pesquisa:

Todos os moradores confirmaram que o empreendimento possui rede de água, mas não possui rede de esgoto, utilizam fossas sépticas.

Já a coleta de lixo no bairro não teve unanimidade entre os moradores questionados. Recentemente, o Residencial passou por um período de grande insatisfação da comunidade com o serviço, que não tinha regularidade no bairro. Atualmente, após protestos e reivindicações da atual gestão da Associação dos Moradores, o serviço foi melhorado, segundo relatos.

O item iluminação pública foi muito questionado e com opiniões negativas. Constatamos que o bairro possui muitos postes elétricos, mas que a insatisfação dos moradores está na demora na troca das lâmpadas queimadas ou danificadas.

Já comentamos neste trabalho sobre a questão da segurança pública no bairro. Os moradores reconhecem a existência permanente de uma ronda policial no bairro e que se não fosse ela um grupo de marginais e também usuários de drogas que residem no Real Conquista executariam ainda mais ações de roubo e violência. Essa constatação pode mostrar que a questão da segurança pública na região não será resolvida apenas com a repressão policial, mas sim com políticas públicas que ataquem as causas da marginalidade.

No tocante à regularização fundiária também já tecemos comentários anteriormente. Os dados coletados mostram que a maioria dos moradores entende que o bairro está regularizado. Neste quesito, alguns moradores informaram sobre a existência de um comércio ilegal de casas (quatro entrevistados afirmaram que essa prática existe). Curiosamente, durante uma visita pelas ruas do bairro constatamos a existência de uma placa do governo estadual condenando essa prática, conforme foto que segue:

Figura XI – Placa condenando a venda de imóveis no Real Conquista



Fonte: acervo do autor

Questionados sobre a existência de degradação ambiental no bairro, os moradores afirmam que não existe em nível alarmante, apenas um deles citou o acúmulo de lixo numa mata próxima e lembrou que houve um processo de desmatamento no local para a construção do próprio bairro. Outro morador afirmou que a Associação realizou uma ação de conscientização, notadamente para que a comunidade fizesse o acondicionamento adequado do lixo.

No tocante aos itens: riscos de desabamento, riscos de inundação e recuperação ambiental todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que não existem esses problemas ou riscos desse tipo no bairro.

4.3. Algumas considerações sobre os resultados do Relatório de Pós Ocupação e do questionário aplicado com os moradores

Podemos considerar o assentamento como uma resposta razoável do poder público, à demanda pela moradia (um dos principais problemas brasileiros), ainda que lenta e sujeita a falhas. Resposta que também suscita novos problemas: oferecer equipamentos públicos e evitar a segregação de milhares de moradores assentados distantes do centro da cidade e desconfiados da capacidade das esferas de poder de atender as demandas sociais.

A característica que mais chama atenção no Residencial Real Conquista é a distância do centro da cidade, que se revela numa dificuldade de acesso e integração ao restante da malha urbana da cidade onde se encontram os melhores serviços públicos. Como já dissemos, também chama atenção alto grau de desemprego da região, a pouca eficiência das políticas implementadas na capacitação, bem como a carência de equipamentos públicos que desenvolvam o espírito de coletividade dos moradores e promovam o lazer. Paradoxalmente, a própria comunidade local busca também com erros e acertos as suas formas de organização. Prova disso são os inúmeros comércios de secos e molhados, *lanhouses*, salões de beleza e negócios informais criados pelos próprios moradores como “puxadinhos”, para atender às demandas mínimas de subsistência.

Constatamos ainda, com base nas duas pesquisas, que o passado e memória de luta que resultou na construção do Residencial Real Conquista não vem se materializar num espírito de coletividade que resulte num movimento que continue a reivindicar mais melhorias para a comunidade. É possível que isso ocorra devido à ausência de lideranças

com credibilidade e ação capaz de mobilizar a coletividade e também por um traço de individualismo que encontramos nas respostas aos questionários.

Por fim, é importante destacar que o relatório de Pós Ocupação é um documento oficial, utilizado pelos órgãos estatais para fins diversos. Assim, pode carregar consigo tendências ou direcionamentos a fim de atender ao interesse desses órgãos. Foi este um dos motivos que nos levou a realizar também a pesquisa de campo no Residencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais objetos da área de estudo do Desenvolvimento Regional é o mecanismo de criação, reprodução e combate das desigualdades. Os trabalhos mais atuais consideram que o desenvolvimento de uma região deve ocorrer com maior sustentabilidade: utilizando os recursos ambientais de forma racional, socialmente justo e economicamente viável.

Neste contexto, embora em queda nos últimos anos, são públicas e notórias as diferenças sociais existentes no país. O crescimento econômico deve reduzir a pobreza e realizar a inclusão social, diminuir essas desigualdades ou *diferenças* como buscamos debater neste trabalho. Na recente história brasileira, está claro que essa mudança de paradigma não se implementará plenamente sem a mobilização e articulação dos movimentos populares.

O Residencial Real Conquista é fruto de um processo de luta por direitos que já dura dez anos, se considerarmos a data de invasão do Parque Oeste Industrial. Foi um episódio claro e triste da fratura social existente em Goiânia, expondo uma faceta de desigualdade socioeconômica pouco conhecida da planejada e tão aclamada capital dos goianos e visitantes, que se limitam a conhecer o centro da cidade.

Se a conquista é um processo histórico, o caso do Residencial escancara as contradições dessa dinâmica ao mostrar as dificuldades em se garantir permanentemente itens básicos como coleta de lixo, iluminação pública e saúde para os moradores. Pauta mínima e antiga que gera, em momentos críticos, manifestações violentas e uma dificuldade em consolidar uma organização comunitária mínima. Bastante distante ainda das novas formas de mobilização da sociedade de rede (notadamente as Redes Sociais), que implodiram a tradicional noção de espaço e tempo.

Porém, ao se analisar a trajetória de consolidação da cidade fica claro que a única política pública voltada para as camadas populares é a que se encaixa da separação do centro urbano. Mesmo em situações extremas e que escapem inicialmente desse paradigma, como o caso Parque Oeste Industrial, fruto de uma mobilização histórica e com desfecho violento, a solução apontada foi a mesma. Com alguns benefícios extras em infraestrutura, é claro, se comparados a outros bairros da cidade, mas ainda assim, persiste o mesmo modelo que restringe os mais pobres à vida e os melhores serviços da cidade e reproduz os

mesmos problemas de outras regiões periféricas como a violência, saúde pública precária, ausência de espaços coletivos e equipamentos de lazer, dificuldade de transporte, dentre outros.

Tudo isso ao mesmo tempo em que a cidade se propõe a discutir uma justa e avançada discussão sobre o desenvolvimento sustentável, que não tardará a ser uma exigência global. Por fim, convém destacar a opção que resultou no grande crescimento do segmento da construção civil no país e em Goiás, nos últimos anos, fruto de uma política de incentivo do Governo Federal e do crescimento econômico do país. Urge, desta forma, que os governos pressionem para que sejam aproveitados os vazios urbanos existentes nas cidades, aproveitando a estrutura já existente, combatendo a especulação. Só assim os dois preceitos constitucionais (que no caso Parque Oeste Industrial foram tratados de forma antagônica), quais sejam, o Direito à Propriedade e o Direito à Moradia se cumprem: ao se exigir que a terra cumpra a sua função social.

Basta lembrar que o país possui hoje um Plano Nacional de Habitação fruto de diversos debates regionais e setoriais, envolvendo especialmente o acompanhamento direto dos representantes do Conselho das Cidades e do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Para tanto, será necessário que os gestores públicos tenham, de fato, um bem elaborado plano de desenvolvimento e de políticas públicas que consiga pensar a cidade considerando o ponto de vista dos grupos econômicos, mas também dos demais cidadãos envolvidos. A história de Goiânia é a história “não divulgada” de sua periferização. E o caso Parque Oeste Industrial possivelmente seja o ápice desse processo, que não deve ser esquecido, mesmo com todo o esforço em contrário do empresariado, de parte da imprensa, do Judiciário e dos governantes locais. Oitenta anos de história já são suficientes para provar à Goiânia que o investimento em terrenos distantes, com menor custo e capacidade de construção de mais moradias populares, não se justifica frente ao consequente agravamento das condições sociais dessas famílias instaladas nas periferias.

É necessário se contabilizar o custo com investimento em equipamentos sociais que deverão ser feitos posteriormente nessas áreas e se compreender que a cidade é de todos os cidadãos e não apenas dos mais abastados. É esse custo elevado que faz com que seja necessário quase dez anos para o Estado resolver de forma ainda mínima um conflito urbano das dimensões do caso Parque Oeste Industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AESSE, U. **Quem matou os moradores?** Diário da Manhã, 17 fev. 2005.
- ARANTES, O. C. **Disputa por lote em invasão acaba em morte.** O Popular, 04 nov. 2014.
- ASSIS, D; MARCOS, A. **Porretes, barricada e coquetel molotov.** O Popular, 02 fev. 2005.
- ASSUNÇÃO, M. **Ligações clandestinas de energia se espalham em invasão.** O Popular, 03 set. 2004.
- _____. **Igreja pede cadastramento criterioso das famílias.** O Popular 30 jan. 2005.
- BUARQUE, C. **O que é Apartação: o *apartheid* social no Brasil.** Brasília: Brasiliense, 2003.
- BORGES, L. **Novo bairro planejado terá até 4 mil apartamentos.** O Popular, 20 set. 2012.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro & CHAVEIRO, Eguimar Felício. **As entrelinhas não publicadas de um jornal diário: o roubo da história de Câmara Filho na criação e consolidação do Jornal O Popular.** In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia. 2013.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>>. Acesso em: 03 jan. 2015.
- CABRAL, A. A. C.; SÁ, Alcindo José de. **Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva.** In: Revista de Geografia. Volume 26, N. 3. Recife: 2009.
- CALICA, Francila. **Com cara de bairro.** Diário da Manhã. 11 jan. 2005.
- CARNEIRO, N. G. **Íris e a Justiça não veem o rosto de Julian.** Diário da Manhã, 13 jan. 2005)
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 2013.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Cem anos de Assessoria de Imprensa**. In: DUARTE, Jorge. (org.). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. São Paulo: Atlas, 2003.

CZEPAK, Isabel. **A dor dos dias seguintes**. O Popular, 20 fev. 2005.

COSTA E SILVA, M; **Mantida reintegração de posse de área invadida**. O Popular, 15 out 2004.

DIAS, L. d., & FREIRE, R. M. **Entre a produção jornalística e o Sonho Real: rotina produtiva e o vivido pela ocupação urbana**. In: J. F. Maia, *Atualidades Estudos Contemporâneos em Jornalismo* (p. 285). Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012.

FERREIRA, S. **Novas “cidades” na Grande Goiânia**. O Popular, 04 fev. 2012.

FREITAS, C. A. L. L. **Grupos Locais, autonomia e democracia: a formação de novos grupos na disputa espacial das metrópoles**. In: CIDADE SEGREGAÇÃO URBANA E PLANEJAMENTO, 157. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

FREIXO, M. J. **Metodologia Científica - Fundamentos, métodos e técnicas**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola, 2012

GOIANIA. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/dados/dados.shtml>>. Acesso em 21 abr. 2015.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Dinâmica Populacional do Estado de Goiás – uma análise do Censo 2010 do IBGE**. 2011.

JACOBI, P. R. **Movimentos sociais urbanos no Brasil**. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, BIB. Rio de Janeiro, nº 9,1980, p. 22-30.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia.2014.

JORNAL O POPULAR. Goiânia. 2014.

JUNIOR. Arthur Edmundo de Souza Rios. **Parque Oeste Industrial: do Sonho Real ao pesadelo legal**. Goiânia, 2005.

LUCA. Tania Regina. **Direitos Sociais no Brasil**. p. 475. In: História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013

MARCOS, A.; FILHO, M. F. **Como foi o fim da maior desocupação da história de Goiás.** O Popular, 17 fev. 2005.

MERGULHAO, Alfredo. **Com casa, mas sem estrutura.** O Popular, 03 fev. 2014.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Parque Oeste Industrial.** Disponível em: <http://www.prgo.mpf.mp.br/imprensa/not345-1.pdf>. Acesso em 12 out. 2012.

MOYSES, Aristides. **Cidade Segregação Urbana e Planejamento.** Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MOYSES, Aristides; BERNARDES, G. **Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: estado, mercado imobiliário e dinâmica socioespacial.** p. 173. In: Cidade Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MORAES, L. M. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas.** Goiânia: Editora da UCG, 2006.

OLIVEIRA, A. F. **A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital.** p. 126. In: Cidade Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

OLIVEIRA, A.F, MOYSES, Aristides. **Segregação e planejamento excludente: cidade informe e degradação ambiental em Goiânia.** p. 287. In: Cidade Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

PINHEIRO, Eduardo. **10 anos depois, novas histórias.** O Popular, 16 fev. 2015.

PINTO, Rose Mary de Souza (2009). **Do Sonho Real a Real Conquista: a educação ambiental ecosofica e as concepções de educação ambiental dos alunos.** Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Centro Universitário de Anápolis. Anápolis. Acesso em 2014, disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br>>

RAMALHO, C. L. **Residencial Real Conquista.** p. 132. In FERNANDEZ, GODOIE TEIXEIRA (org) Prioridades Socioambientais e Políticas Públicas em Goiânia, GO. Editora Opção, 2013.

RAMONET, I. **O poder midiático.** p. 243. In: Por uma outra Comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RIBEIRO, L. Q. R. **Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas.** p.89. In: Cidade Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

SÁ, Maria José. **ONU cobra explicações sobre invasão em Goiânia.** O HOJE, 02 mar. 2010.

SABINO, W. **Comentário.** Diário da Manhã, 22 jan. 2005.

_____. **O Sonho desmorona.** Diário da Manhã. 17 fev. 2005.

SASSINE, V. **Invasão já tem nome de bairro: PM planeja retirada das famílias, mas reconhece dificuldade em função da estrutura existente no local.** O Popular, 05 out. 2004.

SILVA, M. C. **Mantida reintegração de posse de área invadida.** O Popular, 15 out. 2004.

SILVA, M. L. (2007). **SEGREGAÇÃO, OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a ocupação do Parque Oeste em Goiânia. Uma nova história de luta pelo Direito a Cidade.** Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Acesso em 2014, disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2725>>.

Reportagem de Jornal sem autoria do repórter

INQUÉRITO vai investigar denuncia de venda de lotes. O Popular, Goiânia, 23 nov. 2014

APÊNDICE

Questionário respondido pelos moradores e trabalhadores do assentamento Real Conquista.

Questionário

Município: _____ **Data** _____

Nome do Bairro ou Setor: _____

Aspectos Gerais do Bairro ou Assentamento:

Poderia dizer qual foi a data e a forma de criação ou origem do bairro/assentamento?
(iniciativa dos moradores, de empresa privada, do Estado, outra):

Como se iniciou o assentamento, a ocupação e a distribuição das famílias no local? _____

Como é a organização comunitária e a participação social nas iniciativas e obras no assentamento? _____

Qual é o papel ou as atividades das lideranças no bairro? _____

Mencione em ordem de prioridade os três principais problemas do Bairro? _____

Serviços Públicos em Zonas Urbanas	Existente	Parcial %	Não Existente
1) Rede de Água			
Observações:			
2) Rede de Esgoto			
Observações:			
3) Coleta de Lixo			
Observações:			
4) Iluminação Pública			
Observações:			
Processos e Conflitos Socioambientais	Existente	Parcial %	Não Existente
1) Segurança Pública			
Observações:			
2) Regularização Fundiária			
Observações:			
3) Riscos de Desabamento			
Observações:			
4) Riscos de Inundação			
Observações:			
5) Degradação Ambiental			
Observações:			
6) Recuperação Ambiental			
Observações:			